JOSÉ ROBERTO DA FONTE

LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Produção Vegetal, do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Valdo José Cavallet

CURITIBA

2006

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal reuniram-se para realizar a argüição da Tese de DOUTORADO apresentada pelo candidato **JOSÉ ROBERTO DA FONTE**, sob título **"Limitações e possibilidades para o desenvolvimento do Vale do Ribeira"**, para obtenção do grau de Doutor em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Produção Vegetal do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato são de parecer pela **"APROVAÇÃO"** da Tese.

Curitiba, de 2006.

Professor Dr.
Primeiro Examinador

Professor Dr.
Segundo Examinador

Professor Dr.
Terceiro Examinador

Professor Dr.
Quarto Examinador

Professor Dr.
Presidente da Banca e Orientador

DEDICATÓRIA

Para João e Lourdes, que me ensinaram que o caráter dos filhos deve ser como uma boa sopa: ambos devem ser feitos em casa.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas tornaram possível esta Tese. Se por acaso forem encontrados erros de interpretação na leitura do material consultado ou nas informações facilitadas pelas diversas pessoas que foram entrevistadas, eles são exclusivamente meus. Meus sinceros agradecimentos a elas.

Ao Professor Valdo José Cavallet pela amizade, confiança e orientação neste trabalho. Mais que orientador, um amigo desde sempre e para o resto da vida;

à Susan Cavallet pela amizade, sugestões e os valiosos conselhos;

ao Professor Luiz Doni Filho pelo privilégio de contar com sua amizade, suas observações e ensinamentos;

ao Engenheiro Agrônomo Edson Franzon, de Cerro Azul, pelos ensinamentos sobre o Vale do Ribeira;

ao Sr. Girardi e D. Marcy, pelo apoio, reconhecimento e incentivo;

ao Professor Eduardo Ramos, meus profundos agradecimentos pelos seus ensinamentos e sua amizade;

à Maria Del Mar, agradeço pelas aulas, atenção e importantes informações;

aos professores do Departamento de Economia, Sociologia e Política Agrária, da Universidade de Córdoba, Fernando Ramos, Felisa, Tomás, Antonio, Ana Cristina e Rosa, agradeço a acolhida e o fraterno tratamento com que fui distinguido em todo o tempo que estive em Córdoba;

Eva e Mamen, estagiárias do Departamento, obrigado por toda a colaboração recebida;

à Roberta e Renata, futuras jornalista e agrônoma, que certamente saberão usar as palavras melhor que o pai;

e à Nilce. Obrigado pela atenção, pela leitura atenta deste trabalho, pelas sugestões e contribuições. Obrigado também por permitir que eu me apaixonasse por você. Continuo fazendo isto nestes últimos cinco anos.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS VIII
LISTA DE QUADROS XI
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS XII
RESUMO XIV
ABSTRACT XV
1 INTRODUÇÃO 01
1.1 OBJETIVOS 02
1.1.1 Objetivos gerais 02
1.1.2 Objetivos específicos 02
1.2 NATUREZA DO PROBLEMA E HIPÓTESE 03
2 A CAMINHADA PARA A CONSTRUÇÃO DA TESE 04
2.1 AS RAZÕES PESSOAIS 04
3 METODOLOGIA UTILIZADA 07
3.1 AS FONTES DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS 08
3.1.1 Informações primárias 08
3.1.2 Informações secundárias 08
3.2 O TERMO “DESENVOLVIMENTO” 09
4 O VALE DO RIBEIRA..... 12
4.1 LOCALIZAÇÃO 12
4.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA 14
4.3 O USO DO SOLO 19
4.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS 23
4.5 CONCLUSÃO 30
5 PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO APOIADOS EM PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS 32
5.1 PROCESSOS NO ESTADO DO PARANÁ 32
5.1.1 A criação da Colônia Açungui pelo Governo Imperial 32
5.1.2 Uma iniciativa local: a Cooperativa Agrícola Mista de Cerro Azul 37
5.1.3 PRODELAR – Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira 39

5.1.4 Pró-Ribeira – Programa de Apoio à População Carente do Alto Ribeira . 44
5.1.5 O Programa Pro-Rural – Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural 48
5.1.6 Paraná Rural 54
5.1.7 Paraná 12 Meses 61
5.1.8 Um novo projeto de desenvolvimento para o Paraná 80
5.2 PROCESSOS NA EUROPA E O CASO DA ESPANHA 81
5.2.1 A Espanha 81
5.2.2 Um breve histórico 82
5.2.3 A Comunidade Econômica Européia 83
5.2.4 A Política Agrícola Comum (PAC) e os fundos estruturais 86
5.2.5 As iniciativas comunitárias e o desenvolvimento rural 96
5.2.6 A segunda reforma da PAC 98
5.2.7 A reforma dos fundos estruturais em 1992 100
5.2.8 A iniciativa LEADER II 101
5.2.9 Mais um passo na separação do rural e do agrário: a Declaração de Cork 103
5.2.10 A Agenda 2000 104
5.2.11 A iniciativa LEADER + ... 105
5.3 PROCESSOS COM APOIO DA UFPR 107
5.3.1 Introdução 107
5.3.2 Os projetos na área de educação 108
5.3.3 Os projetos na área de saúde 114
5.3.4 Os projetos de desenvolvimento rural 115
6 UMA PRIMEIRA DISCUSSÃO: O ENFOQUE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 122
7 OBSERVAÇÕES, CONSIDERAÇÕES 128
7.1 O VALE DO RIBEIRA 128
7.2 OS PROCESSOS COM APOIO GOVERNAMENTAL – OS PROJETOS IMPLANTADOS 133
7.3 REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL NA EUROPA 138

7.4 POSSIBILIDADES DE MUDAR A HISTÓRIA 143
8 REFERÊNCIAS 146

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA – 2000 13
TABELA 02 - USO ATUAL DO SOLO (em Ha) – 1999 21
TABELA 03 - CATEGORIA DOS PRODUTORES RURAIS 22
TABELA 04 - FLUXO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA 24
TABELA 05 - MALHA VIÁRIA DOS MUNICÍPIOS 25
TABELA 06 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL VALE DO RIBEIRA – PARANÁ – 2000 27
TABELA 07 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGADOS 29
TABELA 08 – ESTIMATIVA DE PÚBLICO BENEFICIADO PELO PARANÁ 12 MESES, POR MESORREGIÃO, SEGUNDO SUBCOMPONENTE/ATIVIDADE (EM 1.000 PROPRIEDADES /FAMÍLIA E EM NÚMERO DE PESSOAS) 69
TABELA 09 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO PARANÁ 12 MESES (EM 1.000 ha) 69
TABELA 10 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS – FASE 1 (DIVERSOS) 70
TABELA 11 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS – FASE 2 (DIVERSOS) 71
TABELA 12 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – MELHORIA DE MORADIAS 72
TABELA 13 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO 72
TABELA 14 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – CONSTRUÇÃO DE GALPÕES COMUNITÁRIOS 73
TABELA 15 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS EXTRACOMUNIDADE 73
TABELA 16 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À

POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – FERTILIZANTE (Kg) 73
TABELA 17 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – SEMENTES MILHO (Kg) 74
TABELA 18 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – SEMENTES FEIJÃO (Kg) 74
TABELA 19 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – SEMENTES DE HORTALIÇAS (g) 75
TABELA 20 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – SEMENTES DE ARROZ (Kg) 75
TABELA 21 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – MUDAS DE FRUTÍFERAS (UNIDADES) 75
TABELA 22 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – AGROTÓXICOS (UNIDADES) 75
TABELA 23 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – ANIMAIS DE PRODUÇÃO (UNIDADES) 76
TABELA 24 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (UNIDADES) 76
TABELA 25 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS (UNIDADES) 76
TABELA 26 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – PEQUENAS CONSTRUÇÕES RURAIS (UNIDADES) 77

TABELA 27 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AO REFLORESTAMENTO COMUNITÁRIO (PROJETOS) 77
TABELA 28 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS (UNIDADES) 78
TABELA 29 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – EMPREENDIMENTOS PARA TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS (UNIDADES) 78
TABELA 30 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – LAVADORES DE HORTALIÇAS (UNIDADES) 78

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – PRODELAR – AÇÕES PROPOSTAS PARA ADRIANÓPOLIS 41
QUADRO 02 – PRODELAR – AÇÕES PROPOSTAS PARA CERRO AZUL 42
QUADRO 03 – DIFERENÇAS ENTRE POLÍTICAS CENTRALIZADAS E POLÍTICAS DESCENTRALIZADAS 123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH	-	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
BID	-	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	-	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAFE do PR	-	Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná
CDE	-	Conselho de Desenvolvimento Econômico
CECA	-	Comunidade Européia do Carvão e do Aço
CEE	-	Comunidade Econômica Européia
COMEC	-	Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba
CNPq	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DER	-	Departamento de Estradas de Rodagem
DERAL	-	Departamento de Economia Rural
DOU	-	Diário Oficial da União
EF	-	Empresário familiar
ER	-	Empresário rural
EMATER-PR	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	-	Estados Unidos da América
ETA	-	Euskadi Ta Askatasuna (Terra Basca e Liberdade)
FEOGA	-	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FUNPAR	-	Fundação da UFPR para o Desenv. Ciência Tecnologia e da Cultura
GATT	-	General Agreement on Tariffs and Trade
IAPAR	-	Fundação Instituto Agronômico do Paraná
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	-	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MINEROPAR	-	Minerais do Paraná Sociedade Anônima
MS	-	Ministério da Saúde
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OCM	-	Organização Comum de Mercados
OMS	-	Organização Mundial da Saúde
OTAN	-	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	-	Política Agrícola Comum
PRONAF	-	Programa de Apoio a Agricultura Familiar
PRORURAL	-	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PRODELAR	-	Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira
PS	-	Produtor de Subsistência
PSM	-	Produtor Simples de Mercadorias
PSM1	-	Produtor Simples de Mercadorias – 1
PSM2	-	Produtor Simples de Mercadoria – 2
PSM3	-	Produtor Simples de Mercadoria – 3
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMC	-	Região Metropolitana de Curitiba
SEAG	-	Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná
SEAB PR	-	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SCIP	-	Sociedade Civil de Interesse Público
SEED	-	Secretaria de Educação do Estado do Paraná

RESUMO

A grande região demarcada que compõe o Vale do Ribeira e Guaraqueçaba é formada por uma parcela do território de São Paulo e Paraná. Está estruturada a partir da bacia hidrográfica do Ribeira do Iguape, estendendo-se desde o litoral sul de São Paulo até o litoral norte do estado do Paraná. São cerca de 30.000 Km^2 onde vive uma população de aproximadamente 720.000 pessoas, distribuída em 38 municípios, sendo 23 em São Paulo e 15 no Paraná. O presente trabalho se referiu aos sete municípios pertencentes ao Vale do Ribeira e que fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba, a saber: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Esses estão localizados na região noroeste do estado e constituem uma das zonas mais deprimidas e com menores IDH-M dentre os municípios paranaenses. O objetivo do estudo foi levantar as razões desta histórica estagnação econômica e social. Além da evolução dos fatos ocorridos da região desde o seu desbravamento, foram analisados os planos e projetos para o desenvolvimento para a região, realizados desde o governo imperial, em 1870, com a instalação da Colônia Açungui até aqueles do atual governo do Estado do Paraná. O trabalho também mostrou as ações desenvolvidas para o meio rural no âmbito da União Européia e as iniciativas da Universidade Federal do Paraná no Vale do Ribeira. Concluiu-se que a estagnação econômica e social da região é fruto de processos históricos e de padrões de gestão pública que vêm sendo adotados ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico e sustentável da região poderá ser alcançado, entre outras medidas, com uma mudança de enfoque na aplicação das políticas públicas. O envolvimento da universidade na região poderá acelerar esse processo.

Palavras-chave: inclusão social, sustentabilidade, desenvolvimento rural, zonas rurais.

ABSTRACT

The wide ”Vale do Ribeira” and “Guaraqueçaba” region belongs to portions of São Paulo and Paraná states territories. This region is structured based on the “Ribeira do Iguape” river basin and streches from southern São Paulo to the northern Paraná seashores. The region takes about 30.000 Km^2, with 720.000 people living in 23 cities in São Paulo and 15 cities in Paraná states, respectively. This work was done in seven Paraná cities belonging both to “Vale do Ribeira” and Curitiba Metropolitan Region to know: “Adrianópolis”, “Bocaiúva do Su”, “Cerro Azu”, “Doutor Ulysses”, “Itaperuçu”, “Rio Branco do Su” and “Tunas do Paraná”. These cities are located in the Paraná state northeast region, constituting one of the most depressed zones of the state, with the worst IDH-M among all other Paraná cities. The objective of this study was to survey the reasons for this historical social and economic stagnation. In addition to the evolutionary facts since the initial settlement studies, analyses were made of the plans and projects for the region development, proposed since the imperial governments, in 1870’s, with the installation of the “Açungui” colony to the present. The work also took in account the developed actions in the rural areas proposed by European Union Organizations, as well as those of the Federal University of Paraná for the region. It was concluded that the referred stagnation is mainly due historical processes and public administration characteristics adopted along the years. The economic and sustainable development for the region can be reached, among other things, changing the focus on the public policies application. Involving the university in the region may accelerate the process.

Keywords: social inclusion, sustainability, rural development, rural zones.

1 INTRODUÇÃO

Uma grande região do Estado do Paraná, com cerca de 30.000 km^2, localizada aproximadamente a 100 km a nordeste de Curitiba, compreende a zona do Vale do Ribeira. No Paraná, 15 municípios fazem parte dessa região e a eles se juntam mais 23 do estado de São Paulo, somando 38, que abrigam uma população de quase 720.000 habitantes.

O presente trabalho faz referência aos sete municípios que fazem parte do Vale do Ribeira e que também pertencem à Região Metropolitana de Curitiba. O estudo foi desenvolvido em Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

Os municípios da região apresentam índices de desenvolvimento humano (IDH-M) situados abaixo das médias nacional e do Estado do Paraná.

Esses baixos índices estão ligados à renda insuficiente da população nesses municípios. Além desse, outros indicadores dão conta da situação encontrada, como um grande número de chefes de família com grau reduzido de escolaridade, níveis de rendimento de baixa monta e substanciais índices de analfabetismo. Os patamares indicadores da expectativa de vida ao nascer estão situados próximos ou abaixo dos padrões do estado e os índices de desigualdades de renda estão acima, de maneira expressiva, da média estadual.

Dentre os municípios estudados, são encontradas realidades diversas: enquanto Rio Branco do Sul e Itaperuçu, os mais próximos da cidade de Curitiba, são considerados cidades-dormitório, os restantes possuem economias dependentes de atividades agrícolas.

A região tem sido objeto de intervenções das diversas instâncias governamentais. Atualmente, algumas instituições têm ações desenvolvidas na região, como o Fórum para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, a Agência de Desenvolvimento da Mesorregião do Vale do Ribeira, a Embrapa Florestas, escritórios da EMATER-PR e a estação de pesquisa do IAPAR localizada em Cerro Azul.

O trabalho desenvolvido buscou entender as causas da estagnação econômica local desde o princípio de sua colonização, no governo imperial, até a contemporaneidade. O Estado do Paraná acompanhou o ritmo do crescimento

econômico do país no último século, com exceção de algumas zonas, dentre elas o Vale do Ribeira. A região foi contemplada, a exemplo de outras, com diversos projetos e programas governamentais de parcos resultados. Independentemente dessas ações, a proximidade com a capital do estado, centro de decisões políticas e mercado consumidor com cerca de 2 milhões de habitantes, deveria, também, proporcionar boas oportunidades para o desenvolvimento econômico. Além dos fatos ocorridos na região desde o seu desbravamento, foram analisados os planos e projetos governamentais aplicados desde o governo imperial, na então Colônia do Açungui, até o Paraná 12 Meses, do governo Requião (2002-2006).

O trabalho também procurou mostrar os processos de desenvolvimento agrícola e rural sob a ótica da Comunidade Européia, desde a criação da mesma até o momento, comparando-os com os processos desenvolvidos na região sob análise.

Dentre as atividades desenvolvidas no Vale do Ribeira por instituições públicas, a Universidade Federal do Paraná tem feito um trabalho destacado. Após 93 anos de sua criação, pela primeira vez a mesma está implementando na região uma série de ações nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento rural. O trabalho também buscou analisar as ações desenvolvidas e os desdobramentos que as mesmas poderão trazer como ensejo para as transformações necessárias do quadro atual.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivos gerais

A partir de um estudo sistematizado, levantar as razões que levam a região conhecida como Vale do Ribeira a permanecer em permanente estado de estagnação econômica e social desde sua colonização. O estudo também pretende apontar alguns novos caminhos a partir das intervenções realizadas pela Universidade Federal do Paraná na região.

1.1.2 Objetivos específicos

- Avaliar os programas federais e estaduais aplicados ao Vale do Ribeira.

- Apresentar as políticas e os modelos de projetos de desenvolvimento das zonas rurais na comunidade econômica européia.
- Buscar identificar ações diferenciais que possibilitem novos caminhos para o desenvolvimento para o Vale do Ribeira.

1.2 NATUREZA DO PROBLEMA E HIPÓTESE

A zona do Vale do Ribeira sempre foi uma das regiões menos desenvolvidas do Estado do Paraná, desde a colonização da mesma, ainda no século passado, até a modernidade. No final do período imperial foi instalada a Colônia do Açungui, pelo imperador Pedro II, em um projeto de assentamento de agricultores para ocupação e colonização da região. O Governo do Paraná, posteriormente, incluiu a região em mais cinco projetos de desenvolvimento que foram implantados no estado. Apesar de todo o esforço despendido, a região ainda é considerada a mais pobre e menos desenvolvida do estado. Por que os projetos aplicados não tiveram os resultados esperados? Por que a região não acompanhou o ritmo de desenvolvimento de outras regiões no Paraná?

A Universidade Federal do Paraná poderá contribuir com iniciativas, estudos e projetos para o desenvolvimento da região?

A hipótese deste trabalho é de que os programas governamentais de desenvolvimento criados e aplicados para o Vale do Ribeira não tiveram a eficácia esperada dado a seus caracteres centralizadores, descendentes e sem a participação da população nas suas implementações. E que as possibilidades para a região dependem de um rompimento da lógica lá estabelecida.

2 A CAMINHADA PARA A CONSTRUÇÃO DA TESE

2.1 AS RAZÕES PESSOAIS

Minha graduação no Curso de Agronomia se deu no final de 1978 e, já em janeiro de 1979, comecei a trabalhar em uma empresa localizada em uma pequena comunidade no interior do Estado do Paraná. A decisão de ir morar em uma localidade diminuta foi natural, pois eu sempre havia vivido com minha família em fazendas e cidades acanhadas – somente vivi em Curitiba, um grande centro urbano enquanto cursava a Universidade.

Meu interesse pelo assunto, desenvolvimento de pequenas comunidades, com certeza deve ter vindo de então. Meu primeiro trabalho profissional teve muito de extensão rural e contato freqüente com produtores agrícolas – pequenos, em sua maioria. Durante esse período, partilhei com eles muitas dificuldades, comuns em pequenas cidades ou mesmo distritos rurais. Eu morava em uma cidadezinha e ali, como na zona rural, tínhamos muitas necessidades. Estradas ruins, ruas esburacadas com iluminação pública deficiente, ausência de um posto de saúde, escolas com professores sem formação e que não ofereciam estrutura adequada, comerciantes “atravessadores”, falta de técnicos, de agência bancária... Enfim, todos os fatores que costumam afetar o trabalho desenvolvido por um técnico da área de extensão rural.

Depois de dez anos trabalhando nessa comunidade, acabei sendo escolhido para ser candidato a prefeito (a comunidade, distrito, acabou se transformando em município) e me vi transformado, depois, em um dirigente municipal.

O trabalho desenvolvido à frente de uma prefeitura foi muito interessante, um período muito rico, que acrescentou grandes ganhos à minha vida. As oportunidades de contatos e de relacionamentos são inimagináveis, englobando desde o mais humilde morador de uma favela até o presidente da República. Pude também conhecer a maioria dos programas de governo de dois governadores e de dois presidentes.

Quando observamos os programas executados pelas secretarias de estado ou ministérios, temos um leque que cobre praticamente todas as necessidades da população: moradia popular, escolas, programas de microcrédito, postos de saúde,

geração de empregos e uma série de outras proposições. Acontece que todas são criadas para as cidades ou para zonas urbanas. Não existem programas de moradia popular para o campo, por exemplo. Em tudo aquilo que se faz, ou que se planeja fazer, é como se a zona rural não existisse. Mesmo se considerarmos o fato de que hoje temos a grande maioria da população vivendo nas cidades, uma considerável parcela dela permanece no campo. Sabemos, também, que a grande maioria da população mais pobre, menos assistida, vive nesse meio.

No período em que estive envolvido com a administração municipal não encontrei, nas esferas mais elevadas do governo, alguém pensando em desenvolvimento rural. Temos no Brasil a idéia de que na zona rural vivem apenas agricultores e que eles precisam apenas de um engenheiro agrônomo para assisti-los, dinheiro subsidiado para as despesas de plantio das culturas e para outros investimentos, como a compra de calcário ou de máquinas para uso agrícola. Vi, também naquele período, bons programas, como o Paraná Rural, aqui do estado, que visava atender aspectos ligados à conservação de recursos naturais. Foram readequadas estradas, passadores de caminhos, construídos abastecedores e equipamentos comunitários, como Centros Sociais.

Não vemos no Brasil ações enxergando o meio rural como um espaço geográfico e sim como um setor da economia. Por isso falamos tanto em política agrícola. Somente financiamentos rurais e preços mínimos fazem parte das agendas de negociação dos sindicatos rurais ou lideranças do meio rural.

Nos planos e projetos governamentais discutidos nunca se menciona que, no campo, se desenvolvem as mais variadas atividades: lá existem comerciantes, prestadores de serviços, professores, funcionários públicos... Nos estudos para a elaboração da minha dissertação de Mestrado, o principal assunto tratado foi o da pluriatividade dos habitantes da zona rural da Região Metropolitana de Curitiba. Naquele trabalho, foi possível constatar que, como em todo o mundo, também aqui no Brasil a zona rural faz mais que gerar produção agrícola. Trata-se de um espaço que muitas pessoas escolheram para viver.

No período que passei na Espanha (quase sete meses fazendo parte dos estudos para essa tese de Doutorado) pude ver com muita clareza todos esses aspectos. Pude estudar como foi o desenvolvimento agrário daquele país e, em seguida, os esforços para tratar do desenvolvimento das zonas rurais como o de um

espaço geográfico onde vivem milhares de pessoas. Foi interessante também ver como a Universidade de Córdoba e muitas outras estão implicadas nesse processo.

A escolha do Vale do Ribeira como local para esse estudo também se justifica por diferentes razões: entender as causas da estagnação econômica dessa região em um estado da federação com bom nível de desenvolvimento, principalmente estando muito próxima da capital, pois a proximidade de uma região metropolitana com cerca de 2,5 milhões de pessoas e um centro universitário invejável pressupõe um grande dinamismo econômico.

Por fim, o trabalho busca sugerir caminhos que poderão apontar como a UFPR poderá participar de projetos ou processos de desenvolvimento de comunidades, uma vez que a mesma possui uma estrutura com muitos recursos e já começou a desenvolver uma série de ações no Vale do Ribeira.

3 METODOLOGIA UTILIZADA

Seguindo os passos lógicos do método científico, em primeiro lugar são formuladas uma série de questões sobre a situação em que se encontram os municípios da região a ser estudada, com base na observação da realidade e em alguns fundamentos teóricos existentes. O passo seguinte é a elaboração de uma hipótese para, em seguida, confronta-la com a realidade através de uma análise do que está ocorrendo nessa zona.

Apesar de o método ter sido aplicado em uma pesquisa relacionada às ciências sociais, aparece algumas dificuldades naturais referentes à mensuração de fenômenos sociais, como, por exemplo, estabelecer generalizações com respeito a elas e não contar com instrumentos de observação e contraste tão potentes como os que existem em outras disciplinas científicas. Não obstante essas limitações, a pesquisa foi feita com todo o rigor e as conclusões que foram obtidas podem ser consideradas como significativas, pois espelham dados factuais acerca da realidade da qual foram extraídas.

A hipótese, bem como os objetivos gerais e específicos da pesquisa, pretendeu responder às questões levantadas, uma vez que essas podem mostrar os fatos que estão ocorrendo na zona estudada.

Uma vez estabelecidos os objetivos, o primeiro passo na pesquisa foi a análise de documentos acerca do Vale do Ribeira. O IPARDES e a Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná, seguramente, detêm o maior acervo de documentos sobre a região. Ainda foram rastreados e examinados os documentos existentes nas bibliotecas da Secretaria de Estado da Agricultura; da EMATER-PR; do Arquivo Público; da Biblioteca Pública do Paraná; das bibliotecas da UFPR, localizadas no edifício D. Pedro I e no Setor de Ciências Agrárias, e da Imprensa Oficial do Estado. Os projetos sob responsabilidade do Estado do Paraná têm, independentemente da secretaria que os implantou, uma cópia na Secretaria de Planejamento. As avaliações dos projetos, quando existiram, foram realizadas pelo IPARDES. Na biblioteca desse último existe um valioso material a ser consultado. Nessas bibliotecas foram levantadas todas as informações disponíveis desde 1860 até a contemporaneidade. Essa eleição de período diz respeito da implantação da Colônia do Açungui até as últimas informações acerca do programa Paraná 12

Meses. As análises de documentos com informações sobre projetos implantados no estado foram desmembradas em dois planos: um quantitativo, que levou em consideração os valores financeiros investidos em projetos efetivamente executados na zona, e outro qualitativo, através do estudo da aplicação e do nível de alcance de objetivos nos aspectos intangíveis dos projetos.

A estadia em Córdoba, Espanha, teve o objetivo de estudar as questões relacionadas com desenvolvimento rural no âmbito espanhol e europeu. O período compreendido foi de outubro de 2002 a maio de 2003.

3.1 AS FONTES DE INFORMAÇÕES UTILIZADAS

Para responder às questões da pesquisa foram utilizados dois tipos de informação: primárias e secundárias.

3.1.1 Informações primárias

As informações primárias foram obtidas em entrevistas com diversas pessoas ligadas ao Vale do Ribeira. Em Curitiba, foram entrevistados técnicos da EMATER-PR e SEAB que trabalharam na região e ainda estão em atividade nessas empresas. Também buscou-se contatar técnicos que trabalharam nos diversos programas estaduais, como Pro-Ribeira, Pro-Rural, Paraná Rural e Paraná 12 Meses, inclusive alguns que participaram da elaboração dos mesmos. Foram também entrevistados professores, estudantes e funcionários da UFPR, da Reitoria e das Pró-Reitorias de Graduação e Extensão e Cultura.

Nos municípios do Vale do Ribeira, foram entrevistados diversos habitantes: técnicos dos escritórios da EMATER-PR, presidentes e secretários dos Sindicatos Rurais, comerciantes, funcionários das prefeituras municipais, pastores e padres de igrejas, ex-funcionários da Plumbum SA, agricultores, professores de escolas públicas e aposentados.

3.1.2 Informações secundárias

Foram utilizadas diversas fontes de informações secundárias, que podem ser

agrupadas nas seguintes categorias:

a) bibliografia científica: foi examinado um grande número de documentos referentes às teorias gerais de desenvolvimento, tentando compreender as bases do pensamento científico e conhecer as origens e posterior desenvolvimento dessa disciplina acadêmica. Na elaboração do capítulo referente ao desenvolvimento rural na Espanha foi realizado um exaustivo trabalho de levantamento e consulta bibliográfica nas bibliotecas da Universidade de Córdoba; do ISEC (Instituto Superior de Estudos Campesinos), vinculado àquela universidade, e da Junta de Andaluzia. b) publicações especializadas: uma das funções dos Observatórios para o Desenvolvimento Rural (órgãos especializados da União Européia) tem sido elaborar periódicos sobre a situação do desenvolvimento em diversos países: são inúmeras revistas e publicações especializadas de grande interesse. Além disso, o Observatório Europeu LEADER (Ligações Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) elaborou um bom número de documentos metodológicos e de síntese, cuja confecção teve a colaboração de diversos especialistas europeus. Outros fóruns e associações publicam, também, revistas e boletins que divulgam informações sobre desenvolvimento rural e que foram importantes para esse trabalho de pesquisa.
b) Internet: existe uma grande quantidade de informações na rede, que facilita o acesso inclusive a documentos oficiais.

O trabalho de pesquisa, a análise de documentos, as entrevistas, as visitas à região do Vale do Ribeira e a redação foram desenvolvidos de março de 2002 até outubro de 2005.

3.2 O TERMO “DESENVOLVIMENTO”

Ao longo desse trabalho o termo desenvolvimento aparece com grande freqüência. Dado às dificuldades de conceituação do mesmo, na seqüência se pretende mostrar o entendimento do seu significado quando da elaboração desse trabalho.

Na evolução histórica do pensamento sobre desenvolvimento, esse termo foi entendido como crescimento econômico até os anos 1970. A partir dessa época se

abriu um debate importante sobre as teorias que haviam vigido nas décadas anteriores. E é possível identificar algumas razões para essa mudança. A mais importante foi ideológica e derivou do questionamento do crescimento econômico como objetivo para países subdesenvolvidos, o que levou à redefinição dos objetivos do desenvolvimento, incorporando-lhes critérios sociais, ambientais e territoriais. Tais acontecimentos, junto com a emergência, no final daquela década, de movimentos pacifistas, ecologistas ou em defesa de diferentes raças ou religiões, conduziram a uma nova concepção de desenvolvimento e à aceitação, por parte da comunidade internacional, de que o desenvolvimento possuía mais dimensões que as estritamente econômicas, isso deu origem à elaboração de diferentes formulações, agrupadas dentro do que se chamou de desenvolvimento alternativo.

Pela primeira vez, o centro do debate deixou de articular-se em torno do crescimento econômico para prestar atenção aos problemas de emprego, à distribuição de renda, às necessidades básicas e ao meio ambiente. Foi o surgimento de um enfoque radicalmente distinto de todos os anteriores: o crescimento com eqüidade. A partir desse momento, a eficiência deixou de ser o único fim do desenvolvimento e se introduziu o conceito de eqüidade, cujo objetivo era redistribuir o crescimento e atender às necessidades básicas dos pobres, resolvendo problemas de nutrição, moradia, saúde, educação sem esperar pela elevação da renda per capta.

Na formulação desse novo enfoque houve vários marcos fundamentais: um deles foi a publicação em 1975, do informe “Que Fazer? Outro desenvolvimento”, pela Dag Hammarskjold Foundation, o qual recorria ao Relatório de Uppsala sobre um outro desenvolvimento. Um segundo foi a publicação do livro “Redistribuição com Crescimento”, de Chenery, em 1974, no qual o autor deixava claro a importância da redistribuição de renda. Por último, a celebração, por parte da Organização Internacional do Trabalho, de uma conferência mundial do emprego e a posterior publicação do informe “Emprego, crescimento e necessidades básicas”.

Esse informe identificou quatro tipos de necessidades básicas: 1) necessidades mínimas de consumo familiar (alimentação, moradia e vestimentas); 2) acesso a serviços essenciais (água potável, transporte, saúde e educação); 3) disponibilidade de um posto de trabalho com remuneração justa para as pessoas com disposição de trabalhar e 4) necessidades mais qualitativas, como a

possibilidade de viver em um “entorno” adequado, poder participar da tomada de decisões ou desfrutar das liberdades individuais.

Os resultados da conferência concordaram quanto às dificuldades de se conseguir as quatro necessidades básicas para todos e acordaram que, apesar da importância dos dois últimos itens, as atenções deviam se voltar, inicialmente, para obtenção dos dois primeiros.

Portanto, o termo “desenvolvimento” no presente trabalho deve ser entendido como crescimento econômico, porém com eqüidade. Os benefícios das riquezas geradas devem alcançar a todos os envolvidos.

Na Tese de Doutorado de Maria del Mar Delgado, apresentada na Escuela Superior de Ingenieros Agrônomos y Montes da Universidad de Córdoba, intitulada “Análisis de los efectos de la nueva política rural europea: uma aplicação al caso Andaluz”, apresenta um bom estudo sobre este tema.

4 O VALE DO RIBEIRA

4.1 LOCALIZAÇÃO

A grande região que compõe o Vale do Ribeira e Guaraqueçaba é formada por uma parcela do território de São Paulo e do Paraná. Está estruturada a partir da bacia hidrográfica do Ribeira do Iguape, estendendo-se desde o litoral sul de São Paulo até o litoral norte do Estado do Paraná. São cerca de 30.000 km^2, onde vive uma população de aproximadamente 720.000 pessoas, distribuídas por 38 municípios, sendo 23 em São Paulo e 15 no Paraná. O estudo de que trata esse trabalho se refere aos sete municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Esses estão localizados no nordeste do estado e constituem uma zona de estagnação econômica e de baixo desenvolvimento social (IPARDES, 2003). Trata-se de uma região com relevo ondulado e montanhoso, com clima subtropical úmido em Adrianópolis, Dr. Ulysses e Cerro Azul, zona que apresenta verões quentes, geadas mais raras e uma tendência de chuvas freqüentes nos meses de verão. Não apresenta estação seca definida e, segundo Koeppen, o clima é do tipo Cfa. Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul, Itaperuçu e Rio Branco do Sul têm clima subtropical úmido mesotérmico, com verões frescos e geadas severas freqüentes, as chuvas são distribuídas no decorrer do ano, principalmente nos meses de verão. O clima é classificado, segundo Koeppen, como do tipo Cfb (VARASCHIN, 1991).

A área dos municípios acima citados compreende 6.106 km^2, com uma população, no ano 2000, de 90.708 habitantes (IPARDES, 2003). A Tabela 1 mostra os dados da população dos municípios.

TABELA 01 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - 2000

MUNICÍPIO	POP. RURAL	POP. URB.	POP. TOTAL	% CRES. 91/00 *
Adrianópolis	5.394	1.613	7.007	-2,69
Bocaiúva do Sul	5.488	3.562	9.050	1,68
Cerro Azul	12.436	3.916	16.352	0,18
Doutor Ulysses	5.302	701	6.003	2,12
Itaperuçu	3.110	16.234	19.344	6,83
Rio Branco Sul	9.292	20.049	29.341	0,70
Tunas do Paraná	2.190	1.421	3.611	2,67

FONTE: Censo Demográfico Anuário Estatístico. IBGE, (2000).
* população total.

A população é predominantemente rural, com exceção daquela pertencente aos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, embora a soma total da população urbana seja superior à da rural. O crescimento da população tem ocorrido em níveis muito baixos, na última década foi negativo para o município de Adrianópolis. Quando se compara o crescimento dos setores urbano e rural, fica evidente o maior crescimento da população urbana, o que leva a se esperar um maior grau de urbanização da região.

Como já afirmamos anteriormente, esses baixos índices estão ligados à renda insuficiente da população nesses municípios, ao grande número de chefes de família com grau reduzido de escolaridade, aos níveis de rendimento de baixa monta e a substanciais índices de analfabetismo. Também voltamos a ressaltar que os patamares indicadores da expectativa de vida em tais localidades estão próximos ou abaixo dos padrões estaduais e a desigualdade de renda, acima, de maneira expressiva, da média do estado (IPARDES, 2003).

Os serviços básicos de saneamento são insuficientes para atender à população, pois os números indicadores de serviços de coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário são acentuadamente menores do que os da média estadual. Esse fato está seguramente correlacionado ao quadro de desigualdades sociais citado anteriormente, porém esses dados serão comentados com mais vagar, adiante, no item que trata de aspectos socioeconômicos.

Concentrando uma população de aproximadamente 90.000 pessoas, a região

do Vale do Ribeira que agora examinamos expõe a contradição de ser uma das áreas mais carentes e, ao mesmo tempo, ser detentora do maior potencial de minerais não-metálicos, além de ser um dos maiores pólos de reflorestamento. Nenhuma dessas atividades, no entanto, vem agregando valores de forma relevante para a região (ARAÚJO, 1998).

4.2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A região do Vale do Ribeira foi uma das primeiras zonas a serem desbravadas no Brasil. Apesar de ter ficado à margem dos principais ciclos econômicos, ela teve relativa importância nos primórdios da mineração. As primeiras notas a respeito da ocupação da região datam de 1531, com Martin Afonso de Souza. Ele havia partido do Rio de Janeiro e ancorou pela primeira vez em frente à ilha de Cananéia, onde seriam fundadas mais tarde duas comunidades pioneiras: Cananéia e Iguape. Esses dois portos serviam ao escoamento de ouro da região da Serra de Paranapiacaba e base de controle da navegação na região. Era por Iguape, fundada por espanhóis em 1537 e situada em terras dos índios tupiniquins, que passavam as embarcações que se dirigiam ao continente. Cananéia, vila dos Tupis, foi colonizada por portugueses que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios (BUENO, 1998).

A história da ocupação mostra que a mesma é resultado de uma matriz comum, com origens nas atividades mineradoras, cujo início se deu nessa região, onde foi fundada, em 1635, a primeira casa de fundição de ouro do país: a Oficina Real de Fundição de Ouro (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA-GUARAQUEÇABA, 2002).

Inicialmente a ocupação do território se limitou a acompanhar a linha litorânea, uma vez que o vale estava situado nos limites previstos pelo Tratado de Tordesilhas. A economia local, baseada principalmente na pesca, coleta e lavouras de subsistência, era comum a toda a capitania. O primeiro impulso verificado na economia ocorreu no século seguinte ao do início da ocupação com a mineração.

A ocupação do território começou a se direcionar ao sul, acompanhando a faixa litorânea e chegando a Paranaguá, no sentido sudoeste, subindo as corredeiras do Ribeira e Açungui até os Campos de Curitiba. O historiador Romário

Martins (1995) informa que, provavelmente, a entrada dos primeiros homens brancos na porção ocidental da Serra do Mar, chamada então “Sertão de Paranaguá”, deve ter ocorrido na região meridional da Ribeira, por onde passava o caminho pré-cabralino de Peabiru. Esse caminho ligava São Vicente ao Rio Paraná, se estendia por cerca de 200 léguas e tinha um ramal para o sul até o Campo dos Biturunas (Palmas) e para o Tape, no Rio Grande do Sul.

O ciclo do ouro no Vale do Ribeira teve início com a descoberta do metal na região do médio Ribeira, onde foram encontradas as primeiras jazidas auríferas do Brasil. A região experimentou um relativo desenvolvimento que se concentrou em Iguape, porto de escoamento do metal. Mais tarde houve um período de estagnação na atividade mineradora, seguido de uma importante retomada através de mineradores paulistas no alto Ribeira. Na região de Apiaí o ouro encontrado era o de aluvião e teve grande importância na continuidade da ocupação da zona. O escoamento da produção, dessa vez passou a ser na direção de Sorocaba, via Itapetininga.

Após a descoberta do ouro, o passo seguinte foi da chegada do fisco. Em 1647 chegaram os primeiros grupos de povoadores: o de Eleodoro d’Ébano, com a administração das minas e a seguir o de Balthazar Carrasco dos Reis e Mateus Martins Leme, em 1661, depois o de Salvador Jorge Velho que, entre 1678 e 1680, movimentou as lavras do Ribeirão e de Nossa Senhora da Cachoeira na região do Açungui.

Na região compreendida pelo Vale do Açungui teriam se formado, em meados do século XVII, arraiais mais ou menos estáveis, como Arraial Queimado (Bocaiúva), Borda do Campo (Atuba, Vilinha, Vila dos Cortes), Arraial Grande (São José dos Pinhais), Barigui e Tidiquera (Araucária) (COMEC, 1999).

Em 1640, Gabriel de Lara, que dirigia um grupo de povoadores em Paranaguá, conseguiu a elevação do pelourinho para a localidade e, em 1648, a categoria de vila. Após essa instalação Gabriel de Lara passou a ser governador e ouvidor da Capitania e ainda capitão-mor e alcaide-mor da vila. O governador da nova capitania visitou pela primeira vez o planalto de Curitiba em 1668, tomando posse da povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Autorizou elevação do pelourinho e investiu Mateus Martins Leme no cargo de capitão-mor povoador. A povoação permaneceu sob o governo provisório até 29 de março de 1693, quando,

pelos moradores e com anuência de Mateus Leme, foi elevada à categoria de vila (MARTINS, 1995). Nessa época Paranaguá era a vila litorânea mais meridional do Brasil e Curitiba a mais meridional e ocidental do sertão brasileiro.

A forma de ocupação do território brasileiro ao longo dos séculos foi constantemente definida em função dos interesses mercantis da Europa. Esse processo sempre visou o estabelecimento de grandes estruturas e unidades de produção. As atividades exportadoras continuamente se apresentaram como um setor privilegiado da economia e sua dinâmica foi pautada perpetuamente pela produtividade e rentabilidade. Dessa forma, a economia de subsistência também sempre foi vista como um setor da economia de exportação.

Ao longo do século XVIII a principal atividade econômica esteve baseada na mineração na região de Minas Gerais. A grande empresa açucareira foi substituída pela grande empresa mineradora, caracterizada pela maior rentabilidade, alta capitalização e um alto nível de especialização. A mineração se tornou uma referência que, através de efeitos indiretos, permitiu a articulação de novos processos econômicos em outras regiões do país. Dessa forma, a expansão da pecuária no sul do Brasil se tornou uma atividade lucrativa integrando a economia paranaense à estrutura econômica brasileira.

No Paraná, principalmente no final daquele século, não havia sido estabelecida uma estrutura produtora de alimentos voltada para atender às necessidades da população. A base da economia seguia sendo a criação ou venda de gado que seria comercializado em Sorocaba ou ainda nas zonas mineradoras de Minas Gerais. A produção de alimentos no litoral do estado tinha a farinha de mandioca e o peixe como itens mais importantes, seguidos do arroz, feijão e milho (SANTOS, 1995). No início do século seguinte, o setor de subsistência do Paraná ainda era bastante modesto, com pouco dinamismo e crescimento simplesmente vegetativo. A economia de exportação, por outro lado, iniciou um processo intenso que fez o setor de subsistência perder ainda mais terreno. A economia do mate monopolizava todos os recursos no litoral e no primeiro planalto e a da pecuária foi determinante para a ocupação do primeiro e segundo planaltos do Paraná. A crise de abastecimento nessa época gerou escassez e carestia, provocando o aumento da importação de artigos e gêneros alimentícios de outras capitanias ou mesmo do exterior (SANTOS, 1995).

A crônica crise no abastecimento agroalimentar verificada nas primeiras décadas do século XIX no Paraná foi ocasionada, segundo Santos (1995), por fatores como o entusiasmo com a economia do mate e da pecuária, que desestimulava o trabalho agrícola e provocava o abandono da produção de subsistência em escala comercial. Os agricultores passaram apenas a produzir alimentos para suas famílias. O cultivo agrícola utilizava métodos bastante rudimentares, como a limpeza manual, queimadas, ausência de equipamentos e fertilizantes. Aliada às dificuldades anteriores, havia a ausência de um sistema viário que integrasse as regiões e viabilizasse as trocas comerciais.

A partir da segunda metade daquele século surgiram novos tempos para o Paraná: a abolição do tráfico de escravos e a prevista extinção da escravatura, assim como a Lei de Terras do governo imperial, que estabelecia que as terras devolutas deveriam pertencer ao governo, fizeram com que a crise se abatesse sobre a cadeia do mate em uma economia dependente de uma baixa diversificação

Uma das saídas visando ao aumento da oferta de produtos alimentares foi a implementação de um processo imigratório e colonizador, iniciando o estabelecimento de colônias agrícolas, como a Colônia Tereza, em Cândido de Abreu (1847); a de Jataí (1851); Superagui, em Guaraqueçaba (1852) e Açungui (1860). A seguir vieram muitas outras, como Ivaí, Alexandra, Eufrasina, Pereira, dos Aldeamentos de São Pedro de Alcântara, de São Jerônimo e de Paranapanema e as colônias municipais ao redor de Curitiba: Argelina, Pilarzinho, Abranches, Tomás Coelho, Santa Cândida, Órleans, Santo Inácio, D. Augusto, Riviére e Lamenha.

Essa medida, tomada em conjunto pelos governos provincial e imperial, tinha um caráter emergencial diante da necessidade de solucionar problemas estruturais. Ela foi elaborada com vistas à criação de colônias agrícolas dedicadas exclusivamente à agricultura de subsistência.

Portanto, em 1860 foi fundada a colônia do Açungui, no Vale do Ribeira, cujo núcleo deu origem, mais tarde, à cidade de Cerro Azul. O local foi escolhido em virtude das terras serem consideradas na época de grande fertilidade e situadas a cerca de 100 quilômetros de Curitiba (WACHOWICZ, 1968). A gleba selecionada para implantação da colônia tinha 59.681 hectares divididos em cerca de 400 lotes para assentamento de colonos brasileiros, ingleses, alemães, franceses, italianos e suíços. Em 1875 essa colônia contava com cerca de 1.820 pessoas, sendo que

desse total 48% eram brasileiros e o restante de diversas nacionalidades. A sede administrativa estava localizada nas proximidades do morro Cerro Azul (COMEC, 1999). A expectativa do governo provincial de que a Colônia Açungui pudesse produzir em grandes quantidades milho, feijão, batata, cana-de-açúcar e outras espécies não se confirmou. A mesma não produziu sequer o mínimo esperado e muito agricultores estrangeiros abandonaram suas propriedades diante das dificuldades enfrentadas, principalmente a de colocar seus produtos no mercado. A posição do governo imperial na época, de estimular a colonização agrícola por meio de mão-de-obra, sem maiores comprometimentos, é explicada a partir da compreensão das diretrizes dos governos provinciais: buscar divisas através do incentivo às culturas de exportação e manter uma forte política arrecadadora de impostos. Essa face do liberalismo, muito familiar aos nossos dias, consolida a vocação agrícola do país sob o lema “produzir para exportar”, sem preocupação com a produção de alimentos e as necessidades do consumo interno. Nos nossos dias, aliás, tal vocação se mostra ainda mais, seja através da formação de cartéis ou de grupos que manipulam e aviltam os preços dos produtos oriundos da pequena produção, seja pela falta de recursos e por outros problemas por demais conhecidos.

O outro município que completa a área que analisamos no Vale do Ribeira é Adrianópolis, conhecido originalmente como Epitácio Pessoa. Em 1939 foi elevado à categoria de distrito com o nome de Paranaí e, em 1960, foi desmembrado de Bocaiúva do Sul com a denominação atual. A história de Adrianópolis está ligada à exploração de suas reservas minerais, especialmente do chumbo, e à instalação na região, em 1937, de uma grande empresa multinacional, a Plumbum SA, que operou até a metade da década de 90. As investigações geológicas na região tiveram seu início na primeira década do século passado, porém somente em 1936, aproximadamente, começaram os reconhecimentos e a comprovação da existência de importantes jazidas de galena argentífera em Panelas de Brejaúvas.

No decorrer da segunda guerra mundial foi explorado o complexo cúprico de origem hidrotermal do Peraú, situado nas margens do Ribeirão Grande, junto à Serra do Cadeado. Esse minério era extraído a céu aberto, transportado em fardos sobre o lombo de mulas durante seis horas através de terrenos acidentados, entre o Peraú e a estrada Curitiba-Capela da Ribeira, e daí transportado de caminhão para Itapeva SP, onde era processado.

Em 1945 entrou em operação a Metalúrgica Plumbum SA, que passou a processar o minério extraído da mina de sua propriedade e das demais minas da região. O Vale do Ribeira foi, nessa época, uma das maiores províncias metalogênicas e um dos maiores produtores de chumbo do país (GOVERNO DO PARANÁ, 1980).

A atividade da Plumbum foi encerrada em 1995 (JORGE, 2004), pois, com a exaustão das minas e o rebaixamento dos preços internacionais, o custo da retirada do minério ficou muito alto e pouco atraente para a empresa, que preferiu interromper suas atividades.

O resultado das cinco décadas de exploração de minério em Adrianópolis foram marcas profundas no ambiente e a contaminação da população com o metal. Mesmo com as atividades tendo sido encerradas em 1995 o grau de contaminação no sangue das crianças da região é preocupante. Um trabalho de doutoramento, da linha de pesquisa ambiental do Instituto de Geociências da Unicamp, estudou durante dois anos amostras de sangue de crianças matriculadas em escolas locais e concluiu que o chumbo ainda está presente na região até hoje e em níveis muito acima da normalidade (JORGE, 2004).

Ainda no início do século XX dois acontecimentos importantes completaram o processo de estagnação econômica da região: o primeiro foi a alteração do trajeto na construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, levada a cabo entre 1890 e 1910, que deixou de passar por Cerro Azul e foi desviada para Ponta Grossa. O segundo, a construção da rodovia ligando São Paulo a Curitiba, que também foi desviada para longe do núcleo da Colônia. A região perdeu o ritmo de desenvolvimento e somente em 1940 voltou a conectar-se com Curitiba e outras regiões, quando o Interventor Manoel Ribas construiu uma estrada ligando Cerro Azul à Rodovia São Paulo/Curitiba (COMEC, 1999).

4.3 O USO DO SOLO

A região do Vale do Ribeira é caracterizada por feições montanhosas, morros e vales. Apresenta uma grande diversidade de ambientes, compostos por extensas áreas de relevo serrano com fortes declividades e várzeas encaixadas. Ocorrem escarpas abruptas, desenhando anfiteatros sucessivos que se separam por

espigões; as morrarias se caracterizam por um relevo de colinas, morros e morretes, rampas, terraços (antigos e intermediários), cones de dejeção e planícies aluviais, posicionadas nos sopés dos relevos montanhosos (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA-GUARAQUEÇABA, 2002).

A cobertura vegetal predominante na região é caracterizada pela Mata Atlântica e por seus ecossistemas associados, como os mangues, restingas e florestas de encostas da Serra do Mar. A floresta Ombrófila densa cobre a região de encosta da serra do mar e está localizada entre 50 e 900 metros de altitude. Apresenta-se com dois extratos arbóreos (entre 5 e 10 metros e entre 15 e 20 metros de altura), podendo atingir 30 metros de altura. Aparecem ainda ocorrências da floresta Ombrófila mista com araucárias nas zonas de transição dos campos para locais com relevo mais irregular. São observadas ainda extensas áreas de bracatinga, que ocorrem com grande intensidade nos municípios de Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul e Itaperuçu. Esse tipo de vegetação cobre os mais diversos tipos de solo, predominando nos locais de relevo fortemente ondulado a montanhoso (BRASIL, 1984).

Nessa zona aparecem também grandes áreas de reflorestamento sem medidas preservacionistas, eliminando a vegetação nativa, inclusive junto às margens dos rios, encostas de grande declive, nascentes, que estão homogeneizando a cobertura vegetal (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA-GUARAQUEÇABA, 2002).

O Governo do Paraná implantou, recentemente, duas novas unidades de conservação nessa área: a primeira é o Parque Estadual das Lauráceas, que está localizado nos municípios de Adrianópolis, Tunas do Paraná e Bocaiúva do Sul. Essa unidade se estende por 27.524,33 hectares. A segunda, o Parque Estadual de Campinhos, cobrindo 208,12 hectares, está localizada nos municípios de Cerro Azul e Tunas do Paraná (IPARDES, 2003). Esse último parque está distante 65 km de Curitiba e apresenta vegetação original de araucárias, imbuias, cedro, erva-mate e carvalho brasileiro. O Parque Estadual de Campinhos tem um forte apelo turístico em seu complexo de grutas de formação calcária denominado Conjunto dos Jesuítas. O Parque Estadual das Lauráceas está um pouco mais distante de Curitiba e sua vegetação original é composta por uma transição entre araucárias e floresta

atlântica. Esse parque é o maior dentre os 22 existentes no estado e está para ser mais bem estruturado por meio do Programa Pró-Atlântica, com linhas específicas de financiamento, tendo a perspectiva de se transformar em um importante pólo de turismo ecológico.

A Tabela 2 mostra como o solo está sendo usado na região.

TABELA 02 – USO ATUAL DO SOLO (em Ha) – 1999

MUNICÍPIO	LAV. ANUAIS	LAV. PERENES	PAST. NATURAIS	PAST. ARTIF.	REFLOREST	MATAS	OUTRAS ÁREAS	TOTAL
Adrianópolis	2000	3000	15000	25000	28000	60000	2926	135.926
Bocaiúva Sul	1500	740	6400	2100	36500	23000	12929	83.169
Cerro Azul	18000	9500	12000	4500	1200	800	78428	124.428
Dr. Ulysses	3100	3200	6000	2200	22000	2500	35410	74.410
Itaperuçu	5100	760	7000	800	18500	2000	2840	37.000
Rio B. Sul	8500	250	13600	5000	10200	8000	7750	53.300
Tunas PR	350	200	500	2060	25910	14000	19130	62.150
Total	38550	17650	60500	41660	142310	110300	159413	570383

FONTE: Perfil Periódico – EMATER-PR, (1999).

Ao contrário de outras regiões do estado nas quais se praticou a agricultura do café ou, ainda, a sucessão soja-trigo, a região do Vale do Ribeira não teve como suporte a fertilidade natural dos solos nem uma topografia adequada à mecanização. A deficiência generalizada de fósforo, a acidez elevada e a redução da taxa de matéria orgânica devida à erosão hídrica contribuíram, e ainda contribuem, para restringir a produtividade e competitividade.

Nas atividades agropecuárias da região não se verifica nenhum destaque de representatividade no âmbito estadual, com exceção algumas frutas cítricas, que nos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses representam, respectivamente, 6,3% e 2,3% da produção estadual. Na atividade extrativa de madeira também esses municípios apresentam 1,8% e 2,3% do total do estado (IPARDES, 2003).

A principal atividade agrícola dos municípios do Vale do Ribeira está centrada no cultivo de espécies de subsistência como o milho, feijão e mandioca. A atividade agrícola de maior importância nos municípios de Cerro Azul e Dr. Ulysses é o cultivo de laranjas e tangerinas. Esse cultivo ocupa cerca de 11.000 hectares e envolve

aproximadamente 4.300 produtores rurais (FONTE, 2002).

Na parte norte desses dois municípios existem boas condições de adaptação para a agricultura orgânica, pois há áreas com menores taxas de utilização de agrotóxico e ambientalmente menos degradadas (DAROLT, 2000).

A agricultura é desenvolvida com a utilização de baixa tecnologia. O solo possui relevo ondulado a fortemente ondulado, dificultando substancialmente a condução de lavouras anuais. A força de trabalho é predominantemente braçal e a mão-de-obra, familiar. As práticas de conservação de solos são utilizadas por aproximadamente 5% das famílias, sendo as queimadas práticas corriqueiras para limpeza das áreas, existe pouca diversidade na produção e conseqüente baixa sustentação das unidades agrícolas. Além dos cultivos anuais mencionados, outras atividades agrícolas importantes são o cultivo de pinus e a extração de madeira nativa para os fornos das indústrias de calcário. A criação de gado de corte também é desenvolvida em pequena escala (PERACI, 2002). A Tabela 3 mostra o número de agricultores e sua categoria conforme o programa “Paraná 12 Meses”.

TABELA 03 – CATEGORIA DOS PRODUTORES RURAIS

MUNICÍPIO	PS/PSM1	PSM2/PSM3	EF/ER	TR
Adrianópolis	300	400	90	500
Bocaiúva do Sul	600	570	130	980
Cerro Azul	1730	1150	50	
Dr. Ulysses	600	560	40	150
Itaperuçu	662	137	34	
Rio B. do Sul	535	490	160	
Tunas do PR	158	35	25	600

FONTE: EMATER-PR, (2001).

Essa classificação foi proposta pelo IAPAR em 1995 e, quando do início do programa, serviu para agrupar os produtores em categorias para fins de enquadramento.

O “PS”, Produtor de Subsistência, é aquele cuja produção é predominantemente voltada para a subsistência da família. Tem uma pequena relação com o mercado na venda de excedentes e significativa parte da renda

familiar é proveniente da venda da força de trabalho. No segundo grupo, “PSM”, Produtores Simples de Mercadorias, estão aqueles cuja produção atende às necessidades da família e possuem pelo menos um produto disponível para o mercado. Os equipamentos e métodos de trabalho empregados são predominantemente de tração animal e a principal mão-de-obra é familiar. Esse grupo foi subdividido ainda em três subgrupos: PSM1, PSM2 e PSM3. Como critérios para esse enquadramento foram levados em consideração a área da propriedade, as benfeitorias produtivas, os equipamentos agrícolas e a participação da mão-de-obra familiar no processo de produção. Por exemplo: um agricultor do tipo PS/PSM1 tem área produtiva inferior a 15 hectares, o valor das suas benfeitorias produtivas não ultrapassa R$ 15.000,00 e dos seus equipamentos é inferior a R$ 12.000,00. Por fim, a mão-de-obra familiar é responsável por, no mínimo, 80% das necessidades.

Os “EF”, Empresários Familiares, têm sua produção voltada prioritariamente para o mercado, utilizam tração mecânica ou animal, mas a família ainda possui uma forte participação nas atividades da produção.

O último grupo, os “ER”, Empresários Rurais, são aqueles cuja produção é voltada exclusivamente para o mercado e as atividades de produção são executadas através de mão-de-obra contratada (GOVERNO DO PARANÁ, 1997).

Como a tabela acima mostra, dos 10.686 produtores da região, 4.585, ou 43% do total, pertencem ao primeiro grupo. Isso justifica a baixa renda das famílias e o conseqüente aparecimento do bolsão de pobreza e estagnação econômica em toda a zona.

Entre outras coisas, um dos grandes entraves para a melhoria dos índices de produtividade na região reside no fato de que uma substancial parcela dos agricultores não possui títulos de posse de suas propriedades. Esse fato implica na impossibilidade do acesso ao crédito rural (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA-GUARAQUEÇABA, 2002b).

4.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Os municípios da região têm suas economias dependentes da agricultura familiar e estão fundados nas lavouras de subsistência e na extração mineral e

vegetal. No primeiro caso, da agricultura, a baixa renda familiar e a falta de perspectivas vêm estimulando o abandono das zonas rurais e o conseqüente fenômeno da urbanização. Com exceção dos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, a população é predominantemente rural e apenas Adrianópolis apresentou crescimento negativo na última década, sendo que os demais demonstraram uma dinâmica populacional crescente. Quando comparamos o crescimento das zonas rurais e urbanas, fica evidenciado o progresso da urbanização: essa apresentou, em 2000, um índice de 52,4% (IPARDES, 2003).

Reflexo imediato dessa situação, a falta de perspectivas de melhoria nas condições de vida leva as pessoas a migrarem em busca de outros centros. A Tabela 4 mostra o fluxo migratório ocorrido entre os anos de 1980 a 2000 e uma estimativa para o ano de 2005, feita pelo IBGE.

TABELA 04 – FLUXO MIGRATÓRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA

MUNICÍPIO	1980	1990	2000	2005
Adrianópolis	11.096	8.935	7.006	4.866
Bocaiúva do Sul	12.119	10.657	9.047	9.691
Cerro Azul	20.003	21.073	16.345	18.283
Dr. Ulysses			5.984	6.989
Itaperuçu			19.134	29.273
Rio B. do Sul	31767	38.296	29.321	20.695
Tunas do PR			3.615	4.766

FONTE: IBGE, (2000).

Segundo o quadro acima, no intervalo compreendido entre 1980 e 2000, ocorreu uma significativa migração dessa população. Os municípios de Dr. Ulysses, Itaperuçu e Tunas do Paraná foram emancipados após essa data. O Vale do Ribeira vem apresentando uma perda populacional crescente para outros centros urbanos em virtude da falta de infra-estrutura básica, de oportunidades de emprego e de ocupação da mão-de-obra como fonte geradora de renda. A estimativa, segundo dados do IBGE, para os municípios de Adrianópolis e Rio Branco do Sul, para os próximos anos, é de queda acentuada na população (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA-GUARAQUEÇABA,

2002).

A malha viária da região é incapaz de atender às necessidades para escoamento da produção, quanto mais de atuar como fator de desenvolvimento regional. Talvez isso possa explicar a estagnação econômica e o posicionamento da área à margem da expansão da economia do estado. A Rodovia Federal BR 476, que faz a união de Curitiba a Adrianópolis teve seu leito pavimentado somente agora, em 2005. A outra rodovia da região, a estadual PR 092, que faz a ligação de Curitiba com Cerro Azul está sendo finalizada também nesse ano. Ainda faltam cerca de 10 quilômetros de asfalto para completar a ligação. Dentro dos municípios o panorama não é diferente, a malha viária é pequena e mal conservada. No entanto, as estradas deveriam ser o principal meio para a integração entre municípios e o acesso da população, além de uma forma de atração de investimentos para geração de emprego e renda (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA-GUARAQUEÇABA, 2002). A Tabela 5 informa o tamanho da malha viária nos municípios do Vale do Ribeira.

TABELA 05 – MALHA VIÁRIA DOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO	MALHA VIÁRIA MUNICIPAL EM QUILÔMETROS
Adrianópolis	210
Bocaiúva do Sul	854
Cerro Azul	428
Dr. Ulysses	198
Itaperuçu	112
Rio B. do Sul	300
Tunas do PR	145

FONTE: EMATER-PR, (2002).

No entendimento da população envolvida talvez esse seja o maior desafio ou o primeiro a ser superado para o desenvolvimento da região. No ano de 2002 foi realizado um Fórum, denominado “Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira”, em Adrianópolis e outros diversos seminários nos municípios que fazem parte da região. Foram envolvidas cerca de 1.000 pessoas de diversos segmentos

da sociedade local e de variadas instituições do estado. Foram discutidos, na oportunidade, os encaminhamentos, deficiências e soluções encontradas, bem como as potencialidades da região. Em todos os documentos elaborados nesses encontros as primeiras sugestões se iniciam invariavelmente pelos pedidos de pavimentação das rodovias BR 476 e PR 092, além da estrada que liga os municípios Dr. Ulysses e Cerro Azul a Tunas do Paraná (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA-GUARAQUEÇABA, 2002).

Outro dado relevante a respeito do estágio de desenvolvimento da região é o IDH. Apesar de criticado, com razão, por tentar recolher uma grande quantidade de conceitos qualitativos através de dados muito simples, segundo DELGADO (2001), o IDH ainda é um conceito que permite conhecer determinadas situações relativas acerca de um país ou região em um dado período de tempo. Esse índice foi criado após a publicação do PNUD, em 1990. Para o PNUD, o objetivo central do progresso é o bem-estar do ser humano, sendo o desenvolvimento um processo para tal. Mesmo considerando que as oportunidades humanas podem ser infinitas e mutáveis com o passar do tempo, as três inicialmente definidas como principais foram a possibilidade de ter uma vida saudável e prolongada, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários para uma vida decente. Sem essas, outras mais seriam inacessíveis.

O IDH é elaborado com base nos indicadores de educação (alfabetização e taxa de freqüência escolar), longevidade e renda da população. A taxa de alfabetização, com peso 2, representa o percentual da população com idade de 15 anos ou acima que tem a capacidade de ler ou escrever um bilhete simples; a taxa de freqüência escolar, com peso 1, é o somatório, independentemente de idade, dos que freqüentam os cursos fundamental, médio (inclusive supletivos) e superior (incluindo pós-graduações), dividido pela população de 7 a 22 anos; a longevidade (esperança de vida ao nascer) sintetiza as condições de saúde e salubridade do local, uma vez que quanto mais mortes nas faixas etárias mais precoces, menor é a expectativa de vida e, finalmente, a renda municipal *per capita* é o somatório das rendas (no caso do Brasil, conforme respostas ao questionário expandido da amostra do Censo Demográfico) de todos os residentes, dividido pela população. Deve-se chamar a atenção para que, no caso do último componente, a elaboração

do IDH de países e estados leva em consideração o PIB *per capita*, inadequado para o caso de unidades menores, como os municípios (IPARDES, 2000).

Esse conjunto de indicadores compõe os índices IDH-E (educação), IDH-L (longevidade) e IDH-R (renda), cuja média aritmética simples dá como resultado o IDH-M. Esses índices variam de 0 a 1, sendo 1 a posição correspondente aos melhores valores, enquanto o 0 representa nenhum desenvolvimento humano. Os países ou zonas geográficas com IDH de até 0,499 são considerados como de baixo desenvolvimento humano, aqueles com IDH entre 0,500 e 0,799 têm médio desenvolvimento humano e os com IDH igual ou superior a 0,800 têm alto desenvolvimento (IPARDES, 2000). O município de Curitiba apresenta-se como o de maior IDH-M no Paraná, com o índice de 0,856 (IPARDES, 2000).

Os municípios da região do Ribeira apresentam IDH-Ms que se situam abaixo da média paranaense de 0,786 e também da nacional, de 0,764. A Tabela 06 mostra o IDH-M dos municípios do vale do Ribeira.

TABELA 06 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL VALE DO RIBEIRA – PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	IDH-M	*RANKING* ESTADUAL	*RANKING* NACIONAL	RENDA MUNICIPAL *PER CAPITA*[1]
Adrianópolis	0,683	374	3268	115,59
Bocaiúva do Sul	0,719	273	2655	185,81
Cerro Azul	0,684	372	3254	123,80
Dr. Ulysses	0,627	398	4179	86,00
Itaperuçu	0,675	381	3365	133,47
Rio B. do Sul	0,702	330	2953	178,95
Tunas do PR	0,686	370	3221	136,68

FONTE: IPARDES, (2003).

[1] Todo tipo de renda obtida pelos moradores / total de moradores, expressa em reais, na cotação de agosto de 2000.

Segundo o IPARDES (2003) esses baixos índices são substancialmente afetados pela renda insuficiente da população de todos esses municípios. A tabela

anterior mostra de maneira muito clara esse fato. Outros indicadores complementam esse quadro de insatisfatório desenvolvimento humano na zona como, por exemplo, uma grande proporção de chefes de família com baixa escolaridade, níveis de ingresso escolar também reduzidos e expressivos níveis de analfabetismo. A expectativa de vida ao nascer está situada em níveis iguais ou menores aos da média estadual, por outro lado a desigualdade da renda é muito superior à média do Paraná. Quando são, ainda, incluídos na comparação outros fatores que implicam em qualidade de vida, os dados são alarmantes: o abastecimento com água tratada não chega à metade da população em cinco dos sete municípios da região pesquisada. Apenas em Itaperuçu e Rio Branco do Sul esse número chega a 70% das casas, nos demais varia entre 35 e 52%. Somando-se a isso os índices de esgotamento sanitário obtém-se uma visão ainda mais alarmante: o total de domicílios atendidos por rede geral de esgoto ou pluvial não ultrapassa 17,44% na melhor situação, que é a de Rio Branco do Sul. No outro extremo está Doutor Ulysses, com 0,07% (IPARDES, 2003). A coleta de lixo não atende às necessidades da população, pois atinge 81% dos domicílios em Itaperuçu, porém não ultrapassa 28% em Cerro Azul, abaixo da média estadual, que já atingiu 82%.

Em virtude dos dados evidenciados acima, justifica-se que os índices de mortalidade geral, infantil e, ainda, proporcional dos municípios da região estudada sejam, também, em muito superiores aos da média estadual. Esse baixo desempenho dos indicadores de saúde citados está ligado a uma rede de atendimento à saúde com severas limitações (ou até mesmo inexistente, que é o caso da maioria dos municípios), tanto nos âmbitos hospitalar como ambulatorial. Não existem leitos hospitalares do SUS nos municípios de Adrianópolis, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná. A rede ambulatorial do SUS não tem atendimento com Postos de Saúde em Itaperuçu e Tunas do Paraná, nem Centros de Saúde em Bocaiúva do Sul, Doutor Ulysses, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

As condições do mercado de trabalho e a remuneração média dos trabalhadores dão também uma indicação das dificuldades de sobrevivência da população. A única cidade que apresenta um mercado formal de trabalho é Rio Branco do Sul, em virtude das indústrias ligadas à exploração de minerais de cálcio, magnésio e cimento. Segundo o IPARDES (2003), a remuneração média nominal dos trabalhadores nos municípios no Vale do Ribeira é equivalente à metade da

remuneração média no Estado do Paraná. A Tabela 07 informa o número de estabelecimentos e o de empregados nos municípios.

TABELA 07 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGADOS

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS	EMPREGADOS
Adrianópolis	33	474
Bocaiúva do Sul	77	644
Cerro Azul	47	542
Dr. Ulysses	16	354
Itaperuçu	83	839
Rio B. do Sul	210	2.856
Tunas do PR	19	317
Total	485	6.026

FONTE: IPARDES, (1999).

O quadro acima mostra um irrisório número de trabalhadores empregados nos municípios da região, revelando mais uma face do desmedido crescimento das grandes cidades: as cidades-dormitório. A população deixa o seu domicílio durante o dia em busca de trabalho e outras ocupações, somente retornando à noite. A grande maioria não tem profissão definida nem qualificação profissional para o mercado ficando na maioria das vezes marginalizada nos grandes centros.

Apesar das atividades econômicas na região serem bastante limitadas, nota-se uma carga poluidora vinda de diversas origens, como de cidades, indústrias – no caso de Rio Branco do Sul – e, ainda, rural. Essa última é devida ao cultivo nas encostas, pois a erosão causada pelas chuvas arrasta o solo para os mananciais e cursos d'água, carregando fertilizantes e pesticidas. Como a maioria dos cultivos é efetuada sem técnicas adequadas de conservação de solos, a perda causada pela drenagem superficial é acentuada. Nas cidades, os depósitos de lixo colocam em risco os aqüíferos superficiais e subterrâneos por causa dos terrenos constituídos de rochas calcárias e também degradam a paisagem local. O mais grave problema, contudo, é a contaminação por chumbo no Rio Ribeira do Iguape. A exploração desse minério por quase um século, agora paralisada, deixou muitos rejeitos e áreas degradadas que ainda continuam poluindo o rio com minerais como o níquel e o

cádmio e, obviamente, o próprio chumbo, cujos efeitos danosos sobre a saúde da população são bastante conhecidos.

Estudos desenvolvidos na área identificaram a presença de altos teores de chumbo nos sedimentos da bacia, em proporções que diminuem à medida que o rio se afasta dos antigos locais de mineração. Ainda que a qualidade da água não esteja diretamente afetada, a população está sujeita a ser contaminada, conforme estudos da Unicamp com crianças em Adrianópolis. As pesquisas mostraram que em determinadas localidades, como Vila Motta, por exemplo, as crianças apresentaram teores de chumbo acima de 20 microgramas por decilitro, resultado que exigiu monitoramento da saúde das crianças do local (CAMPANILLI, [s.n.]).

4.5 CONCLUSÃO

Na constituição da nação brasileira sempre prevaleceu um modelo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural concentrador de riqueza e de poder. Ademais, a essa característica de modelo, ao longo da história, adicionaram-se outros diversos fatores produtores e reprodutores de desigualdades sociais. Certamente não é o caso, aqui, de se analisar todo o processo social para a redução das desigualdades sociais no Brasil, porém tentar entendê-las e propor políticas sociais para a redução das disparidades entre regiões do Estado do Paraná, como, por exemplo, o Vale do Ribeira e o Oeste do estado. Essa análise deve proporcionar bases para a elaboração/construção de um modelo de desenvolvimento democrático e ecologicamente sustentável, adequado às nossas condições.

Como já foi dito, o estágio de desenvolvimento está ligado a razões históricas e a modelos adotados ao longo do tempo, é preciso reconstituir determinadas conexões entre o passado e o presente que podem explicar a gênese e, às vezes, a recorrência de algumas manifestações que levam às desigualdades.

A região do Vale do Ribeira permaneceu à margem dos grandes ciclos econômicos do estado: o ciclo do mate, da madeira, da expansão cafeeira do norte paranaense, da agricultura de grãos e, mais recentemente, do processo industrial experimentado nas últimas décadas.

Ao longo da história do Paraná fez-se inicialmente uma opção pelos produtos de exportação, como a erva-mate e a criação ou comercialização de gado para ser

enviado a São Paulo ou Minas Gerais. A primeira era uma atividade extrativa e a segunda encontrou nos Campos Gerais localização geográfica (caminho dos tropeiros) e condições ecológicas adequadas. A estrutura no estado para desenvolver outras atividades, como a produção de alimentos para suprir às necessidades da população ou atividades econômicas que engendrassem mecanismos de sustentação ao longo do tempo foi predominantemente incipiente.

5 PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO APOIADOS EM PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS COM AÇÃO NO VALE DO RIBEIRA

5.1 PROCESSOS NO ESTADO DO PARANÁ

5.1.1 A criação da Colônia Açungui pelo Governo Imperial

A fundação de Cerro Azul data de 1860, a partir de um projeto de colonização com imigrantes ingleses, franceses, alemães, suíços e italianos – a Colônia Açungui. Aparentemente essa colônia foi fundada por iniciativa da Princesa Izabel que, em 1853, determinou a verificação da fertilidade das terras naquela região. Em virtude da qualidade excepcional que apresentavam, apropriadas para o cultivo de café, cana-de-açúcar e cereais em geral, o Governo Imperial dividiu cerca de 60.000 hectares em 400 lotes para serem entregues aos colonos. Viviam naquela época na região alguns habitantes de nacionalidade portuguesa e poucos remanescentes dos índios coroados (GOVERNO DO PARANÁ, 1980).

Uma vez que a origem da ocupação da região do Ribeira não pode ser encontrada na história dos ciclos econômicos que constituíram o Paraná tradicional, é preciso buscar elementos que apresentem características da região na sua especificidade. São poucos os trabalhos sobre essa região, resumindo-se a alguns relatos de viagens ou de expedições científicas, o que dificulta a compreensão de sua estrutura atual através da sua formação histórica.

Um relato bastante útil da organização econômica do Alto Ribeira e das formas de vida ali predominantes nas últimas décadas do século XIX pode ser encontrado no livro de Thomas Bigg-Wither, “Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná” (BIGG-WITHER, 1974). A informações que se seguem são, em grande parte, fruto das observações desse autor em viagens realizadas pela região.

A colônia criada pelo império cresceu e foi desmembrada do município de Votuverava (atualmente Rio Branco do Sul) em 1882, elevando-se à categoria de município autônomo no ano seguinte, com a denominação de Vila Açungui. Em 1864 a população da Colônia Açungui era de cerca de 208 habitantes e em 1873 não passava de 440 pessoas, apesar do prosseguimento da corrente migratória, fato que já apontava para as dificuldades na colonização da região.

Com base nos relatos de Bigg-Wither, que percorreu a zona entre 1872 e 1875, poderemos fazer algumas observações sobre as condições dessa colonização cerca de 10 anos depois da sua fundação, quando o viajante entrevistou colonos ingleses ali instalados. Segundo o autor a experiência de colonização não estava sendo bem sucedida e, através de suas observações, ele procura apontar as causas do insucesso.

Inicialmente pode-se apontar para o fato de que a inacessibilidade da zona do Ribeira parece ter facilitado a estruturação, internamente à região, de uma economia e organização bastante rígidas, baseadas em grandes latifúndios, aos quais se subordinava a população local, seja como trabalhadores, como os caboclos, seja como pequenos proprietários, no caso dos colonos, tanto brasileiros como imigrantes.

Nos anos em que Bigg-Wither viajou pela região, o Vale do Ribeira, especialmente nas proximidades de dois de seus principais tributários, o Ribeirinha e o Açungui, apresentava-se densamente povoado e ligado por caminhos de mula e por via fluvial, por onde se desenvolvia um considerável comércio de produtos agrícolas procedentes de toda a região que circunda as cabeceiras do Ribeira.

Os principais produtos cultivados eram o feijão, milho e o café, além da manufatura do açúcar, e escoavam para as cidades de Castro, Ponta Grossa e Curitiba, exercendo assim a região analisada, uma função complementar às demais no abastecimento de produtos alimentares.

A inexistência de áreas planas na maior parte da região tornava necessária a utilização de morros para a produção agrícola, o mesmos eram roçados e cultivados até o alto, tal como ainda ocorre atualmente. O autor observa que a topografia era um obstáculo inicial a qualquer outro tipo de cultivo que não o da “roça”, sendo impossível, por exemplo, o uso do arado. Os aguaceiros anuais arrastavam a “fertilidade” da terra pelas encostas, deixando-a desprotegida de capoeira por pelo menos um ano.

Outras atividades complementares à produção de alimentos eram a criação em grande escala de porcos para extração de banha e toucinho, artigos muito demandados na época. Não havia ali nenhum estímulo à criação de gado, diferenciando radicalmente a região das demais que compunham o Paraná da época.

Acompanhando as descrições feitas pelo autor citado, pode-se afirmar que a estrutura social predominante na região, naquela época, era formada por uma classe de grandes proprietários rurais que, em número reduzido, controlavam a maior parte da área e da produção agrícola; por uma segunda classe formada por pequenos proprietários rurais, tanto imigrantes (principalmente ingleses) como por brasileiros; e por um segmento formado por caboclos, trabalhadores ligados à grande propriedade.

As relações entre fazendeiros e colonos, e entre fazendeiros e caboclos, eram marcadas por formas bem definidas de subordinação. Os colonos dependiam dos fazendeiros para o transporte de sua produção e, conseqüentemente, vendiam a eles toda a sua colheita, submetendo-se aos termos impostos unilateralmente. Os caboclos permaneciam nas grandes propriedades por meio de um sistema de endividamento que o autor qualificou de “escravidão branca”.

A ausência de estradas adequadas na região condicionava o transporte da produção à utilização de tropas de muares. Para isso era necessário que os fazendeiros mantivessem pastagens suficientes para sustentar a tropa, possibilidade somente existente para os grandes latifundiários.

Esse é um dos fatores que Bigg-Wither aponta para explicar a situação dos colonos, inclusive imigrantes, da região, que dependiam completamente dos grandes proprietários para o transporte da produção, o que facilitava o controle de preços pelos grandes fazendeiros que compravam as colheitas previamente, estipulando o valor que lhes fosse mais conveniente.

Quando o autor inglês qualificou as relações entre os fazendeiros e caboclos na região de “escravidão branca” foi em função de um peculiar sistema de endividamento, que retinha a população nas fazendas durante muitos anos seguidos trabalhando gratuitamente para os proprietários. Assim se refere o viajante BIGG-WITHER, (1974, p. 360):

> Um caboclo precisa de uma certa quantia de dinheiro (...) vai ao fazendeiro da Vila e pede um empréstimo da soma e promete pagar dentro de um certo tempo... Desde esse momento, o infeliz caboclo, em todas as intenções e propósitos, torna-se um escravo. Como poderá ele ganhar dinheiro para pagar a sua dívida, a não ser do próprio patrão...? Que pode fazer ele, supondo que o patrão sinta muito, mas não tenha necessidade dos serviços, por algum tempo? nesse meio tempo vence o prazo para pagamento da dívida e o infeliz naturalmente não tem condições de fazê-lo. Não faz mal (diz o proprietário), você paga com trabalho, eu não obrigarei a fazê-lo com dinheiro. Dá-lhe trabalho e ele vai para a roça capinar, plantar e

> colher, qual seja o caso, por certo número de dias e a mil réis por dia. Ele fica feliz, pensando que com esse salário possa pagar seu débito, quando de repente é avisado de que tem que interromper seu trabalho na temporada, ficando sem receber. Os juros, entretanto, vão se acumulando e quando a sua próxima temporada começa o seu débito original continua igual a antes. E ele então trabalha de novo para pagá-lo, mas não consegue, porque esse não é o interesse de seu credor. Assim, ano após ano, ele trabalha por nada, sem deixar de continuar devendo, enquanto o patrão prospera e enriquece.

Segundo o autor, esse sistema de subordinação da força de trabalho era utilizado em toda a região do Ribeira, como forma pela qual os fazendeiros se contrapunham à escassez de mão-de-obra e conseqüente necessidade de pagar salários mais altos para conseguir trabalhadores.

Outro aspecto interessante da estrutura econômica e social da região, também observado por Bigg-Wither e semelhante ao que existia e ainda existe em certas regiões do país é a prática do “puxirão”, muito empregada no Vale do Ribeira: era uma festa dada anualmente pelo fazendeiro aos seus caboclos. As observações feitas permitem que se perceba essa prática como uma estratégia econômica do fazendeiro frente aos colonos, adequada ao sistema de trabalho ali prevalecente e que servia para fortalecê-lo BIGG-WITHER, (1974, p.377):

> O objetivo do puxirão não é só provocar relações amistosas e de bom entendimento entre patrão e camarada,(...) mas sim especialmente dar a todos a única oportunidade talvez de se reunirem, durante o ano, numa localidade. O patrão que dá a festa é quem mais recebe benefícios, pois economiza tempo e trabalho em grande quantidade, não tendo que cavalgar largas extensões de terra através das quais se acham habitualmente espalhados seus trabalhadores. Quase todos os acertos de negócios para a estação seguinte são levados a efeito no puxirão. Homens são reengajados ou escolhidos para essa ou aquela roça. Contas são ajustadas, débitos transferidos para o semestre seguinte. Ou então os novos débitos contraídos por algum caboclo tonto, sem saber que está se entregando ao cativeiro e o dia termina com o contentamento de todos.

Com relação aos colonos assentados, Bigg-Wither informa que os mesmos, ao tomar posse do lote, formavam uma dívida composta pelos seguintes itens: o preço do lote, a construção da casa, a abertura da clareira no terreno e certa participação na despesa de sua passagem da Inglaterra e de sua manutenção no país (para os imigrantes, nesse caso, ingleses). Além disso, se não pagavam o terreno à vista, tinham um acréscimo de 20% ao preço de custo, sendo obrigados a liquidar o débito dentro de seis anos, a partir da posse, sob pena de confisco.

Muitos imigrantes, depois de localizados na região, abandonavam os lotes, passando a trabalhar por conta própria para pagar as passagens e outras despesas.

Para os que se fixaram no local os problemas eram outros. Apesar da fertilidade das terras, havia necessidade de roçar o terreno a alto custo, pela queimada e derrubada. Na impossibilidade de usar o arado em função da topografia dos lotes, que estavam localizados nas encostas íngremes de um vale estreito e montanhoso, os colonos ingleses ficavam limitados ao sistema de cultivo de roças praticado pelos brasileiros e levavam desvantagem, pois não conheciam a região e já tinham uma dívida acumulada.

No entanto, o que efetivamente dificultava a prosperidade desses colonos era a presença do grande latifúndio e, especialmente, a já mencionada dependência do mesmo para o escoamento dos produtos. Não havia condições de manter pastagens, conseqüentemente não havia mulas, igualando os colonos aos pequenos proprietários. Era preciso vender o produto no local ou então pagar um alto preço pelo aluguel das mulas para levá-lo ao mercado. Não se podia usar o transporte pelo rio, pois o mesmo era distante, os imigrantes não dispunham de canoas e o aluguel desse tipo de transporte era tão oneroso como o das mulas.

Resumindo, o autor apresenta as seguintes causas para a falta de êxito do projeto de colonização do Açungui:

> 1º A escolha precipitada de um local, onde, pela ingremidade da região, não se pode usar o arado e outros implementos aperfeiçoados da agricultura e onde não há pastagens a distância razoável que possam manter as mulas de transporte dos produtos para o mercado. 2º O preço elevado cobrado aos colonos pelas terras que lhes são loteadas; a melhor prova de que o preço é elevado é que os colonos brasileiros não são excluídos de se estabelecerem nas cedidas e não o fazem. 3º O descuido e desonestidade dos agentes do governo brasileiro na Inglaterra, em declararem aptos para uma colônia agrícola certos indivíduos, muitos dos quais realmente não o eram. 4º A falta de meio ou negligência na organização, que torna a viagem do Rio Açungui desnecessariamente prolongada, o que resulta em desmoralização dos imigrantes, antes mesmo de começarem a trabalhar e que permite também ao imigrante recém chegado permanecer freqüentemente, durante muitas semanas, nas hospedarias de imigrantes da colônia, sem oportunidade de trabalhar, esperando o tempo que pareça conveniente aos funcionários para que lhe cederem o lote de terra e a casa que lhe são destinados. 5º O mau temperamento de muitos imigrantes. BIGG-WITHER, (1974, p. 370).

Com a chegada do regime republicano, o município de Cerro Azul deixou de receber um auxílio que vinha sendo transferido pelo governo imperial, iniciando assim um período de decadência em todas as suas atividades econômicas.

Uma outra experiência de colonização ocorreu no município de Bocaiúva do Sul (o local atualmente faz parte de Adrianópolis, desmembrado posteriormente), em

1926. O Governo do Estado concedeu gratuitamente à União todas as terras devolutas encontradas na região, cerca de 300.000 hectares, situadas entre os rios Pardo, Uberaba, Bom Sucesso, Forquilha, São Sebastião e Ribeira, com o objetivo de nelas ser criada uma colônia agrícola (GOVERNO DO PARANÁ, 1980). Em 1928 a Inspetoria Federal de Povoamento abandonou a idéia de colonização, que voltou a ser retomada em 1931, quando o núcleo foi dividido em duas seções: Sete Barras e São João. Os lotes rurais variavam de 10 a 30 hectares e eram cultivados com trigo, cevada, centeio, milho, feijão, aipim, arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, frutas e hortaliças.

Atualmente, a produção principal dessas glebas é o milho e o feijão. Em função da propriedade da terra ser regulamentada existe a facilidade de acesso ao crédito rural, o que dá aos agricultores contemporâneos a chance de experimentar cultivos comerciais como a bananicultura, por exemplo.

5.1.2 Uma iniciativa local: a Cooperativa Agrícola Mista de Cerro Azul

As atividades econômicas na região de Cerro Azul e Adrianópolis permaneceram praticamente estagnadas até 1940, quando o Interventor Manoel Ribas construiu a estrada de rodagem que liga a primeira cidade até a rodovia São Paulo-Curitiba. Essa ação rompeu o isolamento da região, permitindo um maior contato com a capital do estado e outros centros consumidores, assim escoando a produção da zona. Alguns sinais de reativação da economia agrícola surgiram com a criação, em 1943, da Cooperativa Mista de Cerro Azul, que tinha o objetivo de unir os produtores e criadores da região nas operações de venda e aquisição de insumos para suas atividades. A cooperativa foi além: fornecia gêneros alimentícios aos sócios, objetos de uso pessoal e doméstico e também trabalhou no financiamento para o desenvolvimento das atividades agrícolas (GOVERNO DO PARANÁ, 1980).

Conforme um Relatório do Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná, a Cooperativa iniciou com 22 sócios, todos moradores de Cerro Azul, e no mesmo ano da fundação já contabilizava 51 associados. Dez anos depois, em 1953, já contava com 235 sócios e no ano do relatório citado, 1956, com 338, mostrando assim o crescimento nessa época (MORAES; PINHEIRO, 1956).

No ano de 1956 o Relatório informava que a cooperativa estimulava a

produção de cítricos pelos associados com financiamento da safra e aquisição para venda direta no mercado consumidor, planejava a instalação de uma fábrica de doce de goiaba e já industrializava parte da produção de laranja produzindo doce e óleo essencial. Um dos fatores que contribuíram marcadamente para o sucesso do empreendimento foi a isenção de impostos estaduais concedida pelo governo.

Como a produção de citrus no município já existia antes da cooperativa, certamente esse fato favoreceu sua expansão, pois se tratava de um produto essencialmente comercial que passou a garantir mercado e fortaleceu-se no estado. Nesse período, inclusive, havia exportação para os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mais tarde, a partir de 1960, a cooperativa começou a enfrentar dificuldades derivadas da má administração e sua atividade decresceu, não mais existindo atualmente.

A principal razão pela qual a mesma foi criada, como um mecanismo de defesa do produtor para evitar que os atravessadores e intermediários ficassem com os lucros da atividade, foi a responsável pelo seu final. Uma das justificativas para o insucesso da cooperativa foi a intervenção dos intermediários no mercado, a falta de cooperação dos associados e os problemas de uma administração ineficiente. A partir da leitura do Relatório citado é possível fazer inferências, a respeito dessa fase de expansão das atividades econômicas de Cerro Azul, que mostrariam um quadro que se contrapõe à atual situação de estagnação econômica. Pode-se perceber que, embora a cooperativa tenha revelado a possibilidade de certo desenvolvimento na zona, as dificuldades de fixação da população na área, demonstradas desde o início da colonização, também são salientadas pelos autores do Relatório. Eles afirmam que, em 1955, mais de 500 famílias de agricultores tinham abandonado a região “devido ao desestímulo de toda ordem que acarreta a falta de estradas e, notadamente, a ausência de conserva ou de melhoria das já existentes” (GOVERNO DO PARANÁ, 1980).

A estrutura agrária da região do alto Ribeira, formada por fazendeiros, colonos e caboclos no final do século XIX, tem desdobramentos na atualidade. A história mostra o acompanhamento de estímulos externos, pontuais, desde a constituição dos municípios de Adrianópolis e Cerro Azul até as atividades ligadas à mineração e à experiência de colonização. Isso se repete atualmente com o surgimento de grandes fazendas de reflorestamento, que expulsam da terra

posseiros e pequenos proprietários, tendência que conseqüentemente alterará ainda mais a estrutura econômica e social da região.

5.1.3 PRODELAR – Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira

O PRODELAR foi um programa idealizado pelo governo estadual do Paraná em 1976, através de convênio firmado entre a Secretaria de Estado do Planejamento e o IPARDES, visando ao desenvolvimento da região. Um de seus tópicos contemplou a atividade de pesquisa e exploração mineral na região do litoral do estado e, ainda, no Alto Ribeira, como uma alternativa para o seu desenvolvimento econômico (GOVERNO DO PARANÁ, 1976).

Esse projeto inicialmente tentava justificar o porquê dessas regiões se encontrarem defasadas, em termos de crescimento econômico, em relação ao restante do estado e também demonstrava o significado da participação da produção mineral no conjunto das economias regionais, em termos quantitativos. A partir do estudo da economia regional através dos Censos de 1950, 60 e 70, constatou-se o fraco desempenho dessas regiões em relação ao estado e ressaltou-se a participação do setor secundário na região e na economia como um todo. Para esse estudo utilizaram-se como parâmetros o Valor Agregado para 1974 e a participação de pessoas ocupadas em relação à População Economicamente Ativa, através das projeções para 1974. Dando, ainda, prosseguimento ao estudo, foram analisados diversos aspectos sociais pelos quais se pretendeu reforçar o diagnóstico econômico lançando mão da apresentação bastante simplificada de alguns indicadores de educação e saúde, que demonstraram, de forma geral, uma situação inferior à média estadual.

O trabalho deu uma visão panorâmica do setor abordado, apresentando a sistemática e a forma pela qual se processa a produção mineral e enumerando uma série de problemas nela existentes. Também foi incluída uma apresentação da produção e das reservas minerais do Paraná e das regiões em estudo, relacionando-as ao Brasil, mais uma análise dos impostos sobre minerais e dos investimentos públicos e privados no setor. Complementando aquele projeto foi também efetuado um levantamento da situação institucional, procurando listar os órgãos e os

instrumentos de políticas existentes para o setor, com a finalidade de verificar os pontos de estrangulamento sob essa perspectiva. A principal legislação e os convênios que interfeririam no setor foram catalogados visando a uma possível proposição nelas baseada, bem como para fornecer subsídios ao melhor conhecimento do problema.

O trabalho concluiu que, se não houvesse uma integração vertical e horizontal, regional e estadual, não haveria mudanças quanto à elevação de renda da região e ao crescimento auto-sustentado do estado. O Paraná deveria evitar ser um fornecedor de insumos minerais, beneficiados primariamente para outros estados ou exterior, pois estaria incorrendo novamente no mesmo modelo primário exportador que marcara a história do estado. Segundo Castro (1972), a existência de regiões estagnadas nas quais boa parte das atividades de exportação, por exemplo a mineração, já cedeu lugar a cultivos de subsistência mostra claramente a fragilidade desse tipo de crescimento: ele é incapaz de engendrar mecanismos de expansão auto-sustentada.

Lamentavelmente, do PRODELAR somente estão disponíveis documentos referentes ao projeto de avaliação da pesquisa e exploração mineral. Segundo Moreira (2004), esse programa deu origem a outros subprojetos, que estariam arquivados na biblioteca da EMATER. No entanto, uma busca na mesma não pôde encontrá-los, com exceção de uma proposta de ação/subsídio para o plano do governo do Paraná do período de 1979/1982. Sobre o PRODELAR inexistem, inclusive, informações sobre sua implantação e avaliações posteriores.

Em março de 1979 os dados levantados pelo PRODELAR foram utilizados na elaboração de um documento intitulado “Proposta de ações visando ao desenvolvimento econômico da região do Alto Ribeira no Estado do Paraná para o período 1979-1982 – subsídio para o plano de governo” (BRASIL, 1979).

A referida proposta estava lastreada nos diagnósticos (do PRODELAR) efetuados anteriormente, sobre a problemática econômica do Vale do Ribeira, e sugeriu dois tipos de políticas: a primeira, de melhoria das condições econômicas no setor primário agropecuário, visando a uma fixação mais condizente do homem ao campo e ao aproveitamento de algumas vantagens regionais. Devido ao fato de serem passíveis de encaminhamento imediato chamou-se de “Política Econômica Acessória de Curto Prazo”. A segunda seria uma política visando ao efetivo

desenvolvimento econômico regional, baseado nos setores primário e secundário mineral (principalmente), e foi chamada de “Política Econômica de Médio e Longo Prazo”. Essa seria lastreada pela criação de um pólo cimenteiro na região, baseada na Resolução 7/77 do CDE, pois a zona apresentava inúmeras ocorrências de calcário para cimento; no desenvolvimento da pesquisa mineral, principalmente de não-ferrosos e também no aproveitamento industrial da laranja em Cerro Azul.

No primeiro caso, da política de curto prazo, foram delineadas algumas ações com vistas a desenvolver a região através de medidas concentradas no setor primário e infra-estrutura social.

QUADRO 01 – PRODELAR – AÇÕES PROPOSTAS PARA ADRIANÓPOLIS

continua

AÇÃO PROPOSTA	INVESTIMENTO (CR$)
Município de Adrianópolis Setor primário Pecuária de leite: - Melhoria da qualidade do plantel, infra-estrutura básica em relação às propriedades, pastagens etc. prevendo-se um atendimento médio de 50 proprietários, aproximadamente. - Instalação de uma unidade de resfriamento de leite com capacidade de 10.000 litros/dia. - Melhoria do trabalho de pesquisa da pecuária leiteira (pastagens, melhoria genética e melhoria de raça). Agricultura e fruticultura: - Impulso à fruticultura tropical, através do aumento da produção e produtividade do mamão, visando, basicamente, à aplicação em custeio, prevendo-se um atendimento médio de 40 propriedades. Olericultura: - Aumento na produção e produtividade do tomate, pimentão e alho, com investimentos voltados basicamente ao custeio, máquinas e equipamentos, prevendo-se um atendimento médio de 100 propriedades. - Aquisição de um caminhão Mercedes Benz, modelo 1113, com vistas ao recolhimento da produção das propriedades para posterior transporte a Curitiba. - Melhoria no trabalho de pesquisa da agricultura (cultivares adaptados, adubação e controle fitossanitário). - Apoio à agricultura de subsistência e ao pequeno produtor de milho e feijão através da abertura de crédito e estrutura de comercialização de insumos de tais produtos, além de procurar aumentar a produção e produtividade, prevendo-se um atendimento médio de 450 propriedades. - Programa de regularização fundiária, prevendo-se um atendimento médio de 200 propriedades.	203.000.000,00 20.200.000,00

QUADRO 01 – PRODELAR – AÇÕES PROPOSTAS PARA ADRIANÓPOLIS

conclusão

Infra-estrutura social: - Implantação de um hospital local com 20 leitos. - Implantação de um miniposto de saúde da secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social no distrito de Colônia. - Aquisição de um microônibus, marca Mercedes Benz, modelo LO608, para transporte de escolares na zona rural.	2.350.000,00

FONTE: ACARPA, (1979).

O Quadro 01 mostra as ações propostas para o município de Adrianópolis e o Quadro 02 para o município de Cerro Azul.

As propostas para o município de Cerro Azul pouco diferiam das anteriores: havia apenas alguns ajustes quanto ao número de propriedades e a construção de um miniposto de saúde ao invés de um hospital.

QUADRO 02 – PRODELAR – AÇÕES PROPOSTAS PARA CERRO AZUL

continua

AÇÃO PROPOSTA	INVESTIMENTO (CR$)
Município de Cerro Azul Setor primário Pecuária de leite: - Melhoria da qualidade do plantel, infra-estrutura básica em relação às propriedades, pastagens, etc. prevendo-se um atendimento médio de 30 proprietários, aproximadamente. - Instalação de uma unidade de resfriamento de leite com capacidade de 10.000 litros/dia. - Melhoria no trabalho de pesquisa da pecuária leiteira (pastagens, melhoria genética e melhoria de raça).	63.000.000,00
Agricultura e fruticultura: - Impulso à fruticultura tropical, através do aumento da produção e produtividade do mamão, visando, basicamente, à aplicação em custeio, prevendo-se um atendimento médio de 200 propriedades. Olericultura: - Aumento da produção e produtividade do tomate, pimentão e alho, com investimentos voltados basicamente ao custeio, máquinas e equipamentos, prevendo-se um atendimento médio de 50 propriedades. - Aquisição de um caminhão Mercedes Benz modelo 1113, com vistas ao recolhimento da produção das propriedades para posterior transporte a Curitiba. - Melhoria no trabalho de pesquisa da agricultura (cultivares adaptados, adubação e controle fitossanitário).	18.000.000,00

QUADRO 02 – PRODELAR – AÇÕES PROPOSTAS PARA CERRO AZUL

conclusão

- Apoio à agricultura de subsistência e ao pequeno produtor de milho e feijão através da abertura de crédito e estrutura de comercialização de insumos de tais produtos, além de procurar aumentar a produção e produtividade, prevendo-se um atendimento médio de 450 propriedades. -Programa de regularização fundiária, prevendo-se um atendimento médio de 200 propriedades.	

FONTE: ACARPA, (1979).

As propostas para implantação de um pólo cimenteiro na região se basearam no estudo “Expansão da indústria Cimenteira no Paraná”, de outubro de 1977, realizado pela Secretaria da Indústria e Comércio do Paraná (BRASIL, 1979). O referido estudo previa a instalação de 5 fornos, todos com capacidade de 3.000 toneladas/dia. O órgão executor desse projeto seria a MINEROPAR SA, com recursos do Ministério das Minas e Energia.

O projeto também fazia referência à necessidade de melhorar o sistema viário da região, estimando-se a necessidade de construção e pavimentação de cerca de 200 quilômetros de estradas para atendimento ao pólo cimenteiro. Por último, havia menção à necessidade de se fazer um estudo de viabilidade econômica para a implantação de uma fábrica de sucos cítricos em Cerro Azul.

Ao final dessas propostas, os elaboradores do plano procuraram justificativas para o atraso econômico da região, questionando por que outras zonas do estado, também com pequena infra-estrutura, se desenvolveram. Segundo esse estudo, as razões parecem claras: a região estudada não possuía vantagens comparativas globais para concorrer nos termos da base econômica primária agropecuária com as demais regiões do estado. A topografia, o clima, o solo ou qualquer outra variável teriam conspirado contrariamente. A ausência de infra-estrutura não poderia ser levada em conta, pois outras áreas se desenvolveram sem a mesma. Também se afirma que, mesmo boas condições estruturais, pouco melhorariam o desempenho regional e, na pior das hipóteses, ajudariam a esvaziá-la, pois as condições de solo e topografia não permitiriam condições de concorrência.

Não foram encontradas informações sobre avaliações sofridas por esse programa. Uma parte das ações previstas nesse projeto foi implantada mais tarde, com o programa ProRural.

5.1.4 Pró-Ribeira – Programa de Apoio à População Carente do Alto Ribeira

Esse programa nasceu na Coordenadoria de Ação Regional da Secretaria de Estado do Planejamento, do Paraná, em 1980, elaborado pelo IPARDES (GOVERNO DO PARANÁ, 1980). O Pró-Ribeira fez parte dos “Programas de Desenvolvimento Regional - Apoio às Populações Carentes”, que englobavam ainda o Pró-Litoral, o Pró-Iguaçu e o Pró-Tibagi. Esses previam uma série de ações específicas, dentro das áreas de saúde, educação e agricultura (GOVERNO DO PARANÁ, 1983).

Mais uma vez a não incorporação da área do Vale do Ribeira ao processo de desenvolvimento do Paraná motivou a elaboração de um diagnóstico das condições de vida da população lá residente, dentro da perspectiva de desenvolver as áreas consideradas deprimidas. O trabalho apresentado procurou apontar as formas de vida e atividades econômicas existentes na região do Vale do Ribeira, seguindo a orientação de privilegiar, para a ação governamental, os setores mais carentes da população.

Interessante foi a percepção, nesse trabalho, do processo, ainda embrionário, que começava a ser notado na estrutura econômica e social das atividades de reflorestamento e da pecuária de corte. No primeiro caso, uma vez que a mesma ocorria em áreas anteriormente ocupadas por pequenos proprietários, havia a transformação desses em trabalhadores assalariados, após a aquisição de suas terras, e seu emprego (como prestador de serviços) no plantio de pinus. No caso da pecuária, a incorporação de trabalhadores é muito pequena, não significando uma alteração no tipo de ocupação dos trabalhadores, a não ser para um contingente bastante reduzido daqueles que saem da terra na qual cultivavam seu sustento.

Observou-se o início de um movimento de transformação da estrutura econômica tradicional e, conseqüentemente, das relações de trabalho, sem que houvesse uma significativa incorporação da população nessas atividades. A parcela de trabalhadores liberados veio, possivelmente, a fazer parte do contingente de subempregados da zona urbana, vivendo em condições mais precárias que anteriormente.

A pesquisa de campo realizada na região evidenciou como população-alvo do planejamento, na área rural, os pequenos proprietários e posseiros e, ainda, os

trabalhadores rurais sem terra e aqueles a ela ligados através de diferentes relações de trabalho, como arrendamento, moradia, assalariamento e outras. No meio urbano, foram considerados carentes os subempregados e os empregados das empresas de mineração. Segundo o trabalho, 72% da população poderia ser considerada carente, especialmente aquela concentrada na zona rural.

O programa analisou a estrutura rural, de que forma estavam organizadas as relações de trabalho, as organizações internas da produção e suas relações com o mercado, as formas de comercialização e a “exploração do comércio” através dos atravessadores e intermediários.

As linhas de ação do Programa foram divididas em diversos setores que procuraram atender os seguintes segmentos:

a. apicultura – distribuição de enxovais apícolas;
b. armazenagem – construção de um armazém de aproximadamente 2.000 toneladas;
c. citricultura – incentivo à formação de pomares com variedades de citrus diferentes e com mudas melhoradas;
d. fontes alternativas de energia – reflorestamento energético e construção de biodigestores;
e. comercialização – construção de um mercado do produtor;
f. implementos agrícolas – apoio à utilização de implementos agrícolas tradicionais;
g. pecuária leiteira – introdução de matrizes e construção de um posto de resfriamento de leite;
h. caprinocultura – introdução de matrizes e reprodutores de raça melhorada;
i. regularização fundiária – levantamento possessório e dominial e custeio de processos administrativos e judiciais;
j. estradas porteira adentro – construção e melhoria das estradas internas das propriedades;
k. suinocultura – introdução de reprodutores melhorados nos rebanhos comuns da região e
l. saneamento rural – construção e melhoria dos sistemas de captação de água e destino dos dejetos.

Ao contrário do anterior, esse programa elegeu outras prioridades na

atividade rural: a produção de leite para comercialização deixou de ser recomendada, por exemplo. A distância de Curitiba (local de maior consumo) tornava quase impraticável a lucratividade dessa atividade. Pregou-se que o foco principal deveria se centrado na produção de feijão e milho com melhor tecnologia (de baixo custo), adaptável às pequenas produções. Era proposta a formação de alternativas associativas de produção e comercialização (associações de produtores) nos municípios e a construção de estrutura de armazenagem e comercialização pela CAFE do Paraná, além da doação de insumos (calcário, corretivos, fertilizantes, sementes rústicas melhoradas), a adequação da assistência técnica com linhas específicas de ação, a regularização fundiária e a atividade de reflorestamento.

A situação fundiária, segundo a proposta, era caracterizada por uma forte concentração de áreas em poucas propriedades e pela precariedade da posse, que excluía o ocupante da integração ao sistema produtivo. Isso aparentava ser um dos fatores que favoreciam o avanço das reflorestadoras e grandes empresas agropecuárias, responsáveis diretas pela expulsão dos pequenos produtores transformando-os em migrantes, sem vínculo com a terra. Em muitas propriedades, já tituladas, encontrava-se um outro problema: a não legalização do domínio da terra, motivada, às vezes, pelo não inventariamento das heranças. Isso se devia ao desconhecimento ou à não necessidade do cumprimento dessa medida legal, ou, ainda, à indisponibilidade dos recursos necessários para tal medida. Essa legalização sempre foi condição necessária para a inclusão do produtor no sistema de crédito rural.

O programa pregava, também, a necessidade de colonização pelos assalariados e pequenos produtores não-proprietários, por meio de projetos em terras devolutas ou adquiridas pelo estado. Ao contrário dos outros projetos de colonização, esse pregava a produção para autoconsumo em formas associativas de produtores, objetivando a colocação nos mercados dos excedentes de produção.

Ao lado das medidas ligadas à produção agrícola, o programa previu também o acesso da população a uma infra-estrutura social básica. A Secretaria de Estado da Saúde seria responsável pela construção de minipostos de saúde, poços artesianos e saneamento básico. Em Adrianópolis projetou-se a construção de um hospital e de uma agência do INSS, além da assinatura de termo de convênio com o

hospital de Cerro Azul para melhoria no atendimento à população.

Na área da educação foi prevista a restauração de prédios escolares, construção de novas escolas, no caso daquelas instaladas em dependências inadequadas, distribuição de material escolar, transporte e distribuição de merenda escolar (GOVERNO DO PARANÁ, 1980).

Três anos após o início desse programa, a Secretaria de Estado da Agricultura fez uma avaliação do mesmo e publicou um documento intitulado "Avaliação Preliminar do 'Programa de Desenvolvimento do Alto do Ribeira – Apoio às Populações Carentes'". Nesse documento a equipe do DEPRO – Departamento de Produtividade, da SEAG, faz uma análise detalhada dos resultados obtidos em cada linha de ação – e, em várias delas, os efeitos alcançados depois de três anos de trabalho foram muito modestos. No projeto de apicultura, por exemplo, a ações se limitaram à distribuição de algum material (enxoval apícola) para cerca de 12 produtores de mel. O projeto de geração de energia alternativa através de biodigestores praticamente não decolou. De todos os instalados, em cerca de 19 propriedades rurais, nenhum estava em funcionamento na época da avaliação. O projeto de caprinocultura também andava com muita dificuldade. O grande problema apontado era a falta de orientação técnica para o manejo dos animais. O altíssimo índice de mortalidade dos caprinos praticamente estava inviabilizando o negócio.

No projeto de pecuária leiteira, 19 produtores receberam cerca de 73 animais para melhoria do rebanho. Segundo esses produtores os resultados não foram bons em virtude da alimentação inadequada oferecida aos animais. Não houve, segundo eles, orientação técnica adequada para a implantação de pastagens e de outras formas de produção de alimentos para o gado leiteiro.

Os únicos projetos que trouxeram benefícios efetivos foram a construção de um armazém em Cerro Azul, do mercado do produtor e o programa das mudas cítricas. A comercialização dos produtos da região na maioria dos casos era feita no campo, por ocasião da colheita, com os atravessadores. Com a estrutura de armazenagem, estimou-se atender cerca de 2.000 produtores nos municípios de Cerro Azul e Adrianópolis. O programa das mudas cítricas foi, segundo a avaliação, o projeto mais bem-planejado e executado (GOVERNO DO PARANÁ, 1980).

Um projeto curioso dentro do Pró-Ribeira era o chamado "Estradas porteira adentro". Em uma região com gravíssimos problemas de ausência, ou de

conservação inadequada, de estradas entre os proprietários e as sedes dos municípios, havia um projeto que se propunha a fazer e melhorar estradas internas nas propriedades. Foram beneficiados, segundo a avaliação, cerca de 100 produtores, com a construção de cerca de 1,2 quilômetro cada um (GOVERNO DO PARANÁ, 1980).

Em todos os projetos, segundo os produtores entrevistados na avaliação, faltou assistência técnica no campo.

5.1.5 O Programa Pro-Rural – Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

O Pro-Rural foi um programa implementado pelo Governo do Estado do Paraná em 1981, em uma área formada por 62 municípios, compreendendo as regiões do Litoral, Alto Ribeira, Alto e Médio Iguaçu e Metropolitana de Curitiba. Essa zona está situada na metade leste do estado, configurando uma extensão de 65.020 km^2, ou cerca de 32% da área total do estado, abrigando, na época, aproximadamente 20% da população estadual, dos quais 42% na zona rural (GOVERNO DO PARANÁ, 1986).

Essa região como um todo apresentava baixos índices de produtividade e de renda “per capita”. Por serem áreas de colonização mais antiga, perderam o dinamismo em relação à grande expansão do norte e do oeste do estado. Apresentavam ainda características econômicas, sociais, culturais e físicas de um baixo grau de desenvolvimento.

O programa foi financiado com recursos do BID e do governo do Estado com o objetivo de aumentar a produção agropecuária, o nível de renda dos produtores e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

Estes objetivos enquadram-se nos programas tradicionalmente financiados pelo Banco para vários países da América Latina. Esses programas geralmente assumem um caráter modernizante das atividades econômicas ou da infra-estrutura e, por isso, são considerados produtivos ou se destinam à criação ou ampliação de serviços básicos para a população em geral, constituindo-se, dessa forma, em programas sociais.

Em razão dessa concepção dos fins ou papéis dos subprojetos, a origem dos

recursos e as condições de pagamento são diferenciadas. Dessa forma, foram assinados dois contratos entre o governo do Estado e o BID que, somados, atingiram US$ 197,468 milhões. Os recursos destinados pelo BID, que somaram US$ 80 milhões, compreendiam um empréstimo de US$ 50 milhões para projetos produtivos, que deveria ser amortizado até abril de 2006 (os juros desse financiamento eram de cerca de 8,2% a.a.) e um segundo empréstimo, no valor de US$ 30 milhões destinado a realizar a cobertura dos subprojetos sociais. Esse empréstimo também deveria ser amortizado até 2006, mas com juros de 3% ao ano, e tinha origem em um fundo diferente, composto por contribuição de países membros do BID. Esses recursos são administrados fora do circuito financeiro e podem ser repassados, em termos de custos, em condições muito mais favoráveis (GOVERNO DO PARANÁ, 1992). Dessa forma, são geralmente destinados às atividades que não apresentam condições de gerar retorno.

Conforme o projeto, o objetivo central era dotar a região escolhida de infra-estrutura e apoio institucional adequados, visando cinco pontos básicos:

a. redução das disparidades regionais existentes, com a incorporação das áreas menos dinâmicas ao processo de desenvolvimento;
b. criação de novas oportunidades econômicas, para a absorção de trabalhadores desocupada e subocupada;
c. o acesso da população carente aos benefícios do desenvolvimento econômico e do progresso social;
d. o aumento da produção e da produtividade agrícola da região;
e. a melhoria das condições de vida dos pequenos produtores rurais e de suas famílias.

Além desses, outro objetivo era a fixação do homem ao seu local de origem, diminuindo os fluxos migratórios e aliviando as tensões sociais. Em virtude das ações necessárias para atingir os objetivos propostos, foram criados 14 subprojetos, divididos em três grupos. Os subprojetos e respectivos órgãos executores são descritos a seguir.

1. Produtivos:

   regularização fundiária – ITC – Instituto de Terras e Cartografia;

   pesquisa agropecuária – Fundação Instituto Agronômico do Paraná;

   extensão rural – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná;

fomento agropecuário – Cia. de Fomento Agropecuário do Paraná;

crédito rural – ACARPA - EMATER/Banco do Brasil;

armazenagem – Cia. Paranaense de Silos e Armazéns;

classificação de grãos – Empresa Paranaense de Classificação de Produtos;

apoio à comercialização de hortigranjeiros – Centrais de Abastecimento do Paraná;

apoio ao cooperativismo – Banco de Desenvolvimento do Paraná e ACARPA.

2. Infra-estrutura:

estradas rurais – Departamento de Estradas de Rodagem;

saneamento básico – Cia. de Saneamento do Paraná.

3. Sociais:

educação rural – Fundação Educacional do Estado do Paraná e Centro de Treinamento de Professores do Paraná;

saúde – Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Ao final, o investimento necessário para implantação dos subprojetos atingiu US$ 213,3 milhões. Do total de recursos negociados para o programa, 37,5% (US$ 80 milhões) foram provenientes do BID, 49,2% (104,9 milhões) do Governo do Paraná e 13,3% (US$ 28,4 milhões) do Banco do Brasil. A flexibilidade exigida durante a execução resultou em alterações contratuais, reduzindo-se a participação do governo do Paraná para US$ 82,7 milhões e mantendo-se os demais valores (GOVERNO DO PARANÁ, 1986).

O público-alvo do programa seriam aqueles com até 50 hectares de área, que receberiam o apoio necessário para expandir sua produção, especificamente a de alimentos. Através dos subprojetos produtivos, pesquisa, extensão e crédito, os produtores obteriam apoio técnico e financeiro para aumentar suas áreas de cultivo e, ao mesmo tempo, incrementar o rendimento das terras em exploração. Os subprojetos de infra-estrutura de apoio à comercialização contribuiriam para reduzir as perdas pós-colheita e aumentar as margens de lucro do preço final da produção. Os subprojetos do tipo reflorestamento e piscicultura complementariam a renda dos produtores.

Os critérios contidos no plano de produção elaborado pela SEAGRI permitiriam estabelecer, além do público-alvo e do respectivo tamanho da propriedade, as culturas e tecnologias que deveriam ser implementadas. Em relação

ao público-alvo, não se conseguiria atender todo o universo de produtores que ocupavam o estrato com até 50 hectares, devido aos critérios de receptividade a novas tecnologias e de acesso aos imóveis. Dessa forma, estimou-se que 50% dos produtores ficariam de fora do programa.

O aumento de produção se daria por duas vias. A primeira, pela incorporação de áreas ociosas existentes nas propriedades passíveis de serem utilizadas no processo produtivo. A outra via resultaria do aumento de produtividade, cuja tecnologia recomendada não visava grandes alterações ou mudanças em relação às já existentes. As novas tecnologias deveriam ser adicionadas às mesmas já utilizadas pelos produtores. Essas previam apenas a conservação de solos e melhoria da fertilidade por meio da utilização da adubação verde e orgânica, o controle e prevenção da erosão, a correção da acidez, o uso adequado dos pesticidas e a análise do solo.

Estas duas vias deveriam responder por um aumento da produção estimado em 400 mil toneladas de alimentos básicos, ou por uma produção 55% superior em relação à prevista para 1985 sem a implantação do programa (GOVERNO DO PARANÁ, 1980).

Na área de educação foram apresentados dois subprojetos específicos: a revitalização do ensino no meio rural e a ampliação da ação educativa dos estabelecimentos de ensino de segundo grau. O primeiro pregava a adequação da dinâmica de funcionamento da escola na zona rural, a introdução de inovações na organização do ensino, a adaptação da rede física, com implantação das escolas consolidadas, e o apoio à modernização organizacional das redes municipais de ensino. Para a ampliação da ação educativa, haveria o provimento de infra-estrutura (recursos humanos, físicos e materiais) adequada ao funcionamento dos colégios agrícolas na região do projeto (PERFEITO, 1988).

O subprojeto relativo à educação apresentou um conteúdo particularmente interessante – criou a figura das escolas chamadas de consolidadas, que tinham dois objetivos básicos: primeiramente, deveriam se colocar como centro de várias outras escolas rurais (estruturadas apenas com ensino básico) para possibilitar às crianças a continuidade escolar até a conclusão do primeiro grau. Além disso, havia ainda o objetivo de colocarem-se como centro da comunidade, oferecendo equipamentos que pudessem ser usados pela população, inclusive como espaço

para reuniões.

Já o subprojeto de saúde tinha, como objetivos estabelecidos, os seguintes:

a. proporcionar cuidados primários de saúde à população rural de forma organizada;
b. dotar a área de abrangência do Pro-Rural de uma rede de serviços básicos e integrados nos setores de saúde e bem-estar social, que contribuiriam para a melhoria dos padrões de vida do pequeno produtor, visando a sua fixação ao meio;
c. reduzir a morbidade e mortalidade por doenças controláveis pelo saneamento;
d. conscientizar os professores e escolares quanto à aquisição e difusão de hábitos relacionados com a defesa da saúde;
e. possibilitar melhores condições aos hospitais da Fundação Caetano Munhoz da Rocha para atendimento da população na área do projeto.

Os investimentos no subprojeto saúde contribuíram para viabilizar uma nova idéia sobre o atendimento médico. Essa surgiu no início dos anos 1980, com a criação dos então Serviços Unificados e Descentralizados de Saúde. Essas estruturas sofreram modificações no sentido de reforçarem o atendimento preventivo, além de curativo, por meio da construção de postos e centros de saúde. Esses serviços, considerados simples, se complementariam em uma rede que englobaria os serviços mais complexos.

Por ocasião da elaboração desse subprojeto ficaram definidas as seguintes metas: assegurar a oferta de cerca de 970.000 leitos em hospitais a pequenos produtores rurais e o atendimento de cerca de 620.000 produtores rurais em Centros Sociais Rurais e Postos de Saúde.

Na montagem da infra-estrutura de apoio foram definidos três tipos de obras em função do tamanho e das características das comunidades a serem atendidas. Os adotados foram os seguintes: Centro Social Rural (CSR), obra composta de um prédio principal para as ações de saúde e sociais, mais área desportiva e parque infantil. Havia, ainda, os Minipostos de Saúde e Social (MPSS) e os Minipostos de Saúde (MPS).

No Vale do Ribeira foram construídos apenas sete Centros Sociais Rurais, oito Minipostos de Saúde e reformado o Hospital de Bocaiúva do Sul. Foram, ainda,

reformados seis Postos de Saúde em Adrianópolis, Cerro Azul e Rio Branco do Sul. Na área de abrangência do projeto foram construídos 104 Centros Sociais Rurais, 63 Minipostos de Saúde e, ainda, 99 Minipostos de Saúde e Social (BAPTISTA, 1988).

Quando se observa a destinação total dos recursos investidos no programa, pode-se concluir que a importância maior foi a de recuperar a capacidade do poder público de continuar prestando serviços à população. Os recursos do BID foram absorvidos em, basicamente, quatro tipos de despesas: duas delas absorveram 75% do total de recursos e cobriam as compras de máquinas e equipamentos das instituições para que essas realizassem suas atividades rotineiras, tanto de pesquisa como de extensão rural. Outro item significativo foi a construção, ampliação ou reforma das escolas e postos de saúde, custeadas pelo BID.

Os recursos do estado e a contrapartida financeira estabelecida no Contrato de Empréstimo tiveram uma destinação mais diversificada, embora três rubricas tenham absorvido 70% dos recursos. O Crédito Rural – via Banco do Brasil – respondeu pela parcela mais significativa dos valores. Excluindo-o do total (já que foi composto por recursos federais destinados diretamente aos produtores), as demais despesas realizadas com recursos do estado assim se destacaram: os gastos com pessoal, mais especificamente o pagamento de salários e o repasse para pagamento de terceiros foram os mais significativos. A seguir, vieram os investimentos na construção e melhoramento de estradas.

Quando da análise dos resultados do programa deve-se considerar, também, que o montante de investimentos teve seu impacto reduzido, na medida em que foi distribuído entre 61 municípios ao longo de cinco anos e, ainda, por vários subprojetos. Essa fragmentação de recursos reforça a idéia de que estes, por si só, não foram suficientes para fazer grandes transformações na região trabalhada, modernizar a atividade agrícola ou reduzir os níveis de pobreza. Os objetivos eram muito amplos e dependiam da ação conjunta de outras políticas, particularmente de caráter nacional para se concretizarem.

Na medida em que pretendeu atuar em várias frentes, o programa teve muitas dificuldades de alcançar a integração dos objetivos desejados. Por isso fica difícil uma avaliação em relação aos objetivos atingidos e a quantificar os resultados como sucessos ou fracasso. Como foi visto o Pro-Rural, embora sem alterar o processo de “minifundização” pelo qual passou a zona trabalhada e que significou a manutenção

de um segmento de produtores em condições precárias, sem conseguir mudar a pauta agrícola do local, contribuiu para a expansão da infra-estrutura de apoio à produção. Deve ser considerado também que, quando analisado no conjunto das políticas sociais, o programa contribuiu também para o acesso da população rural aos serviços essenciais, como saúde, saneamento e educação.

Além desses aspectos, o impacto mais significativo que se pode atribuir ao Pro-Rural foi na recuperação da "máquina estatal" do Paraná, durante os anos 1980, dando a ela condições de operacionalidade (GOVERNO DO PARANÁ, 1992).

5.1.6 Paraná Rural

Com fim do Pro-Rural em 1986-87, começou o processo de negociação entre o Governo do Estado do Paraná e o BIRD para implantação de mais um programa de intervenção no meio rural do estado. O programa, conhecido como Paraná Rural, foi implementado entre fevereiro de 1989 e março de 1997, com um contrato firmado entre o estado e o banco sob nº 3018-BR. O aporte financeiro do banco foi de US$ 63.000.000,00 e a contrapartida do estado somou US$ 86.134.600,00, valor aplicado em parcelas, ao longo do período de execução do programa (GOVERNO DO PARANÁ, 1989). Inicialmente, a intenção era negociar dois programas com dois agentes financeiros, BID e BIRD. Um deles seria de manejo e conservação de solos e outro de apoio ao produtor rural. Esse último programa seria negociado com o BID e preconizava a capitalização da pequena e média propriedade e diversificação da produção visando à melhoria da qualidade de vida da população. O primeiro não teve seu enfoque especificado na documentação existente.

O que se pode verificar pela leitura dos documentos é que o Paraná Rural seria uma continuação do Pro-Rural e seguia as orientações dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI's), concebidos para a promoção de infra-estrutura social e para o incremento da produção dos agricultores usualmente conhecidos como de "baixa renda". Como as negociações com o BID não prosperaram, o Paraná Rural foi negociado somente com o BIRD. A partir daí foi delineado o programa com base nos trabalhos de conservação de solos já desenvolvidos, voltando-se para o manejo de águas e para a conservação, incorporando o controle de poluição e confirmando a microbacia hidrográfica como

unidade de planejamento e ação.

Quando se observa os manuais do programa, o Manual Técnico e o Manual Operativo, que definem a estratégia técnica e operacional, fica clara a preocupação com o combate à erosão dos solos. O diagnóstico é que o principal problema dos recursos naturais é a erosão pelas chuvas, levando à degradação e à perda de solos, redução da produtividade, enchentes e poluição dos mananciais.

Essa foi a essência do programa Paraná Rural: uma série de ações, resultantes de experiências conservacionistas e de ordem produtiva nas propriedades rurais do estado. O Manual Técnico pode ser considerado um livro sobre os problemas da erosão hídrica do solo e sobre como resolvê-los (GOVERNO DO PARANÁ, 1994).

O documento trata inicialmente dos problemas relacionados ao uso inadequado do solo, principalmente nos caso das grandes culturas, com destaque às monoculturas. Fala do preparo excessivo dos solos para os cultivos anuais, associado aos períodos de alta pluviosidade. Uma segunda observação está relacionada ao manejo dessas áreas em situações de reduzida aptidão para mecanização. No caso de pastagens, o documento afirma que os problemas de erosão são decorrentes do manejo inadequado do pasto, no qual a baixa cobertura vegetal favorece não só a erosão como também a degradação precoce do próprio pasto e a competição com plantas invasoras, além da compactação.

A estratégia operacional foi então formulada justamente com o objetivo de estimular os produtores rurais a incorporarem as propostas recomendadas, centradas em três pontos básicos:

a. o aumento da cobertura vegetal, buscando a redução do impacto das gotas de chuva contra a superfície do solo e a desagregação da sua estrutura;
b. aumento da capacidade de infiltração de água no perfil do solo, visando à redução do escorrimento superficial, aumentar a disponibilidade de água para os cultivos e aumentar a produtividade dos mesmos;
c. controle do escorrimento superficial, com o objetivo de reduzir os danos causados pela erosão por transporte e, também, regular o regime hídrico na microbacia, evitando a sedimentação e poluição dos mananciais.

Foi recomendada uma série de práticas e técnicas agronômicas que visavam a aumentar a produção vegetal, inclusive aquelas que incidiam sobre o preparo do

solo, calagem, adubação, rotação de cultivos, uso de adubos verdes e manejo de pastagens. Foram propostas, também, outras ações de engenharia para controlar o escorrimento superficial das águas. Nessas ações estavam a construção de barreiras, terraceamentos, canais de condução de água para reduzir sua velocidade e seu destino. Também se enquadrou a questão da adequação das estradas rurais, dentro e fora das unidades produtivas.

Esse aspecto foi fundamental para o êxito do trabalho. A divisão fundiária na forma de “espinha de peixe”, assim como estradas mal conservadas e mal planejadas, passam a ser agentes erosivos. Essa divisão fundiária usada por empresas colonizadoras, principalmente no Norte Novo e Extremo-Oeste do estado, dividia os lotes de terra em parcelas longas e estreitas, que seguiam o declive do terreno. Isso dificulta enormemente o trabalho de manejo do solo e acarreta a influência de uma propriedade sobre a outra, uma vez que as águas da chuva seguem as linhas das estradas e das lavouras, provocando erosão em todas as propriedades localizadas em seu caminho (GOVERNO DO PARANÁ, 1994).

Dessa forma, a atuação do Paraná Rural convergiu para a priorização das áreas mais férteis e dinâmicas do estado, que são a região Norte e Extremo-Oeste do Paraná.

Como estratégia operacional foi criado um Fundo de Manejo, Conservação do Solo e Controle da Poluição. Esse fundo era responsável pelo apoio financeiro para que os produtores pudessem adotar as práticas e técnicas recomendadas. Segundo o manual operativo do fundo, o custo consolidado previsto para cada componente no Programa indicava que a readequação de estradas devia absorver cerca de 18%; contingências físicas 17%; extensão rural 15%; pesquisa agrícola 14%; fundo de conservação de solo 13%; desenvolvimento florestal 8%; terminais ferroviários de distribuição de calcário 3%; monitoramento e fiscalização do uso do solo 3%; treinamentos 5% e administração e avaliação 4% (GOVERNO DO PARANÁ, 1989).

A seqüência prevista para os trabalhos foi selecionar primeiro as microbacias hidrográficas e em seguida os produtores nela localizados. Os critérios para a seleção de produtores a serem beneficiados com o fundo tinham no tamanho da área sua principal variável; a essa se agregavam outras, como a renda bruta anual e as origens dessa renda. Os mesmos critérios empregados para definir os beneficiários individuais foram adotados para beneficiar os grupos de produtores. O

percentual de apoio do fundo decrescia para os produtores maiores ou para grupos de produtores com unidades maiores. Ao longo do tempo de duração do programa, o valor alocado no fundo foi decrescendo. O montante de recursos foi muito maior nos anos iniciais.

As práticas e empreendimentos amparados pelo Fundo foram os seguintes.

- Individuais:
  a) adubação verde, sementes de adubo verde de inverno e verão;
  b) controle da erosão:
     - enleiramento com pedras;
     - cordão vegetado;
     - terraceamento com tração animal;
     - cordões de contorno/caixas de retenção;
     - terraceamento mecânico;
  c) reflorestamento, mudas e sementes.
- Coletivos:
  a) abastecedouros de água;
  b) elevadores de água;
  c) máquinas e equipamentos:
     - escarificador;
     - plantadeira/semeadeira;
     - distribuidor de calcário;
     - roçadeira;
     - batedeira de cereais;
     - rolo-faca.

A escala de prioridades para o desenvolvimento dos trabalhos de conservação de solos, por microrregiões homogêneas, foi a seguinte: a prioridade 1 foi considerada como o Extremo Oeste: a região de Campo Mourão, Maringá, Londrina, Assai e Jacarezinho. A prioridade 2 alcançava todo o Sudoeste do estado, a 3, Apucarana e a 4 Pitanga, Ivaí, Norte Velho de Wenceslau Braz, Irati, São Mateus do Sul, Paranavaí e Umuarama. A prioridade 5 cobria a zona representada por Guarapuava, Médio Iguaçu, Lapa, Curitiba e Alto Rio Negro Paranaense. A prioridade 6 era Ponta Grossa e, finalmente, vinha a prioridade 7: uma zona compreendida pelo litoral do estado e o Vale do Ribeira.

Em virtude dos resultados alcançados pode se considerar que o Paraná Rural atingiu seus objetivos. O módulo rural eram as microbacias hidrográficas, com cerca de 2 a 3.000 hectares: foram trabalhadas cerca de 2.100, totalizando aproximadamente 5 milhões de hectares (BRAGAGNOLO; PAN; THOMAS, 1997).

A mensuração dos resultados do Paraná Rural foi embasada em um conjunto de indicadores que possibilitaram enxergar um monitoramento das ações implantadas e uma avaliação do seu impacto na agricultura do estado. Os indicadores foram reunidos em três grupos: o primeiro dizia respeito ao impacto no controle da erosão nas propriedades, na produtividade dos cultivos e na renda dos produtores. O segundo era a implementação das práticas previstas, que faziam parte da estratégia técnica. O terceiro procurou medir a adoção das práticas preconizadas pelos produtores.

O índice de turbidez médio anual de 16 mananciais verificados foi reduzido em aproximadamente 43%, o que reflete a redução de perda de solo pela erosão e conseqüente redução dos custos de tratamento da água a ser fornecida às populações urbanas. A produtividade, no estado, dos cultivos de milho, soja e trigo foi medida antes da implantação do programa e após o mesmo. Nos 4 anos subseqüentes à implantação do programa, a produtividade dessas culturas foi superior em 87, 23 e 61%, respectivamente. A cultura do feijão apresentou um acréscimo na produtividade da ordem de 60 a 65% (BRAGAGNOLO; PAN; THOMAS, 1997).

A avaliação do impacto do Paraná Rural na renda foi, segundo Bragagnolo (1997), muito difícil mensurar pelas variáveis envolvidas. Os fatores conjunturais, como preço, crédito, clima e outros, influem no resultado econômico. Foi feito um estudo em quatro microbacias em áreas representativas das principais zonas do estado. A partir dos dados registrados, situação anterior, práticas e tecnologias implantadas, nível de adoção e situação posterior, fez-se uma análise econômica dos investimentos. Nessas quatro microbacias o acréscimo de renda nas unidades produtivas variou de US$ 236,00 a US$ 5.891,00 por ano.

Com relação às práticas adotadas nos sete anos, o Paraná Rural contou com cerca de 1.600 técnicos atuando junto aos produtores, o que permitiu inclusive uma superação das metas previstas. As práticas preconizadas na estratégia técnica tiveram desempenhos diferenciados em função das diferenças regionais, custos de

implantação, nível de apoio financeiro e da participação da assistência técnica e da sociedade.

A adequação das estradas rurais, integrada às práticas de manejo e conservação do solo e da água, propiciou um melhor controle da erosão reduzindo drasticamente as necessidades e custos de manutenção das mesmas. A economia estimada foi de 50% sobre o que era gasto anteriormente, cerca de US$ 850,00/km/ano. Cerca de 50.000 km foram readequados com recursos do programa e de outras fontes, como a SEAB, DER e Prefeituras Municipais.

A organização comunitária foi fundamental para o desenvolvimento do Paraná Rural. Cerca de 6.500 associações e grupos comunitários foram apoiados técnica e financeiramente na aquisição de máquinas ou na construção de benfeitorias que constituíam meios de viabilização da estratégia técnica. A aquisição de equipamentos, como escarificadores, plantadeiras, roçadeiras, distribuidores de calcário, batedeira de cereais, abastecedores comunitários e outros, ficou acima das metas previstas. Na maioria dos casos a meta foi superada em até 20 pontos percentuais.

Quanto à adoção das práticas previstas pelos agricultores, em uma avaliação intermediária quatro anos após a implantação do programa, se podem verificar que algumas práticas superaram o limite de 80 % de adoção nas propriedades. O plantio em nível, a escarificação do solo, a calagem e o terraceamento mecânico foram as práticas que superaram as metas previstas.

As mais adotadas nas microbacias foram o terraceamento, os cordões de pedras, a adequações de estradas rurais e carreadores, preparo correto de solo, adubação verde, adubação orgânica, reflorestamento conservacionista, rotação de culturas, plantio na palha, plantio direto, calagem, construção de abastecedores comunitários e reflorestamento de matas ciliares (IPARDES, 1993).

Outro estudo que revelou a importância e impacto do Paraná Rural foi desenvolvido pelo escritório regional da EMATER nos municípios de Mariópolis, Coronel Vivida, São João, Sulina e Itapejara D'Oeste. O estudo foi efetuado com dados obtidos em 477 propriedades rurais e mostrou a evolução de alguns indicadores cinco anos após o início do programa. Em relação às construções rurais houve um acréscimo da ordem de 58%, principalmente de pocilgas e aviários. A área média das propriedades aumentou de 26 para 29 hectares para cerca de 14%

dos produtores. A adoção e implementação de um sistema correto de terraceamento passou de 18 para 71% e a pesquisa indicou que houve um incremento no número de tratores da ordem de 8%, mais 10% distribuidores de calcário e 14% distribuidores de esterco. Aumentou a quantidade média de animais de tração, assim como de bovinos e suínos. O levantamento mostrou que o tamanho médio das habitações aumentou e o número de refrigeradores e fogões a gás também sofreu acréscimos de 5 e 9%, respectivamente. Isso foi um reflexo do aumento de renda na propriedade rural: o estudo estimou um aumento da renda bruta da mão-de-obra familiar que variou positivamente, de R$ 3.440,00 para R$ 5.474,00, equivalentes a homem/ano (BRAGAGNOLO; PAN; THOMAS, 1997).

Resumindo: o custo inicial do programa era de US$ 140 milhões; desse total, US$ 85 milhões eram oriundos do tesouro do estado e US$ 63 milhões provenientes de financiamento junto ao Banco Mundial. Ao término, o valor efetivamente aplicado atingiu US$ 161,87 milhões, um aporte de investimentos superior 9,3% à previsão inicial (BRAGAGNOLO; PAN; THOMAS, 1997).

A zona do Vale do Ribeira estava inserida dentre as regiões de baixa prioridade, junto com o litoral e a Região Metropolitana de Curitiba. Embora contendo diferentes classes de solo, essa região, com algumas exceções, apresentava menor aptidão para o cultivo mecanizado. O relevo geralmente é mais acidentado, contém o Distrito Florestal do estado e a Serra do Mar, e o desmatamento na zona não foi acentuado.

Essas características também refletiam, então, o desempenho das atividades do setor primário. Em 1985 a região contribuiu com apenas 11% do valor bruto da produção primária comercializada no estado, detendo cerca de 32% dos estabelecimentos e 77% das florestas plantadas (IPARDES, 1993).

Segundo Bragagnolo (2004), os investimentos do Paraná Rural no Vale do Ribeira, foram proporcionais à importância da região, conforme os dados acima descritos. A região recebeu poucos recursos. O número de microbacias que sofreu intervenção foi pequeno, apenas 12, localizadas em Cerro azul, Adrianópolis e Bocaiúva do Sul.

5.1.7 Paraná 12 Meses

Esse programa foi concebido pelo Governo do Estado do Paraná e teve o apoio financeiro do Banco Mundial. A meta do programa era reduzir a pobreza rural e promover o gerenciamento dos recursos naturais do estado, devido à deterioração da produção social, principalmente pela implementação de políticas de ajuste econômico. Segundo os analistas do Banco Mundial, entre os objetivos do projeto, estavam o crescimento da renda e a melhoria das condições de moradia das comunidades rurais pobres através do apoio aos subprojetos identificados como prioritários pelos beneficiários. O projeto também buscava proteger os recursos naturais do Estado por meio de três componentes principais: redução da pobreza e investimentos que financiariam atividades geradoras de renda; investimentos na administração dos recursos naturais e na modelagem das práticas agrícolas e, finalmente, apoio técnico para o fortalecimento institucional, treinamento, pesquisa e estudos (BANCO MUNDIAL, 2005).

A coordenação do projeto foi da SEAB e, de um total de US$ 353,5 milhões, o Banco Mundial participou com US$ 175 milhões. O projeto recebeu aprovação em 27 de junho de 1996 e seu encerramento estava previsto para 30 de setembro de 2004 (BANCO MUNDIAL, 2005). Posteriormente foram pedidas duas dilações de prazo para finalização do projeto, fruto de atrasos no cumprimento das metas acordadas. A variação ocorrida no câmbio real/dólar favoreceu grandemente o Paraná 12 Meses: na época da contratação do empréstimo cada dólar equivalia a um Real. Com a desvalorização frente ao dólar, esse valor foi multiplicado (BRAGAGNOLO, 2004). Até maio de 2005, o montante total aplicado no projeto era de cerca de US$ 210 milhões (GOVERNO DO PARANÁ, 2005).

O Paraná 12 meses veio na esteira de outros programas similares de alívio à pobreza, desenvolvidos pelo Banco Mundial. A exemplo desse estão em curso outros projetos no Piauí, Santa Catarina e Espírito Santo (BANCO MUNDIAL, 2005).

A justificativa para a implementação de projetos dessa natureza, como o ProRural e Paraná Rural, sempre esteve ligada ao quadro de desigualdades verificadas no estado. Ao analisarmos o valor da produção agrícola paranaense, vemos que ela representa cerca de 20% da produção de grãos do Brasil. Por outro lado, diversos índices de qualidade de vida da população rural do Paraná, quando

comparados com os dos outros dois estados do sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, se mostram muito baixos.

No início dos anos 70, com o ciclo do café dando sinais de esgotamento, foi implementado o Programa Corredores de Exportação, proposto pela Organização Internacional do Café. A proposta do programa era fomentar a produção para exportação, principalmente de soja e de carne, aumentando a produtividade através da intensificação do uso de insumos industriais e da mecanização agrícola. O apoio com instrumentos como crédito rural subsidiado e uma política de preços mínimos possibilitou uma relação mais estreita entre a produção no campo e os segmentos de antes da porteira (insumos e máquinas) e para fora da porteira (indústria de transformação).

Em apoio a esse modelo também se fomentou o cultivo do trigo que, além de atender à demanda interna e à política de substituições de importações, possibilitaria também a viabilização de uma infra-estrutura necessária para o cultivo da soja. Ao mesmo tempo esse programa ainda influenciou a tecnificação das lavouras de milho, algodão e o surgimento de pólos produtores de feijão com níveis mais elevados de produtividade.

Esse modelo soja-trigo possibilitou a implantação, em nosso estado, de um grande parque de processamento de oleaginosas, com uma capacidade instalada de cerca de 33.000 toneladas/dia, representando um terço da capacidade do país. O sistema baseado nas culturas de soja e trigo facilitou a instalação de um parque agroindustrial forte e de um sistema cooperativista que chegou a congregar, em 1993, cerca de 148.000 produtores (GOVERNO DO PARANÁ, 1997b).

Ainda nesse mesmo período algumas atividades tradicionais do estado, como a madeira, a celulose e o papel, foram sendo consolidadas na região Centro Sul do Paraná. A partir dos anos 1980 a atividade sucro-alcoleira e a indústria de carnes foram se consolidando no Norte e Oeste do estado, respectivamente.

Os números da produção do campo paranaense são significativos. Os grãos soja, milho, feijão, arroz e café, somados ao algodão têm representado cerca de 50% do valor bruto da produção agrícola do estado. Todos, com exceção do feijão, passam por algum tipo de beneficiamento, mesmo no caso do milho, que tem uma parcela significativa da sua produção consumida na propriedade.

A produção pecuária, carne, leite, ovos e casulos de bicho-da-seda

representam aproximadamente 30% daquele valor bruto e as hortaliças e frutas, 6% do total.

A produção agrícola paranaense tem sido responsável por parcela significativa da produção de grãos do país. Entre os principais produtos, o Paraná é responsável por cerca de 22% da produção de soja, 50% do trigo, 20% do feijão, 27% do milho e 29% do algodão. Da mesma forma, a produção animal é destacada pela carne bovina, leite, suínos e aves. A produção de casulos do Paraná representa 80% da produção brasileira (GOVERNO DO PARANÁ, 1997).

Em decorrência desse crescimento na produção, o Estado do Paraná constitui-se em um importante mercado para o setor de insumos e máquinas agrícolas. Nos últimos anos foram vendidos no estado cerca de 18% das máquinas do segmento e 15% dos fertilizantes comercializados no Brasil.

No entanto, quando analisamos os números sobre a situação da população rural do estado eles mostram um quadro preocupante para os administradores públicos. A renda das pessoas ocupadas na agricultura do Paraná é baixa, especialmente quando tomamos como referência, em termos nacionais, os estudos que posicionam como pobres famílias cuja renda e igual ou inferior a 2 salários-mínimos/mês. No Paraná, somente 61% das pessoas ocupadas têm algum rendimento. Destas, 70% têm rendimento correspondente a até 2 salários mínimos mensais.

Do total de pessoas ocupadas, 38% não têm renda que caracterize uma remuneração pelo trabalho. Esse grupo é constituído principalmente por dependentes que sobrevivem da renda declarada dos pais (GOVERNO DO PARANÁ, 1997).

A combinação do cultivo de produtos de baixa densidade de renda e a pequena escala de produção determina que a maioria das pessoas ocupadas tenha renda que não viabilize investimentos na produção, ficando condicionadas a baixos padrões de qualidade de vida.

Uma análise dos principais indicadores sociais permite identificar uma situação crítica da população ocupada em atividades agrícolas no estado, frente aos níveis considerados como satisfatórios e mesmo frente aos outros estados da região sul do Brasil. Os baixos rendimentos auferidos pela pequena produção, a pouca diversidade de alimentos e a falta de educação alimentar levam a crer que a

alimentação da maioria da população rural seja baseada principalmente em alimentos ricos em hidratos de carbono e deficientes em proteínas, lipídios, vitaminas e minerais.

As condições de moradia da população rural são precárias. Conforme dados do IBGE, do total de domicílios rurais, somente 56,3% são próprios e 43,7% são domicílios cedidos ou ocupados. O percentual de domicílios próprios dos moradores do meio rural do Paraná é inferior à média brasileira e dos estados do Sul, cujos percentuais são, para o Brasil 68,2%, Rio Grande do Sul 75% e Santa Catarina 77,35% (GOVERNO DO PARANÁ, 1997).

Considerando-se a média de 4,36 pessoas por família e que 31% das moradias possuem apenas um cômodo servindo de dormitório, pode-se imaginar a qualidade do descanso e recuperação de energias, bem como as condições de higiene.

Dos estados do Sul, o Paraná se destaca como o que possui menor percentual de domicílios com canalização interna de água e dejetos, o que agrava os riscos e a predisposição das famílias às doenças. Essas condições induzem a um retardo severo no crescimento das crianças. Dessa forma, em 1989, no Brasil, 15,9% das crianças menores de 5 anos apresentavam estatura muito baixa. Na Região Sul, a situação é mais crítica no Paraná, com um percentual de 11,6%, superior ao do Rio Grande do Sul, 8,2% e ao de Santa Catarina, 4,9%.

As condições inadequadas de alimentação, moradia, abastecimento e saneamento básico, assim como a destinação imprópria do lixo doméstico e principalmente embalagens de agrotóxicos refletem a baixa qualidade de vida de significativo contingente da população rural, o que coloca o Paraná em uma situação crítica de saúde.

O coeficiente de mortalidade infantil do Paraná é duas vezes superior ao aceitável, segundo os critérios da OMS de 15,9 óbitos / 1.000 habitantes nascidos vivos.

O percentual de analfabetos no país é de 18,2%. A Região Sul possui 10,8% de analfabetos e o Paraná, com 13,3%, coloca-se na pior situação da região. Na zona rural, esse percentual atinge 19% (GOVERNO DO PARANÁ, 1997).

As condições precárias da população rural obrigam à inserção precoce das crianças no mercado de trabalho. No Paraná, a taxa de atividade de crianças de 10

a 13 anos de idade é de 20%, contra 14% do Brasil e 17,5% da Região Sul. Há indicativos de que na zona rural do Paraná a taxa seja superior a 20%, visto que na Região Metropolitana de Curitiba é de somente 6,5% (GOVERNO DO PARANÁ, 1997).

O baixo padrão de qualidade de vida e a escassez de oportunidades são determinantes do processo migratório e das tensões sociais na zona rural.

Outra questão importantíssima que o Paraná 12 meses contemplava era ligada aos recursos naturais. A ocupação das terras do estado foi determinada basicamente pela aptidão, sucessão de fenômenos climáticos e políticas oficiais.

As lavouras e pastagens somavam quase 60% da área total do estado. A vegetação secundária, cerca de 25,43%, constituía-se de áreas utilizadas para o cultivo que, após a colheita, são deixadas em descanso. Nessas áreas, a regeneração natural forma a vegetação denominada de “capoeira”. Normalmente são áreas de baixa fertilidade natural, que intercalam períodos de cultivo e descanso. As capoeiras são predominantes na região Centro Sul do Paraná. As atividades agrícolas são desenvolvidas em diferentes classes de solo, com diferentes graus de limitação ao uso para cultivo.

A interação dos fatores fertilidade, suscetibilidade à erosão e o impedimento da mecanização orientou a consolidação da agricultura mecanizada nas classes de solos derivados do basalto predominantes nas regiões oeste, sudoeste e norte do estado. As pastagens se desenvolveram no noroeste, nos solos das classes derivadas do arenito Caiuá. A agricultura baseada na tração animal foi deslocada para as classes derivadas de sedimentos, que são predominantes na região Centro-Sul.

A intensificação da mecanização na década de 70 foi acompanhada do crescimento da perda de solo devido à erosão, pondo em risco a produtividade da lavoura.

Em 1984 o Governo do Paraná implantou o Programa de Manejo Integrado de Solos e Água (PMISA), tendo a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e de execução dos trabalhos, na qual se concentraram os esforços e recursos governamentais. Dentro da mesma filosofia implantou-se em 1989 o programa Paraná Rural, executado também pelo Governo do Estado com a participação da iniciativa privada na assistência técnica e na mecanização. Com

esse programa houve uma concentração de esforços nas áreas onde os problemas com a erosão eram mais graves: cerca de 5 milhões de hectares das zonas mecanizadas na região norte, oeste e sudoeste do Paraná. A taxa de adoção das principais práticas de controle de erosão tais como terraceamento, semeadura em nível, escarificação do solo e cultivo mínimo nas microbacias trabalhadas foi superior a 70%. Somente as práticas de adubação verde e reflorestamento tiveram taxa de adoção inferior a 50% (GOVERNO DO PARANÁ, 1997b).

O projeto foi concebido considerando que a viabilização da agricultura ocorreria a partir do desenvolvimento dos agricultores e de seus familiares, como cidadãos e do seu crescimento como profissionais da agricultura. Ele considerava que a comunidade era a base para todas as ações e que essas ocorreriam a partir da soma das vontades dos indivíduos, traduzida em um plano de ação.

A ação seria desenvolvida dentro de todo o estado do Paraná. No entanto, a definição de prioridades regionais e a organização das demandas deveriam obedecer às características e à realidade mesorregional. A partir da inter-relação de 35 variáveis que contemplavam indicadores socioeconômicos, agrícolas e de recursos naturais, o IAPAR desenvolveu um estudo que permitiu agrupar municípios semelhantes em 8 mesorregiões homogêneas. Esse trabalho havia sido denominado “Tipificação e caracterização dos produtores rurais do Estado do Paraná” (GOVERNO DO PARANÁ, 1997).

Algumas das características das 8 mesorregiões são apresentadas a seguir.

Mesorregião 1 – Litoral e Alto Ribeira: elevada desigualdade no acesso à terra, grandes áreas médias dos estabelecimentos, baixíssima modernização tecnológica, baixas lotações de unidades animais e de produção de leite por área, pequena participação de lavouras temporárias e pastagens, alta participação de matas e áreas de descanso / não utilizadas e elevado uso de trabalhadores permanentes.

Mesorregião 2 – Curitiba e Ponta Grossa: reduzida modernização tecnológica (tratores, fertilizantes e agrotóxicos), elevada participação de pastagens naturais, de matas (naturais e plantadas), de solos com baixa fertilidade natural e com possibilidade de mecanização. Média alta na quantidade de litros de leite por vaca, alta até média participação da cultura de milho e feijão. Mão-de-obra familiar com grande atuação, conjugada com uma atividade mediana de mão-de-obra

assalariada.

Mesorregião 3 – Pitanga: reduzida produção de leite por vaca/ano, pequena participação de lavouras permanentes e temporárias e de pastagens naturais, baixo nível de modernização tecnológica e elevada presença de solos com diminuta fertilidade natural.

Mesorregião 4 – Wenceslau Braz: reduzida modernização tecnológica (mecânica, química e biológica), moderada desigualdade no acesso à terra, pequena participação de lavouras permanentes ou de café, baixos níveis de unidades animais e da quantidade de leite vaca/ano.

Mesorregião 5 – Apucarana: pequena modernização tecnológica, alto uso de mão-de-obra familiar e de tração animal, limitada dotação de solos férteis, moderada desigualdade no acesso à terra, média a alta participação de lavouras de milho e feijão e de pastagens plantadas.

Mesorregião 6 – Londrina, Maringá e Cascavel: elevada modernização tecnológica (mecânica, química e biológica), alta renda bruta e do valor dos bens/área, grande desigualdade no acesso à terra, forte presença de lavouras temporárias, notadamente a soja e, em menor escala, o feijão e o milho. Solos com alta fertilidade natural e possibilidade de mecanização. Média participação da mão-de-obra familiar.

Mesorregião 7 – Sudoeste: reduzida área média e desigualdade no acesso à terra, elevada participação da cultura de milho e feijão e área reduzida com culturas permanentes. Grau baixo de modernização tecnológica, pequena margem bruta da produção e elevada participação da mão-de-obra familiar.

Mesorregião 8 – Paranavaí e Umuarama: elevada presença de pastagens plantadas e de unidades animais (bovinos) por área associada a baixa produção de leite vaca/ano. Presença significativa de culturas permanentes, notadamente do café e baixa presença de culturas temporárias. Reduzido nível de modernização tecnológica. Solos com alta possibilidade de mecanização. Desigualdade na distribuição da terra e de média a elevada presença de mão-de-obra assalariada permanente e de terceiros.

Todos os produtores do estado estariam habilitados a participar do projeto, entretanto para efeito de apoio financeiro, seriam beneficiados somente aqueles enquadrados como PS (Produtores de Subsistência) e PSM (Produtores Simples de

Mercadorias). A classificação dos produtores foi feita a partir do seu sistema de produção, conforme descrito anteriormente. A categoria dos produtores simples de mercadorias foi desmembrada em três, PSM1, PSM2 e PSM3, e o enquadramento em cada uma delas, deveria atender a três variáveis simultaneamente, área de cultivo, valor das benfeitorias produtivas, valor dos equipamentos agrícolas e a participação da mão-de-obra familiar.

Ainda foram contemplados no projeto mais dois grupos: os trabalhadores rurais volantes e as comunidades indígenas do estado. Essas últimas foram enquadradas de acordo com os critérios anteriormente citados, já para os trabalhadores volantes foi desenvolvida uma espécie de subprograma: as Vilas Rurais.

O Paraná 12 meses foi desenvolvido em três grandes linhas, denominadas de Subcomponentes: a) Subcomponente Combate à Pobreza no Meio Rural: essa linha tinha como meta os produtores mais pobres, aqueles enquadráveis como PS/PSM1, visando a propiciar instrumentos que poderiam melhorar as condições de vida das famílias, o acesso a serviços básicos e à geração de renda fundamentado na organização comunitária e na capacitação para atividade na agricultura ou externa dela.

b)A segunda linha era a Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – 1ª Fase: nessa, o público meta era constituído pelas categorias presentes na microbacia, respeitando o enquadramento do público-alvo PS, PSM1, PSM2 e PSM3. Essa linha visava à recuperação dos recursos naturais como elemento fundamental para o aumento da produtividade e para impulsionar do crescimento da renda.

c)Na última linha, a Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – 2ª Fase, o público era constituído daquelas categorias que já estavam inseridas no mercado, os PSM2 e PSM3. Segundo o Manual do projeto, ela visava a propiciar instrumentos que ampliassem a capacidade de competição e a sustentabilidade das unidades produtivas familiares, para que gerassem oportunidades para impulsionar o desenvolvimento econômico-social da agricultura (GOVERNO DO PARANÁ, 1997).

A estratégia técnica da primeira linha era, por sua vez, constituída de três grandes linhas de atuação: infra-estrutura social familiar, desenvolvimento

comunitário e geração de renda. Essas três linhas da atuação deveriam ser desenvolvidas integralmente e de forma participativa, através das entidades organizadas e de suas lideranças.

No segundo caso, as linhas da ação tratavam da redução da degradação do meio ambiente, controle da erosão e melhoria da fertilidade do solo. Nesse subcomponente ainda seriam, segundo o programa, desenvolvidas ações de adequação de estradas.

Os avanços na implementação das linhas previstas no segundo subcomponente proporcionariam as condições mínimas para implementar as propostas do Manejo e Conservação dos Recursos Naturais - 2ª Fase em quatro direções: gestão agrícola, intensificação dos sistemas, mudanças nos sistemas de produção e verticalização da produção.

As tabelas a seguir informam sobre as estimativas do público a ser atingido e também a área abrangida pelo projeto.

TABELA 08 – ESTIMATIVA DE PÚBLICO BENEFICIADO PELO PARANÁ 12 MESES, POR MESORREGIÃO, SEGUNDO SUBCOMPONENTE/ATIVIDADE (EM 1.000 PROPRIEDADES /FAMÍLIA E EM NÚMERO DE PESSOAS)

SUB-COMPONENTE	MESORREGIÕES								TOTAL	TOTAL
Atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	Famílias	Pessoas
Combate pobreza	1,17	7,35	6,18	1,84	1,56	8,92	4,46	4,52	36,00	156,96
Manejo RN 1ª fase	4,88	54,44	33,98	8,47	5,30	36,24	20,89	19,80	184,00	802,24
Manejo RN 2ª fase	0,20	5,10	1,60	1,70	1,50	11,70	8,00	5,60	35,40	154,34
Total geral	6,25	66,89	41,76	12,01	8,36	56,86	33,35	29,92	255,40	1.113,54

FONTE: SEAB, (1996).

TABELA 09 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO PARANÁ 12 MESES (EM 1.000 ha)

continua

SUB-COMPONENTES	MESORREGIÕES								TOTAL
Atividades	01	02	03	04	05	06	07	08	
Combate pobreza	9,3	50,0	41,7	9,4	8,5	21,3	29,5	13,1	182,8

TABELA 09 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO PARANÁ 12 MESES (EM 1.000 ha)

conclusão

Manejo RN 1ª fase	183	2144	1179	312	169	1.265	663	755	6.670
Manejo RN 2ª fase	13,0	313,8	67,8	52,3	37,8	371,2	244,7	169,7	1.270,3
Total geral	205,3	2.507,8	1.288,5	373,7	215,3	1.657,5	937,2	937,8	8.123,1

FONTE: SEAB, (1996).

As tabelas apresentadas na seqüência mostram as atividades desenvolvidas pelo programa Paraná 12 Meses na região do Vale do Ribeira (Mesorregião 01), por município, conforme os subcomponentes. Os números apresentados mostram com muita clareza o volume de recursos investido durante todo o programa, até maio de 2005, por atividade, e o caráter mitigador dessas ações. Elas são de curtíssimo alcance, pontuais e atingem um número muito pequeno de produtores. A tabela 10 mostra investimentos importantes e com um bom número de beneficiados, como a construção de abastecedouros comunitários. Ao mesmo tempo foram desenvolvidas ações com pouquíssimo impacto, como a análise de solos (GOVERNO DO PARANÁ, 2005).

TABELA 10 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS – FASE 1 (DIVERSOS)

Município	Qtidade práticas	Nº beneficiados	Valor (R$)	Prática
Bocaiúva Sul	37	37	370,00	Análise solos
Bocaiúva Sul	74	37	14.356,00	Fosfatagem
Tunas Paraná	30	15	11.400,00	Reflorestamento
Cerro Azul	1	30	17.999,74	Abastecedor
Rio B. Sul	1	17	16.007,88	Abastecedor
TOTAL		136	60.133,62	

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

Na região do Vale do Ribeira aparecem algumas tentativas no sentido de

fomentar a bovinocultura de leite. A dificuldades de comercialização são muito grandes por se tratar de atividade muito concorrida, com grande oferta de produto no mercado. O Programa Leite das Crianças, implantado pelo Governo do Estado do Paraná, está motivando os produtores locais; aventa-se a possibilidade de auto-abastecimento da região para o referido programa. Na tabela seguinte são apresentadas as práticas realizadas que contemplaram os produtores nesse segmento. Considerando toda a zona do Vale, as medidas são também de pequeno alcance e com pequeno número de produtores beneficiados (GOVERNO DO PARANÁ, 2005).

TABELA 11 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS – FASE 2 (DIVERSOS)

Município	Qdade práticas	Nº beneficiados	Valor (R$)	Prática
Cerro Azul	22	11	2.149,00	Aq. latões leite
Itaperuçu	22	11	2.149,00	Aq. latões leite
Rio B. Sul	56	21	5.471,00	Aq. latões leite
Itaperuçu	10	10	3.500,00	Resfriador leite
Cerro Azul	10	11	7.849,00	Resfriador leite
Rio B. Sul	2	73	63.311,25	Resfriador leite
Rio B. Sul	1	25	8.362,50	Conj. silagem
Rio B. Sul	1	18	48.252,38	Empac. cereais
TOTAL		180	141.043,00	

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

A melhoria de moradias foi o setor que recebeu o maior volume de recursos no Vale do Ribeira, pois no Paraná 12 meses um outro subprograma implantado tratava da questão de moradias populares, as Vilas Rurais.

Apesar de ter sido o setor que mais recebeu recursos, menos de 1.000 famílias foram atendidas. Tratando-se de uma zona com gravíssimos problemas dessa ordem, o impacto é pouco significativo. Os dados a seguir dão uma idéia mais apropriada desses investimentos (GOVERNO DO PARANÁ, 2005).

TABELA 12 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – MELHORIA DE MORADIAS

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Adrianópolis	218	218	350.237,00
Bocaiúva do Sul	84	84	119.673,00
Cerro Azul	297	288	390.022,00
Itaperuçu	119	119	159.160,00
Rio Branco do Sul	81	81	113.292,00
Tunas do Paraná	28	28	35.123,00
Doutor Ulysses	186	164	186.222,00
TOTAL		982	1.353.729,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

Os investimentos no sistema de água e esgoto, vitais ao tratarmos da saúde pública, foram realizados com a melhoria das moradias. Na relação dos investimentos apontados pela SEAB, esse segmento aparece em segundo lugar em volume de recursos. A tabela seguinte apresenta os municípios e seu respectivo número de moradores beneficiados (GOVERNO DO PARANÁ, 2005).

TABELA 13 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Adrianópolis	218	218	220.214,00
Bocaiúva do Sul	83	83	76.255,00
Cerro Azul	269	269	242.139,00
Itaperuçu	126	126	111.527,00
Rio Branco do Sul	76	76	52.711,00
Tunas do Paraná	28	28	19.314,00
Doutor Ulysses	182	128	166.557,00
TOTAL		926	888.717,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

A tabela seguinte apresenta os valores referentes à construção de infra-estrutura básica de equipamentos comunitários, como galpões.

TABELA 14 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – CONSTRUÇÃO DE GALPÕES COMUNITÁRIOS

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Cerro Azul	1	11	10.000,00
Itaperuçu	2	43	20.713,00
Rio Branco do Sul	2	28	21.243,00
Tunas do Paraná	1	13	12.228,00
Doutor Ulysses	2	28	19.932,00
TOTAL		123	84.116,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

A tabela seguinte apresenta os dados referentes aos investimentos em outros empreendimentos agrícolas.

TABELA 15 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS EXTRACOMUNIDADE

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Bocaiúva do Sul	1	11	19.999,00
Doutor Ulysses	1	10	13.567,00
TOTAL		21	32.767,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

O programa também executou algumas medidas extremamente paliativas, como facilitar a aquisição de alguns insumos agrícolas. Além de fertilizantes, foram ainda adquiridos e distribuídos sementes de hortaliças, milho, feijão e arroz; mudas frutíferas; animais de trabalho e implementos agrícolas. As tabelas seguintes apresentam as quantidades repassadas para os agricultores.

TABELA 16 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – FERTILIZANTE (Kg)

continua

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Adrianópolis	19.000	73	5.112,00

TABELA 16 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – FERTILIZANTE (Kg)

conclusão

Bocaiúva do Sul	10.100	40	21.675,00
Cerro Azul	1.391	11	1.481,00
Itaperuçu	25.205	93	2.758,00
Rio Branco do Sul	5.930	54	1.474,00
Doutor Ulysses	1.080	19	406,00
TOTAL		290	32.906,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 17 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – SEMENTES MILHO (Kg)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Adrianópolis	2.400,00	73	2.606,00
Cerro Azul	2.825,00	112	4.154,00
Itaperuçu	2.490,00	105	2.118,00
Rio Branco do Sul	2.080,00	54	5.035,00
Doutor Ulysses	2.340,00	88	3.510,00
TOTAL		399	17.423,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 18 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – SEMENTES FEIJÃO (Kg)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Adrianópolis	3.450	73	6.900,00
Cerro Azul	2.790	112	6.132,00
Itaperuçu	9.500	105	24.215,00
Rio Branco do Sul	5.900	54	17.062,00
Doutor Ulysses	2.480	88	5.610,00
TOTAL		432	59.919,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 19 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – SEMENTES DE HORTALIÇAS (g)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Bocaiúva do Sul	250	40	9.039,00
Cerro Azul	6.185	15	495,00
Itaperuçu	7.265	96	174,00
Doutor Ulysses	2.750	5	267,00
TOTAL		156	9.979,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 20 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – SEMENTES DE ARROZ (Kg)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Cerro Azul	60	5	150,00
TOTAL		5	150,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 21 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – MUDAS DE FRUTÍFERAS (UNIDADES)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Cerro Azul	1.300	9	3.637,00
Doutor Ulysses	550	5	1.370,00
TOTAL		14	5.005,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 22 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – AGROTÓXICOS (UNIDADES)

continua

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Bocaiúva do Sul	100	10	1.921,00
Cerro Azul	1.107	125	9.031,00

TABELA 22 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – AGROTÓXICOS (UNIDADES)

conclusão

Doutor Ulysses	249	47	3.317,00
TOTAL		182	14.269,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 23 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – ANIMAIS DE PRODUÇÃO (UNIDADES)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Doutor Ulysses	23	23	8.272,00
TOTAL		23	8.272,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 24 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (UNIDADES)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Cerro Azul	87	1	500,00
TOTAL		1	500,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 25 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS (UNIDADES)

continua

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Adrianópolis	2.053	101	15.897,00
Bocaiúva do Sul	61	61	6.158,00
Cerro Azul	504	156	37.182,00
Itaperuçu	979	110	22.820,00

TABELA 25 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AGRÍCOLA – UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS (UNIDADES)

conclusão

Rio Branco do Sul	395	60	10.746,00
Doutor Ulysses	512	103	10.391,00
TOTAL		591	103.194,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 26 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – PEQUENAS CONSTRUÇÕES RURAIS (UNIDADES)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Bocaiúva do Sul	10	10	2.640,00
Cerro Azul	34	4	2.617,00
Doutor Ulysses	85	85	59.710,00
TOTAL		99	64.967,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 27 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – FOMENTO AO REFLORESTAMENTO COMUNITÁRIO (PROJETOS)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Adrianópolis	2	39	27.599,00
Cerro Azul	1	12	14.785,00
Itaperuçu	2	23	23.287,00
Rio Branco do Sul	1	6	14.785,00
Doutor Ulysses	1	10	7.516,00
TOTAL		90	87.972,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 28 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS (UNIDADES)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Bocaiúva do Sul	2	18	22.225,00
TOTAL		18	22.225,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

Nos últimos anos, uma das saídas apontadas para apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar é o da verticalização da produção. Uma transformação, mesmo que primária, dos produtos na propriedade pode agregar valor aos mesmos. Nesse caso, as duas tabelas seguintes mostram que as inversões nesse caso foram mínimas, com pouquíssimos produtores atendidos.

TABELA 29 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – EMPREENDIMENTOS PARA TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS (UNIDADES)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Bocaiúva do Sul	1	11	14.590,00
Cerro Azul	1	24	15.000,00
Rio Branco do Sul	1	11	14.800,00
TOTAL		36	44.390,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

TABELA 30 – INVESTIMENTOS NA SUBCOMPONENTE COMBATE À POBREZA NO MEIO RURAL – LAVADORES DE HORTALIÇAS (UNIDADES)

Município	Qdade práticas	Nº Beneficiados	Valor (R$)
Bocaiúva do Sul	10	10	10.754,00
TOTAL		10	10.754,00

FONTE: SAFF – Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos. SEAB-PR, (2005).

Aparentemente, o número de pessoas envolvidas e beneficiadas parece ser grande, porém nas tabelas aparecem, como práticas realizadas até a entrega, 12

quilos de semente de arroz por agricultor beneficiado. Como ação efetiva no sentido de transformar a realidade vê-se que pouco fez ou vai fazer o Paraná 12 meses nos municípios do Vale do Ribeira. Do total investido pelo programa no estado, ao longo do seu período de aplicação, essa região recebeu um valor pouco significativo, cerca de R$ 3 milhões. O valor aplicado no Paraná até maio de 2005 foi cerca de R$ 496 milhões (SEAB, 2005).

O Paraná 12 meses seguiu os passos do Paraná Rural quanto à participação dos envolvidos nos processos de decisão, no que se refere aos investimentos. No Paraná Rural, a unidade de trabalho e planejamento era a microbacia hidrográfica. Dali (dos moradores) partiam as diretrizes para a escolha de ações, prioridades, custeio e execução das atividades. No Paraná 12 meses tivemos uma inovação: a participação de um conselho municipal. Após a elaboração do plano de trabalho – por uma microbacia, comunidade, vila rural, ou outros grupos – esse era encaminhado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural para aprovação.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural são, ou deveriam ser, fóruns de discussão e decisão sobre os rumos e caminhos que podem ser seguidos para melhorar as condições de vida da população rural. Esses conselhos são instrumentos de participação dos cidadãos na defesa de seus interesses e na partilha do poder de decidir. Eles podem também aumentar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos. A maioria desses conselhos é muito recente no Brasil, foi criada nos últimos cinco anos, fruto das exigências dos governos federal e estaduais e, ainda, de instituições governamentais financiadoras de projetos. Essas instituições devem ter deduzido que sem a participação dos beneficiários se gasta muito com poucos resultados.

A maior parte dos Conselhos foi criada depois que a Secretaria Executiva do PRONAF determinou que, sem os mesmos, os produtores do município não teriam acesso aos recursos do programa.

Lamentavelmente, em muitos casos, os Conselhos foram montados somente para cumprir essa exigência por meio de leis ou decretos municipais e não tiveram a participação comunitária que se imaginava (IPARDES, 2001).

A ingerência política foi outro aspecto importante que acarretou conflitos e dificultou o andamento de projetos do Paraná 12 Meses em muitos municípios. Segundo Bragagnolo (2004), prefeitos e vereadores intercediam com freqüência em

favor de seus interesses. Com os conselhos montados e presididos, em muitos municípios, pelos próprios prefeitos, foram muito comuns essas ocorrências.

Em resumo, o Paraná 12 Meses pouco pôde fazer para realizar mudanças de algumas realidades do Vale do Ribeira. Diferentemente do Paraná Rural cujo foco era a conservação de solos nos municípios com intensa mecanização agrícola, o Paraná 12 Meses tinha como objetivo principal o combate à pobreza no meio rural das zonas mais deprimidas economicamente. Uma região com graves problemas, a começar pela deficiente infra-estrutura, o Vale recebeu apenas 0,6% do orçamento do Paraná 12 Meses, segundo os dados do SAFF - Sistema de Administração Físico-Financeira de Projetos (SEAB, 2005).

Fica claro que o programa veio apenas, mais uma vez, atenuar, mitigar em lugar de resolver definitivamente alguns impasses que dificultam o desenvolvimento da região. Mais ainda: quando vemos os principais resultados obtidos publicados pelo Paraná 12 Meses e as necessidades dos municípios do Vale do Ribeira, podemos ter a impressão de que não ocorreu qualquer participação dos seus habitantes no planejamento de ações. Por exemplo: de quase 3 mil quilômetros de estradas rurais adequadas, o Vale não foi contemplado com nada. Com exceção da melhoria de casas e da rede de esgoto, pouco de relevante foi realizado.

5.1.8 Um novo projeto de desenvolvimento para o Paraná

O governo do estado está pleiteando cerca de R$ 75 milhões junto ao Banco Mundial para desenvolver um projeto de inclusão social de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais dos municípios mais pobres do estado. Ainda sem nome definido, o projeto prevê investimentos totais de cerca de R$ 120 milhões, com uma contrapartida do estado de cerca de R$ 50 milhões (GAZETA DO POVO, 2005).

Esse projeto está sendo desenvolvido pela Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação e é dedicado às áreas mais carentes, que apresentam os menores IDHs do estado. Esse grupo compreende cerca de 120 municípios que deverão ser agrupados em 9 territórios. Esses territórios representam as regiões Centro Sul, Centro, Norte Pioneiro e Vale do Ribeira.

5.2 PROCESSOS NA EUROPA E O CASO DA ESPANHA

5.2.1 A Espanha

A Península Ibérica localiza-se no sudoeste da Europa. É formada por Portugal e Espanha e ainda pelo território britânico Gibraltar. A Espanha faz fronteira ao norte com o Mar Cantábrico, França e Andorra, a leste e a sul com o Mar Mediterrâneo e a colônia britânica de Gibraltar, e a oeste com Portugal e o oceano Atlântico. Além da porção ibérica, a Espanha possui também os arquipélagos das Baleares no Mediterrâneo; das Canárias, no Oceano Atlântico e as cidades de Ceuta e Melilla, encravadas no Marrocos. Possui uma população de cerca de 40 milhões de habitantes distribuídos por aproximadamente 504 mil km².

O país é uma monarquia constitucional, hereditária e com um Parlamento bicameral, desde 1975, quando o rei Juan Carlos I assumiu a chefia do estado. O poder executivo consiste de um Conselho de Ministros presidido pelo presidente do governo (comparável a um primeiro-ministro). Desde a constituição de 1978, a Espanha está dividida em Comunidades Autônomas, em número de 17, mais as duas cidades de Ceuta e Melilla, que gozam de status intermediário entre municípios e Comunidades. As Comunidades são divididas, ainda, em cinqüenta províncias. A estruturação do estado espanhol em comunidades autônomas foi a solução encontrada pela renovação democrática da época pós-franquista para um problema secular no país: o do grau de autonomia de cada região e as relações dessas com o poder central. Essa constituição estabeleceu os poderes a serem assumidos pelas Comunidades e aqueles que só podem ser assumidos pelo Estado. O reconhecimento do direito de autonomia implicou em uma profunda mudança em relação ao regime anterior, que era baseado em planos centralizados, e foi uma resposta a um problema que sempre se repetiu ao longo da história da Espanha: as diferentes identidades sobre as quais se construiu a nação.

O maior reflexo dessas diferenças pode ser mostrado de duas formas: a primeira é que a Espanha tem, além do próprio idioma espanhol, ou castelhano, ainda o basco, o galego e o catalão como línguas oficiais. A segunda é o terrorismo, com as tentativas de emancipação do país basco pelo ETA. Embora oficialmente o governo autônomo basco afirme não tolerar a violência, as abordagens diferentes

para o problema são uma constante fonte de tensão entre os governos central e da região.

5.2.2 Um breve histórico

O território onde hoje se localiza a Espanha foi ocupado, na Antigüidade, por fenícios, gregos, cartagineses e, mais tarde, anexado ao Império Romano, no ano 45 a.C. No século V os vândalos germânicos tomaram o país para, depois, serem expulsos pelos visigodos. No ano 711, Tarik ibn Ziyad venceu o visigodo Rei Rodrigo e iniciou o processo de ocupação da Espanha. Esse general, governador da faixa ocidental do Magreb (atual norte de Marrocos), chefiando um exército de cerca de 7.000 homens, atravessou o estreito no Mediterrâneo e tomou o rochedo de Jabal-i-Tariq mais tarde ocidentalizado para Gibraltar (MUNIZ, 2004). Em 712, uma nova leva de árabes chegou à região, quando grande parte de Espanha central, Portugal e parte da Itália já haviam sido ocupadas. Seguiram-se depois a conquista de Medina-Sidonia, Sevilha e Mérida. Os árabes estabeleceram uma nova capital em Córdoba, às margens do rio Guadalquivir, buscando garantia de água para a produção agrícola. Prosseguindo em direção ao norte, os mulçumanos chegaram até a cidade de Tours, na França central, onde foram derrotados pelos francos em 732. A expansão mulçumana tinha alcançado seu ponto máximo no ocidente e as conquistas praticamente se encerraram a partir daí.

Para a civilização ocidental, as contribuições da Espanha muçulmana foram de valor inestimável, pois, quando os muçulmanos entraram no sul do continente, os bárbaros do norte tinham devastado grande parte da Europa e a civilização greco-romana já tinha tido seu final (CEDI, 2004).

A partir de 750, o fim da dinastia Omíada e a chegada da segunda dinastia, a Abássida, deu início a um dos mais importantes capítulos da história islâmica: na Andaluzia foi construída uma civilização em muito superior a qualquer outra então conhecida. Em Córdoba, essa dinastia estabeleceu seu próprio califato e manteve o controle da Espanha por 300 anos, até que por volta do ano 1.000 os bérberes almorávidas vindos do norte da África tomaram o poder. O desenvolvimento e a construção de canais de irrigação para agricultura e a criação de universidades em Córdoba, Sevilha e Toledo serviram de referência para muçulmanos e não

muçulmanos em toda a Europa.

As bases do poder andaluz estavam assentadas na extraordinária capacidade econômica proveniente de um importante comércio, uma indústria desenvolvida e um conhecimento agrícola revolucionário para a época. A economia baseava-se na moeda e a emissão de dinheiro desempenhou um papel fundamental para o esplendor financeiro. A moeda de ouro de Córdoba tornou-se a principal moeda do período e o califato foi a primeira economia urbana e comercial que floresceu na Europa depois do Império Romano.

No século XI começaram a surgir os primeiros focos de resistência cristã e o exército cristão liderado por Afonso VI retomou Toledo. Iniciou-se a reconquista espanhola e evidenciou-se a causa maior que iria determinar o fim desse período refinado e de grande esplendor: a inabilidade dos inúmeros governantes da Espanha islâmica em manter a unidade política.

Em 1469, o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela colocou a pedra fundamental na convergência dos reinos hispânicos peninsulares, depois de séculos de avanços e rupturas. O caminho ainda estaria cheio de obstáculos e sua superação, apesar de tudo, marca a passagem da Espanha para a idade moderna, com a configuração que conhecemos hoje (CORTAZAR; VESGA, 2002).

5.2.3 A Comunidade Econômica Européia

Um dos aspectos marcantes da história da Europa foi o de ter sido cenário guerras freqüentes e, por conseqüência, também da fome, que sempre esteve presente no continente ao longo do tempo.

Para muitos, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) significou o começo do fim da civilização européia, outros, no entanto, compreenderam que a capacidade de reação da Europa dependia de sua capacidade de superar nacionalismos agressivos que haviam levado o continente à catástrofe. Ainda mais, dependia de adotar o ideal de uma Europa unida e pacífica como um projeto comum. Em 1923, o austríaco Conde Coudenhove Kalergi fundou o Movimento Pan-Europa e, em 1926, conseguiu reunir em Viena importantes dirigentes no Primeiro congresso Pan-europeu (EURO, 2004).

O movimento Pan-europeu viveu sua época dourada na segunda metade dos

anos 20, os chamados 20 anos de concórdia, época do Tratado de Locarno e do Pacto de Briand-Kellog. Em 1929 o primeiro-ministro francês, Aristide Briand, pronunciou um célebre discurso ante a Assembléia da Sociedade das Nações no qual defendeu a idéia de uma federação de nações européias, baseada na solidariedade e na busca da sociedade econômica e, ainda, na cooperação política e social. O discurso teve uma grande acolhida no governo alemão e entre muitos economistas, especialmente britânicos. A Sociedade de Nações encarregou Briand da apresentação de um memorando com um projeto concreto. O político francês apresentou um “Memorando sobre a organização de um sistema de União Federal Europeu” em 1930. Porém, o processo estava se dando demasiado tarde: a depressão econômica já tinha começado a varrer as idéias de solidariedade e de cooperação do panorama internacional. As vozes que seguiam propondo a unidade européia começaram a ficar em franca minoria.

O acesso de Adolf Hitler à Chancelaria alemã em 1933 pôs fim à concórdia européia e promoveu o renascimento da pior face do nacionalismo. A Europa e o mundo se encaminharam para mais uma catástrofe.

Entre 1870 e 1945 somente França e Alemanha se enfrentaram três vezes, depois disso alguns líderes chegaram à conclusão de que a única forma de assegurar uma paz duradoura seria a união política e econômica das nações (EUROPA, 2004).

O primeiro passo foi dado em 1950 quando Robert Schuman, Ministro de Assuntos Exteriores da França, propôs a integração das indústrias de carvão e aço da Europa Ocidental. Dessa proposição surgiu, em 1951, a CECA, Comunidade Européia do Carvão e do Aço, com seis membros: Bélgica, Alemanha Ocidental, Luxemburgo, França, Itália e Países Baixos. O embrião de uma nova comunidade estava lançado e um órgão independente e supranacional chamado “Alta Autoridade”, passou a tomar as decisões sobre esse setor. O primeiro presidente foi Jean Monnet (EUROPA, 2004).

Essa comunidade teve tanto êxito que em poucos anos esses mesmos seis países decidiram avançar e integrar outros setores da economia. Em 1957 firmaram o Tratado de Roma, pelo qual foi criada a Comunidade Européia de Energia Atômica - EURATOM, e a Comunidade Econômica Européia – CEE. Os estados-membros pensaram na eliminação das barreiras comerciais entre eles e em criar um “mercado

comum".

Em 1967 as três instituições se fundiram e, a partir daí, passou a existir uma única Comissão, um único Conselho de Ministros, um único Parlamento. No princípio, esse era eleito pelos parlamentos nacionais e, em 1979, foram realizadas as primeiras eleições diretas que permitiram aos estados-membros a eleição do seu candidato favorito. A partir dessa data são realizadas eleições diretas a cada cinco anos.

O Tratado de Maastricht, em 1992, introduziu novas formas de cooperação entre os governos dos estados-membros como, por exemplo, na Defesa, Justiça e no Interior. Ao adicionar essa cooperação intergovernamental ao sistema comunitário existente, esse tratado criou, de forma definitiva, a União Européia.

A União Européia tem crescido em área ao longo dos anos. Depois do início com os países fundadores, foram admitidos a Dinamarca, Irlanda e o Reino Unido em 1973. A Grécia passou a fazer parte do grupo em 1981, Portugal e Espanha em 1986 e a Áustria, Finlândia e Suécia em 1995. Em 2004 foram admitidos mais dez países: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Checa. Além destes, mais três países são candidatos e estão fazendo as adequações necessárias para se integrarem ao grupo existente: Bulgária, Romênia e Turquia.

Desde os anos 60 a Espanha solicitava a incorporação à CEE, uma grande aspiração dos tecnocratas. Como não se tratava de um simples acordo de supressão de impostos ou taxa comerciais, mas também de homogeneidade política dentro de um sistema democrático, somente se conseguiu, em um primeiro momento, acordos preferenciais que fizeram da CEE o maior cliente do comércio exterior espanhol. Somente após o fim do regime franquista e depois de oito anos da petição pelo novo regime democrático, a Espanha entrou para a CEE.

As negociações foram muito difíceis, sobretudo devido à resistência francesa, pressionada por sua classe rural. A salvação foi o apoio alemão, que vinculou o aumento de fundos comunitários à entrada de Portugal e Espanha (inclusive na OTAN), e a mudança de postura francesa com a chegada de Miterrand ao poder, em 1982 (JUNTA DE ANDALUCIA, 2004). Dois pontos foram fundamentais na negociação: a necessidade de mais mercados para a indústria alemã e a chegada do governo socialista, em 1982, na França.

A Espanha teve que aceitar condições bastante duras: a Comunidade exigiu um largo período transitório para os setores espanhóis mais competitivos ou para aquelas questões em que os outros membros da CEE podiam se sentir prejudicados. A livre circulação dos trabalhadores não foi admitida até 1993, data em que se estendeu a extinção progressiva das taxas também para os produtos agrícolas em geral. O livre comércio de frutas, hortaliças e de azeite de oliva se atrasou até 1996, assim como acordos para pesca.

Apesar dos sacrifícios requeridos para a Espanha pela sua integração à CEE, o balanço de vantagens e desvantagens tem sido positivo para o país, uma vez que sua incorporação implicou na adaptação a um mercado mais competitivo que o daquela nação. Esse esforço de ajuste significou para a Espanha uma modernização, tanto do ponto de vista econômico, como, sobretudo, do democrático.

Com a entrada na CEE o processo de modernização do setor primário se acelerou. Além do fato de que aportes de fundos do FEOGA têm financiado e mantido a agricultura e a pecuária espanhola, também se deve ressaltar que cerca de 25% dos ingressos de agricultores espanhóis provém de outras ajudas da CEE (JUNTA DE ANDALUCIA, 2004).

Também existiram, por outro lado, efeitos negativos com respeito a certos produtos e aos setores agrícola e pecuário. A beterraba açucareira e o açúcar não puderam concorrer no mercado europeu por seus preços pouco competitivos, o plátano (banana) das Ilhas Canárias perdeu o monopólio do mercado espanhol, o azeite de oliva viu reduzidas suas ajudas orçamentárias e o setor lácteo, o mais prejudicado, teve que reduzir seus volumes por conta das cotas de produção (JUNTA DE ANDALUCIA, 2004).

5.2.4 A Política Agrícola Comum (PAC) e os fundos estruturais

A PAC representa, historicamente, a primeira política integrada européia, e nasceu com o Tratado de Roma em 1957. A lembrança dos anos de penúria alimentar pós-guerra estava bem viva e, talvez por esse motivo, a agricultura sempre se constituiu em um componente fundamental desde o arranque da Comunidade Européia.

O Tratado de Roma definiu os objetivos gerais para uma política comum.

Esses princípios foram definidos na Conferência de Stresa, em julho de 1958, e, em 1960, os mecanismos da PAC foram adaptados pelos seis estados-membros fundadores. Cerca de dois anos mais tarde, em 1962, a PAC entrou em vigor (CALEADER, 2003).

A PAC é composta por um conjunto de normas e mecanismos que regulam a produção, as trocas e o processamento de produtos agrícolas na UE e tem uma incidência cada vez maior no que se refere ao desenvolvimento rural. Ela é considerada uma das mais importantes áreas de intervenção política na Comunidade. Essa importância decorre do peso que lhe é atribuído no orçamento da UE (cerca de 50%, em decréscimo ao longo dos anos), da população envolvida e da dimensão do território a que essa se aplica, além de seu valor simbólico como cimentador do processo da união das nações e, ainda, da extensão dos poderes transferidos das autoridades nacionais para a escala européia.

Os objetivos da PAC, descritos no Tratado de Roma, artigo 39, eram:

- incrementar a produtividade da agricultura fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento da produção agrícola e a utilização otimizada dos fatores de produção, nomeadamente da mão-de-obra;
- assegurar, desse modo, um nível de vida eqüitativo à população agrícola, pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura;
- estabilizar os mercados;
- garantir a segurança do abastecimento agroalimentar e
- assegurar preços razoáveis aos consumidores.

Estes objetivos adaptavam-se a uma Europa que tinha sofrido duas recentes guerras e na qual a estratégia de produção agroalimentar assumia grande importância. Também se considerou o fato de que a agricultura contribuía com 10% do PIB europeu e ainda ofertava cerca de 25% dos empregos totais (CALEADER, 2003).

Buscando esses objetivos, o artigo 34º do Tratado previu a criação de Organizações Comum de Mercados (OCM) que, segundo os produtos agrícolas, poderiam assumir uma das formas a seguir: regras comuns em matéria de concorrência, coordenação obrigatória das diversas organizações nacionais de mercado e uma organização européia de mercado. As OCMs foram introduzidas gradualmente e, atualmente, existem OCMs para a maioria dos produtos agrícolas

da UE. Elas são os instrumentos básicos do mercado comum agrícola na medida em que eliminam obstáculos ao comércio intracomunitário de produtos agrícolas e mantêm uma barreira aduaneira comum em face de países terceiros. Na PAC destacam-se três princípios, denominados os três pilares, definidos em 1962 e que caracterizam o mercado comum e, por conseguinte, as OCMs: unicidade de mercado, preferência comunitária e solidariedade financeira (ARAUJO JUNIOR, 2002).

O mercado unificado implica na livre circulação de produtos agrícolas no território dos estados-membros, com uma organização única de mercados para cada produto abrangido pela PAC, estabelecimento de preços institucionais, regras de concorrência comuns e eliminação de barreiras ao comércio comunitário.

A preferência comunitária significa que os produtos da UE gozam de predileção e têm preços vantajosos quando comparados aos produtos importados. Os preços são garantidos de duas formas: um preço mínimo de entrada na comunidade para os produtos de terceiros, evitando transtornos da importação de produtos a preços inferiores aos fixados, e subsídios às exportações para tornar os produtos locais competitivos no mercado internacional.

A solidariedade financeira diz respeito ao custeio dessa política agrícola: todos os custos decorrentes da aplicação da PAC são suportados pelo orçamento comunitário, pois quando a mesma foi lançada, tinha como objetivo principal aumentar a oferta de produtos agrícolas na comunidade, cuja produção não alcançava sequer 80% de suas necessidades. Tentava-se ofertar apoio para reduzir a dependência alimentar externa e permitir compensar a importação de outros produtos, como a energia e as matérias-primas.

Esse apoio foi formalizado pela política de ajuda específica concedida pelo FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), criado para suportar as despesas comuns da PAC e dos subsídios decorrentes dos preços elevados fixados institucionalmente para os produtos agrícolas.

No orçamento comunitário, as despesas agrícolas são asseguradas por esse fundo, que é dividido em duas seções, e tem, desde de janeiro de 2000, as seguintes funções: a seção Garantia financia a maior parte das despesas agrícolas por meio das organizações de mercado, ajudas diretas aos rendimentos, compras através dos organismos de intervenção, despesas de armazenamento e restituições

por exportações. Contribui, também, para o financiamento de quatro medidas de acompanhamento da PAC: as medidas ambientais, arborização, ajuda para reforma antecipada e indenizações para áreas desfavorecidas. Financia, ainda, medidas de desenvolvimento rural e estrutural em todo o território da UE, exceto nas regiões menos favorecidas, nas quais atua a seção Orientação, que oferta medidas orientadas para o desenvolvimento rural e estrutural, tais como a ajuda aos investimentos para a instalação de jovens agricultores, ou para a transformação e comercialização de produtos agrícolas. A seção Orientação financia também as iniciativas de desenvolvimento rural LEADER+, no âmbito do território da União (ARAUJO JUNIOR, 2002).

Os objetivos buscados com a implantação da PAC foram plenamente alcançados rapidamente nos anos seguintes, com a elevação da produtividade e produção maior, em uma superfície agrícola menor, e com um menor número de pessoas ligadas à atividade. A renda dos agricultores franceses cresceu 40% em termos reais (CALEADER, 2003).

O modelo baseado na sustentação de preços acima do mercado dos produtos agrícolas em todo o mundo, favoreceu o surgimento de grandes volumes de excedentes de produtos e originou, na década de 80, uma forte crise. A comunidade européia passou de deficitária a produtora de grandes excessos e começou a ter problemas para administrar essa situação, pois o modelo gerava uma questão de difícil solução: os excedentes eram praticamente impossíveis de eliminar, já que os preços e garantias que proporcionavam os mecanismos de intervenção e de ajuda favoreciam o aumento da produção em uma evolução que estava além da capacidade de absorção do mercado. O nexo existente entre a ajuda concedida à agricultura e as quantidades produzidas por ela ensejava o crescimento da mesma e a intensificação dos métodos de produção. Essa intensificação dos processos agrícolas conduziu muitos países, sobretudo do norte, a ter graves problemas de contaminação do ambiente. O sistema era incapaz de evitar as enormes desigualdades de renda entre os agricultores, pois premiava as propriedades mais extensas e de agricultura intensiva. Apesar da forte queda na população ativa rural no período, o poder aquisitivo dessa melhorou muito pouco. Finalmente, o problema crucial: o gasto comunitário na manutenção da PAC aumentou fortemente, sendo cada vez mais difícil justificá-lo perante a opinião pública (LA CALLE, 2003).

Com o diagnóstico já conhecido, ocorreu, em 1985, a publicação de um documento chamado “Perspectivas da Política Agrícola Comunitária”, que abriu um importante debate sobre a PAC e incluiu uma série de orientações. O mesmo pregava uma redução progressiva da produção nos setores que geravam excedentes através de uma política de preços baseada no mercado. Ele também tinha em conta a necessidade de melhorar os ingressos nas pequenas explorações familiares e ainda sensibilizar cada vez mais os agricultores ante os problemas do meio ambiente.

As reformas começaram com o Conselho Europeu de 1988, que decidiu pela realização de algumas mudanças, como a criação de cotas de produção. Essas cotas significavam baixar os preços quando a quantidade produzida excedesse um valor pré-fixado. Foi estabelecido, também, um princípio de co-responsabilidade para maior produção, ou seja, nesse caso os agricultores contribuiriam para o financiamento parcial dos gastos públicos de intervenção nos mercados agrícolas. Além do sistema de cotas, foram reduzidas as garantias de compra oferecidas pelos mecanismos de intervenção e, finalmente, foram impostos limites às despesas agrárias, porém relacionando-as com a evolução do PIB da UE. Além da política de preços, essas reformas se complementavam com normas que pretendiam um duplo objetivo: primeiro, influir no volume da produção graças a um regime de retirada de terras, reconversão da produção, aposentadoria antecipada de agricultores e estímulo ao uso não-agrícola das terras liberadas. O outro passo seria atenuar os efeitos na queda da renda das explorações mais vulneráveis às baixas nos preços e ao aumento da co-responsabilidade. Lamentavelmente, como se pôde verificar nos anos seguintes, as medidas não foram suficientes para frear a produção agrícola, que continuou gerando grandes excedentes (COMUNIDAD EUROPEA, 1992).

Nesse contexto, surgiu, em julho de 1988, um dos mais importantes documentos: uma comunicação da Comissão Européia transmitida ao Conselho e ao Parlamento Europeu, chamada “O Futuro do Mundo Rural”.

O documento constava de uma introdução, intitulada “Presente e futuro de um mundo rural em movimento”; uma segunda parte, “Em direção de um enfoque comunitário dos problemas do mundo rural”; uma terceira parte, “Principais âmbitos de ação comunitária. Orientações e sugestões em prol do mundo rural”; uma quarta parte, “Reforma dos fundos estruturais e intervenção financeira em favor do mundo

rural" e, finalmente, uma conclusão.

Esse documento significou uma mudança radical no tema desenvolvimento rural, porque nele foi proposta pela primeira vez, a partir de ponto de vista da UE, a superação de um certo "agrarismo". Nesse momento, a UE identificou, de forma definitiva, o que era desenvolvimento rural e o desenvolvimento agrário. Para desenvolver o mundo rural, seria necessário ir muito além do se havia feito no modelo anterior, com enfoque produtivista e que estava em completa crise. Deve-se, contudo, fazer uma importante consideração: esse documento não passou do estágio das discussões teóricas, pois a PAC seguiu com o mesmo enfoque produtivista que tem ainda hoje. O importante foi que o desenvolvimento rural foi, pela primeira vez, discutido no âmbito da UE, diferenciado do desenvolvimento agrário ou agrícola. No documento aparece textualmente que o enfoque da Comissão, em matéria de desenvolvimento rural, se baseia em três pontos fundamentais: a coesão econômica e social frente a uma comunidade com grande diversidade regional, um ajuste inevitável da agricultura européia à realidade dos mercados e, como conseqüência disso para o setor agrário e para a economia rural em geral, a necessidade da proteção do meio ambiente e conservação do patrimônio natural da comunidade (COMUNIDAD EUROPEA, 1988).

Esse documento estabeleceu um diagnóstico do mundo rural da UE e apontou a existência de três principais problemas: o primeiro era a pressão natural do mundo moderno, problema encontrado nas regiões rurais próximas a grandes aglomerações urbanas ou com fácil acesso a elas, especialmente no centro, norte da Europa e nas regiões costeiras. Isso se refere, sobretudo ao problema da utilização do solo para outros interesses, à transformação da paisagem, ao desequilíbrio ecológico, ao parcelamento do espaço rural devido às construções indiscriminadas e à sobrecarga estacional devido ao turismo. O segundo problema era o da decadência rural, que segue modificando, de maneira às vezes acentuada, a fisionomia de muitas regiões rurais, especialmente na zona mediterrânea. Nesse caso se trata de um problema de desenvolvimento e diversificação econômica.

O terceiro problema apontado tratava das zonas marginalizadas de difícil acesso, como as terras montanhosas e certas ilhas. Nelas, a decadência rural, o despovoamento e o abandono de terras era muito acentuado e as possibilidades de diversificação econômica eram, de maneira geral, muito limitadas. A questão, então,

era: como manter um mínimo de população e atividade humana com a finalidade de proteger o frágil entorno (dos riscos de erosão e desertificação) e ainda manter vivo o espaço rural?

Posteriormente à análise dos três problemas do mundo rural, extraía-se a possibilidade de estabelecer três estratégias básicas para respondê-los, estratégias que deveriam adaptar-se, de acordo com a realidade econômica e social das regiões. Frente às pressões do mundo moderno sobre o mundo rural (primeiro problema), o objetivo a alcançar seria não uma aceleração do desenvolvimento econômico, mas um incremento da proteção do meio rural. Para enfrentar a decadência rural, o segundo problema apontado, a revitalização e integração do tecido socioeconômico seriam conseguidas com a criação de empregos duradouros e economicamente viáveis, não sazonais, fora do setor agrário (diversificação econômica).

Por último, o terceiro problema, das zonas marginalizadas, a respeito das quais se tinha a consciência de um processo de desenvolvimento que seria inevitavelmente lento e exigiria esforço contínuo.

A conclusão do documento dizia que o espaço rural cobre cerca de 80% do território comunitário e que as pessoas que lá habitam ou exercem suas atividades nele representam mais de 50% da população comunitária, portanto a necessidade de espaços naturais exige que toda a comunidade se mobilize em busca do desenvolvimento do mundo rural. Esse foi o objetivo das propostas expostas pela Comissão na comunicação O Futuro do Mundo Rural, de 1988 (COMUNIDAD EUROPEA, 1997).

Ainda indicando que as conseqüências reais desse documento foram relativamente tímidas, deve-se reconhecer que, desde sua publicação, esse texto articulou um debate em torno do desenvolvimento rural dentro da UE. A partir desse momento e nas etapas posteriores, o desenvolvimento rural seria o núcleo dentro do qual se desenvolveriam as atividades agrárias. Essa nova visão levava a um projeto maior de desenvolvimento rural e a um progressivo abandono do apoio incondicional ao modelo de agricultura praticado pela PAC. Um exemplo disso foi um documento publicado em 1991, chamado Documento Europeu CC-91-005-ES-C, que expressava de maneira muito clara os elementos constituintes, naquele momento, da política de desenvolvimento rural da Comunidade (COMUNIDAD EUROPEA,

1997). Ele definia que a política de desenvolvimento rural pretendia alcançar todos os aspectos do mundo rural e não unicamente determinados problemas setoriais específicos. Ficou claro que, visando a um enfoque integral de desenvolvimento econômico, a estratégia pôde levar em conta o variado papel do meio rural nas sociedades modernas, pelas funções produtivas, de preservação ambiental e social a que aquele texto se refere.

Isso significava, tanto na Comissão como nos estados-membros, uma necessidade de cooperação intersetorial sem precedentes. Para que a execução dessa nova política fosse eficaz, era preciso escalonar a responsabilidade de ações ao longo de uma cadeia que terminaria em Bruxelas, porém que teria o início o mais perto possível das pessoas afetadas no seu âmbito local. Esse princípio de subsidariedade significava que se respeitaria e valorizaria o papel de cada instituição no processo de tomada de decisões e na gestão e que, em última instancia, se maximizaria a eficiência por meio de uma responsabilidade compartilhada. A Comunidade se comprometeria a manter um diálogo permanente e cooperação ou associação pragmática com as autoridades nacionais, centrais e regionais para definir os princípios da política e garantir o fiel cumprimento dos mesmos. Ainda informava que se prestaria mais assistência aos agricultores que estavam mantendo terras abandonadas em zonas de alto risco de catástrofes naturais, como inundações, erosão do solo e incêndio.

A reforma da PAC também tinha, naturalmente, que atingir os fundos estruturais, entre eles o FEOGA. Eles eram, afinal, o maior instrumento da política de coesão econômica e social e “cimentavam” a solidariedade intracomunitária, ferramenta básica da Comunidade para levar adiante as políticas comuns. Também em 1988 se decidiu pela reforma dos fundos: o FEOGA e os outros existentes. Na época, estavam em atividade o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER, criado em 1975 com a finalidade de contribuir para a redução dos desequilíbrios regionais; o Fundo Social Europeu – FSE, que tinha como objetivo fomentar as facilidades de emprego aos trabalhadores e, por último, a Seção Orientação do FEOGA-O. Esse tinha como finalidade principal, dentro da perspectiva da reforma da política agrária comum, agilizar a adaptação das estruturas agrárias e também contribuir para o desenvolvimento das zonas rurais.

Esses fundos, com a reforma, se converteram em instrumentos de

desenvolvimento econômico, para os quais foram definidos cinco princípios fundamentais: o primeiro consistia na concentração das intervenções em cinco objetivos prioritários, as zonas-objetivo 1 e 5 , as zonas-objetivo 2 e as zonas-objetivo 3 e 4.

As zonas-objetivo 2 eram aquelas localizadas em regiões afetadas (de maneira acentuada) pela industrialização e atendidas pelo FEDER e FSE. As regiões chamadas zonas-objetivo 3 e 4 estavam situadas onde o esforço maior era aquele despendido na luta contra o desemprego e pela inserção profissional de jovens. Esse trabalho era levado a efeito pelo FSE.

Nas zonas-objetivo 1 o fomento era para as regiões menos desenvolvidas de toda a Comunidade. Os gastos correspondentes às zonas-objetivo 1 se concentravam em determinados estados-membros, em regiões demarcadas a partir de critérios socioeconômicos, áreas que abarcavam todo o território de Portugal, Grécia, Irlanda, a maior parte da Espanha, o sul da Itália, Córsega e os departamentos franceses de ultramar e Irlanda do Norte. Muitas dessas regiões, que compreendiam cerca de 38% do território da Comunidade e 22% da população, apresentavam um caráter eminentemente rural.

As zonas-objetivo 5 eram aquelas em que o trabalho fundamental era o fomento rural. As áreas rurais que se enquadravam nas zonas-objetivo 5 foram selecionadas de acordo com critérios específicos referentes à proporção de emprego e renda no produto interno regional, baixos níveis de renda, baixa densidade demográfica, caráter periférico e pressões relacionadas com problemas ambientais. Com a finalidade de concentrar recursos nas áreas mais necessitadas foram selecionadas para receber ajuda 57 regiões. Essas abrangiam cerca de 18% do total do território e pouco mais de 5% da população da comunidade (COMISSIÓN EUROPEA, 1992).

Os programas que foram financiados com apoio dos três fundos estruturais nas zonas-objetivo 1 e 5 incluíram medidas de desenvolvimento rural destinadas a várias ações: fomentar a diversificação da atividade agrária e a promoção de produtos locais típicos; proteção de recursos naturais e meio ambiente – nesse caso incluía-se a manutenção dos sistemas de vida tradicionais de zonas de montanha, ações contra erosão do solo nessas áreas, estímulo ao uso alternativo das terras e medidas visando a proteger hábitats específicos de flora e fauna, além de impedir a

contaminação da água por nitrato. Ainda foi fomentado o turismo rural, formação de mão-de-obra, tanto no setor agrário como no comércio e indústria, e, também, a melhoria da infra-estrutura básica das zonas rurais.

Uma outra ação muito importante foi desenvolvida com relação ao chamado Objetivo 5b. Tratava-se da adaptação das estruturas agrárias à reforma da PAC, financiada também pelo FEOGA-O e que se aplicava a todo o território da Comunidade. As ações desenvolvidas foram: a ajuda às explorações agrárias (agricultores de tempo parcial que tratavam de diversificar as atividades com a introdução de novos negócios, como o turismo rural ou artesanato); incentivos à aposentadoria antecipada dos agricultores com mais de 55 anos; subsídios financeiros para uma agricultura compatível com o meio ambiente nas zonas sensíveis sob esse ponto de vista; subvenções à manutenção de florestas ou reflorestamento em terras agrícolas; fomento do cultivo de espécies de uso não-alimentar; compensações financeiras para agricultores de montanhas e de zonas deprimidas; ajuda a jovens agricultores e fomento para a criação de pequenas e médias empresas nas zonas rurais (COMUNIDAD EUROPEA, 1997).

O segundo princípio era a cooperação de fato entre os atores envolvidos. Esse era, talvez, o princípio-chave da reforma dos fundos, pois determinava a aplicação de todos os outros princípios. O regulamento-marco o definiu como uma estreitíssima “concertação” entre a Comissão, o estado-membro interessado e as autoridades competentes designadas pelo mesmo a níveis nacional, regional, local, ou de outro tipo, na busca de um objetivo comum.

O terceiro princípio era a coerência com a política econômica dos estados-membros. O quarto falava dos princípios de gestão dos fundos e, inclusive, de um substancial aumento na dotação orçamentária. Dentro desse princípio se pregava uma melhor programação, transparência, contrapartidas, disciplina orçamentária daqueles órgãos.

Por último, o quinto princípio, da simplificação e flexibilidade na implementação. Os processos foram simplificados mediante a unificação de procedimentos de intervenção dos três fundos estruturais, que mantiveram, contudo, algumas peculiaridades (COMUNIDAD EUROPEA, 1997).

.

5.2.5 As iniciativas comunitárias e o desenvolvimento rural

As iniciativas comunitárias são programas de ajuda ou de ação que completam as medidas dos fundos estruturais em uma problemática específica. São elaboradas pela Comissão e coordenadas e aplicadas por um estado-membro. Entre 1989 e 1995 houve várias: Rechar, Envireg, Stride, Regis, Prisma, Telematique, Euroform, Now, Horizon e, do ponto de vista do desenvolvimento rural, LEADER. Entre 1995 e 1999 chegou a haver até 13 iniciativas, dentre as quais estava LEADER II. Atualmente existem quatro: Interreg III, Urban, LEADER + e Equal (COMUNIDAD EUROPEA, 1991).

LEADER é o nome com que se denominaram as sucessivas iniciativas comunitárias de desenvolvimento rural na UE. Esse nome corresponde, em francês, a “Liaisons entre Activités de Developement de L’Economie Rural”: “Relações entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural”.

As iniciativas comunitárias permitem que a Comissão complete as medidas de desenvolvimento regional planificadas pelo estados-membros e colocadas nos MAC de forma independente. Os MAC – Marcos Comunitários de Apoio – coordenam as ações regionais da UE e ocasionalmente se incluem nos quatro fundos estruturais citados anteriormente. De acordo com esse planejamento, a Comissão, por meio das iniciativas comunitárias, pode completar ou fazer as correções devidas. Elas são criadas mediante uma Decisão que é publicada no DOCE. A partir dessa publicação os estados-membros ou as autoridades estatais, regionais ou locais designadas terão um prazo determinado para apresentar os programas operativos que optam por esses recursos. Mais adiante esses programas se convertem em projetos. As iniciativas têm uma vocação descentralizada, com beneficiários que podem ser públicos ou privados. O público em geral pode participar mediante a apresentação de projetos às autoridades competentes.

Em 15 de março de 1991 a Comissão aprovou a iniciativa LEADER, que tinha como objetivo a aplicação de soluções inovadoras de desenvolvimento rural, que pudessem servir de modelos para a totalidade das zonas rurais. Tratava-se de impulsionar os recursos potenciais endógenos, diversificar as atividades econômicas e criar fontes de renda complementar (COMUNIDAD EUROPEA, 1991).

Mediante essa iniciativa, a Comunidade pôde fomentar um enfoque integrado

de desenvolvimento rural, analisando os problemas desde sua raiz, podendo completar as medidas de desenvolvimento rural estabelecidas nos marcos comunitários de apoio. A partir das propostas dos estados-membros, a Comissão selecionou cerca de 100 grupos de ação local para o desenvolvimento rural, situados em "subvencionáveis" zonas-objetivo 1 e 5b da reforma dos fundos estruturais, para obterem uma ajuda equivalente à da iniciativa comunitária. Foi firmado um acordo com um organismo nacional de cada estado-membro para conceder uma subvenção global procedente dos três fundos estruturais, que se utilizaram do programa LEADER.

As chamadas experiências inovadoras da iniciativa LEADER deviam atender os seguintes critérios básicos: enfoque integrado, fundamentado nas necessidades de valorizar o conjunto de problemas que afetam cada local; ter uma dimensão local ou no máximo atender poucos municípios; possuir valor demonstrativo, ou seja, que a experiência fosse passível de transferência para outros locais de características similares; finalmente, deviam ter a participação da população da região ou de seus representantes.

A seleção dos grupos para receber os recursos se realizou conjuntamente pelos estados-membros e a Comissão, segundo critérios de caráter geral, como a garantia de solvência, capacidade administrativa, implantação local e participação dos agentes econômicos e sociais no funcionamento do grupo. Outros critérios observados (especificamente com a iniciativa) foram: a qualidade do programa de desenvolvimento proposto, a experiência e conhecimentos básicos em matéria de desenvolvimento e, evidentemente, a aceitação das normas de funcionamento de uma rede supranacional (COMUNIDAD EUROPEA, 1991).

A iniciativa LEADER pretendia uma busca de atividades competitivas a partir de uma análise de mercado e concentração dos recursos sobre eixos de desenvolvimento críticos, visando a romper os estrangulamentos e limitações. O objetivo final seria a redução, para os habitantes locais, das desigualdades entre seus níveis de renda e bem-estar e os de regiões desenvolvidas. Os objetivos secundários eram a diversificações da atividade produtiva; incremento das ofertas de emprego; aumento do valor agregado dos produtos; proteção do meio ambiente, harmonizando atividades produtivas e recreativas, e a adequação da formação profissional aos requerimentos dos processos de desenvolvimento.

Para conseguir atingir os objetivos propostos, no caso da Espanha, o programa propunha as seguintes medidas: apoio técnico ao desenvolvimento rural por meio de estudos para um diagnóstico adequado às zonas, visando a permitir uma seleção racional das iniciativas; a formação profissional dos envolvidos na contratação dos projetos; fomento ao turismo rural através da criação de centros de informação, melhoria de instalações, melhoria das pequenas infra-estruturas públicas, restauração de paisagens rurais e das atividades promotoras de turismo; a criação e desenvolvimento de pequenas empresas que aproveitassem recursos locais, especializando-se na oferta de produtos artesanais e, por fim, a valorização e comercialização “in situ” da produção agrária, florestal e pesqueira. Para isso, se pretendia a promoção, normatização, tipificação e controle de qualidade dos produtos locais, assim como o fomento das cooperativas de comercialização. As medidas propunham também a promoção de novas atividades produtivas, da proteção ambiental e, em geral, da melhoria do bem-estar da população. Havia também medidas relativas ao grupo de desenvolvimento rural que incluíam dotações para a contratação de especialistas em “animação social”, equipamentos, participação dos agentes econômicos e sociais e dotação para gastos de estabelecimento e funcionamento. O caráter de transferibilidade das iniciativas também estava previsto, com medidas dirigidas a integrar grupos de ação em uma rede de comunicação supranacional para o intercâmbio de experiências e difusão de resultados. Segundo La Calle (2003), uma avaliação da primeira etapa, no caso espanhol, mostrou uma pequena participação dos agricultores, a geração de demasiados projetos de turismo rural de baixa qualidade e uma fortíssima ingerência política. Por outro lado, apareceu uma população motivada e informada e investimentos privados acima da expectativa inicial.

5.2.6 A segunda reforma da PAC

Apesar da reforma sofrida em 1988, a PAC seguia em 1992 tendo problemas com os excedentes de produção e se tornou necessária mais uma discussão. A mais forte justificativa era a existência de grandes estoques de produtos agrícolas, cujos custos de armazenagem eram significativos no orçamento comunitário, mas também havia as fortes pressões internacionais do GATT para diminuir o apoio à produção e

o surgimento de questões ambientais devidas à contaminação produzida pelos cultivos intensos (COMUNIDAD EUROPEA, 1992).

Essa reforma teve duas grandes áreas de atuação. Na primeira foram tomadas medidas referentes ao sistema de produção, como a substituição do apoio ao setor agrícola, que tinha preços institucionais, por uma doutrina de ajuda direta à renda. Também se buscou a aproximação dos preços comunitários aos preços no mercado mundial.

Do ponto de vista da política socioestrutural, essa reforma teve um caráter diferente já que na segunda área de atuação foi aprovada uma série de mecanismos não vinculados ao mercado, em três novos regulamentos conhecidos como "medidas de acompanhamento". Isso significou uma mudança radical, pois as medidas socioestruturais eram co-financiadas pelo FEOGA–G que, pela primeira vez, assumiu esse desafio, abandonando a tradicional política de financiamento exclusivamente às medidas de mercado.

As "medidas de acompanhamento" disciplinavam os seguintes assuntos: a primeira tratava dos métodos de produção agrária compatíveis com as exigências de proteção ao meio ambiente e conservação do espaço natural. As linhas básicas eram o fomento à utilização de práticas de produção agrária que diminuíssem os efeitos contaminantes da agricultura; a transformação de terras de cultivos herbáceos em pastagens extensivas; promover a conservação de terras agrícolas e florestais abandonadas, de manutenção necessária por motivos ecológicos ou riscos de incêndio; apoio à retirada em longo prazo da produção de terras de cultivo com fins relacionados ao meio ambiente e, por último, sensibilizar e "treinar" o agricultor para a produção agrária compatível com as exigências da proteção ambiental e do espaço natural.

O segundo regulamento tratava de medidas relacionadas à produção florestal. As ações prioritárias eram as inversões vinculadas ao reflorestamento, visando aumentar a superfície arborizada.

A terceira e última medida estabelecia um regime comunitário de ajuda à aposentadoria antecipada na agricultura (COMUNIDAD EUROPEA, 1992).

Outro elemento de destaque no desenvolvimento rural na UE foi a publicação, em 1992, do "Informe McSharry", no qual esse membro da Comissão Européia sublinha a necessidade de construir uma política ativa de desenvolvimento rural:

“Uma política de desenvolvimento rural eficaz e ativa não constitui uma simples opção política: é uma necessidade política” (COMUNIDAD EUROPEA, 1992). Ray McSharry, como Comissário encarregado de agricultura, apresentou dois documentos de discussão sobre o desenvolvimento rural e o futuro da PAC. Esses documentos constituíram a base de um acordo sobre a reforma da Política, que foi adotado pelo Conselho em 1992. A reforma daquele ano marcou uma importante mudança na PAC e tinha, como principais elementos: a diminuição dos preços agrícolas a fim de torná-los mais competitivos no mercado interno e mundial, a compensação dos agricultores por perdas de rendimentos, além de outras medidas que buscavam o respeito aos mecanismos de mercado e à proteção do ambiente.

5.2.7 A reforma dos fundos estruturais em 1992

Os fundos estruturais – que passaram por uma segunda reforma no ano de 1992, assim como os Regulamentos que os definiam – ainda eram os mesmos de 1988, com a exceção da criação de um novo, o IFOP (Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca). Obviamente, esse novo fundo tratava da reestruturação do setor pesqueiro. Da mesma maneira que na reforma de 1988 foram apresentados alguns princípios fundamentais, como a concentração, cooperação, programação, adicionalidade e eficácia.

No primeiro caso ocorreram algumas mudanças nas zonas-objetivo. Nas zonas-objetivo 1 continuava-se tratando do desenvolvimento e ajuste estrutural das regiões menos desenvolvidas, as objetivo 2, da reconversão das regiões e zonas industriais em decadência, nas objetivo 3 ocorreram mudanças: passou-se a tratar do enfrentamento do desemprego de larga duração e da inserção profissional. Nas zonas-objetivo 4 passou-se a tratar de mudanças nas zonas industriais, nas objetivo 5a, da adaptação das estruturas agrícolas e da pesca, nas objetivo 5b, do desenvolvimento das zonas rurais vulneráveis e houve o aparecimento de um novo objetivo: o número 6, desenvolvimento de zonas com baixa densidade populacional. Esse novo objetivo visou a atender as necessidades decorrentes da incorporação da Finlândia e Suécia à Comunidade Européia.

Não houve mudanças quanto ao segundo princípio, o da coerência e também quanto ao terceiro (programação). A mudança foi implementada no quinto princípio,

no qual as intervenções dos fundos teriam que passar por uma série de avaliações e controles.

Finalmente, os Regulamentos estabeleciam a necessidade de se fazerem compatíveis as medidas financeiras a cargo dos fundos estruturais com as demais políticas comunitárias, como, por exemplo, o respeito à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, o respeito às normas comunitárias de contratação pública e o respeito às normas da política comunitária de meio ambiente.

O último elemento importante apareceu no ano de 1994 e foi o Fundo de Coesão. Esse Fundo tinha como objetivo contribuir para o fortalecimento da coesão econômica e social da Comunidade. Mais especificamente, contribuiu com o financiamento de projetos de infra-estrutura de transporte e meio ambiente naqueles estados-membros cujo PIB per capita era inferior a 90% da média dos estados pertencentes à UE. O Fundo foi criado para prestar ajuda aos projetos de proteção ambiental que contribuíssem para alcançar objetivos do Tratado da União no âmbito da qualidade do meio ambiente, da saúde humana, da utilização dos recursos naturais e dos problemas ambientais de caráter regional e mundial.

Financiava também projetos de infra-estrutura de interesse comum, redes transeuropéias nos setores de transporte, telecomunicações e energia. No Fundo, ainda se previa a liberação de recursos para estudos preliminares relacionados com projetos de assistência técnica, passíveis de seleção e contratação.

Ainda que sua importância no desenvolvimento rural tenha sido muito pequena, em alguns casos incidiram indiretamente sobre esse setor.

A reforma de 1992 foi considerada um êxito, com efeitos positivos para a agricultura européia. Porém, a evolução registrada nos anos que se seguiram; a conjuntura internacional; a expansão para a Europa Central e Oriental; a preparação para a moeda única (e as restrições orçamentárias que isso acarretou); a crescente competitividade dos produtos de países que não pertenciam à UE e, ainda, uma nova rodada de negociações da OMC, conduziram a uma outra adaptação da PAC, em outras palavras, mais uma reforma (ARAÚJO JÚNIOR, 2002).

5.2.8 A iniciativa LEADER II

Depois da sua “reorganização”, em 1993, no período 1995-1999, as iniciativas

comunitárias se basearam em quatro princípios fundamentais: a transnacionalidade, que implicava no favorecimento da cooperação e do trabalho mútuo entre os organismos e Estados; a inovação, que favorecia novos tipos de atividades e novos métodos de trabalho; a metodologia “de baixo para cima”, favorecendo a participação e o aporte de experiências e de conhecimento de diferentes atores locais, setoriais e regionais e, por último, o efeito multiplicador, que melhoraria as relações entre os atores regionais e locais, difundiria e transferiria os resultados de experiências inovadoras.

Quando comparamos as duas iniciativas, LEADER e LEADER II, encontramos, como objetivos comuns, o enfoque integrado das ações, a dimensão reduzida à zona, a existência de valor demonstrativo e a necessidade de participação da população. No caso da LEADER II foi agregada, ainda, a necessidade do caráter inovador, da organização de projetos de cooperação transacional e do compromisso de intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os tomadores de recursos.

Os beneficiários foram os mesmos, também o âmbito de aplicação dos recursos, ou seja, os grupos de ação local, agentes coletivos públicos e privados, nas zonas-objetivo 1 e 5b.

Algumas das atividades subvencionadas pela iniciativa LEADER II foram aquisições de capacidades, programas inovadores, cooperações internacionais e a introdução na Rede Européia de Desenvolvimento Rural. A aquisição de capacidades levou à prestação de apoio técnico nas fases prévias à inversão para iniciar um processo de desenvolvimento integrado nas zonas onde tal prática era nova. Nos programas de inovação rural, o objetivo era dar prioridade a todos os setores relacionados com o desenvolvimento rural, aos programas de atividades e de inversão de caráter local que, além de integrarem-se em uma estratégia geral de desenvolvimento, dessem continuidade a outras medidas levadas a cabo no território. Deveriam, também, contar com as três características essenciais: inovação, efeito demonstração e possibilidade de transferência.

A cooperação internacional foi a formação de uma rede européia que permitiu a todos conhecer as experiências inovadoras e a cooperação para a realização de projetos comuns. Nessa rede européia de desenvolvimento rural foram incluídos todos os beneficiários da iniciativa.

5.2.9 Mais um passo na separação do rural e do agrário: a Declaração de Cork

A Declaração de Cork foi o resultado da Conferência Européia sobre Desenvolvimento Rural chamada “Um meio rural vivo”. Ela foi realizada entre 7 e 9 de novembro de 1996 em Cork, na Irlanda, onde foi proposto um programa de dez pontos para o desenvolvimento rural na UE. Esses dez pontos foram: prioridade rural; enfoque integrado; diversificação; sustentabilidade; simplificação; programação; financiamento; gestão; avaliação e pesquisa.

A declaração finalizou com uma conclusão pela qual os participantes eram convidados a conscientizar a opinião pública da necessidade de empreender um novo caminho na política de desenvolvimento rural, de fazer das zonas rurais lugares mais atrativos para viver e trabalhar, de “construir um novo cenário onde as pessoas de todas as idades pudessem viver com felicidade” (COMUNIDAD EUROPEA, 1992). Também pedia o apoio de todos aos dez pontos do programa e, ainda mais, a cooperação, como associados, para a consecução de todos os objetivos expressados na declaração.

Em Cork, o que se disse foi que, a partir dali, haveria basicamente três linhas de atuação fundamentais para UE. De um lado se indicava a necessidade de gerar maior competitividade agrária, de outro, era preciso realizar uma política agrária mais integrada e, por fim, solicitava-se a simplificação da “confusão” em que havia se convertido o tema de desenvolvimento rural e agrário na UE.

O que essas três linhas deixaram claro foi que, na agricultura, a redução de preços seria inevitável e compensada com ajudas diretas em dinheiro. A multifuncionalidade passaria a ser uma realidade no mundo rural, que nunca mais seria exclusivamente agrário. Essas duas assertivas levam a uma conclusão: a agricultura e os agricultores deveriam diversificar suas atividades.

Falou-se em diminuir fortemente o papel da agricultura no mundo rural e incrementar-se o do desenvolvimento rural e do meio ambiente. A Declaração aclarou o proposto no documento “O Futuro do Mundo Rural”, de 1988, e as teses defendidas por países tidos como “ruralistas” do norte da Europa, como Finlândia, Suécia, Grã Bretanha e Irlanda. Outros, com agricultura desenvolvida, propunham um maior liberalismo no tema agrário e uma menor exigência ambiental.

Essas posições vão ganhando adeptos e, mais adiante, quando da análise da

Agenda 2000, veremos a influência da Declaração de Cork. No caso da Espanha, sua postura oficial é a de que a atividade agrária é pedra fundamental do desenvolvimento rural, o primeiro degrau e mais importante para um mundo rural saudável. O desenvolvimento somente se concebe se for mantida uma atividade agrária importante e auto-suficiente, que permita a ocupação do território e seja a principal atividade econômica. Para tanto é necessária a modernização das explorações, incluindo a transformação e comercialização dos produtos.

5.2.10 A Agenda 2000

Em julho de 1997 a Comissão propôs a reforma da PAC no âmbito da Agenda 2000, que traçou planos para a política futura da UE, com vistas ao esperado alargamento (inclusão dos países do leste europeu). As negociações da Agenda 2000 e, por conseqüência, os acordos sobre as reformas da PAC, foram concluídas no Conselho Europeu de Berlim, em março de 1999.

A Agenda 2000 constituiu a reforma mais radical e global da política agrária desde sua criação. Surgiu no seguimento do processo iniciado em 1992 e proporcionou uma base sólida para o desenvolvimento futuro da agricultura da União, abarcando todas as funções da PAC: econômicas, ambientais e rurais.

Concretamente, a reforma contemplou uma série de medidas que foram destinadas a reforçar a competitividade dos produtos agrícolas no mercado doméstico e nos mercados mundiais; promover um nível de vida eqüitativo e digno para a população rural; criar postos de trabalho de substituição e outras fontes de rendimento para os agricultores; definir uma nova política de desenvolvimento rural, que passaria a ser o segundo pilar da PAC; incorporar na PAC considerações de natureza ambiental e estrutural mais amplas; melhorar a qualidade e segurança dos alimentos; simplificar a legislação agrícola e a descentralização da sua aplicação, a fim de tornar as normas e regulamentos mais claros, transparentes e de fácil acesso (COMUNIDAD EUROPEA, 1997).

A reforma, tal como prevista na Agenda 2000, tentou criar condições para o desenvolvimento de uma agricultura multifuncional, sustentável e competitiva na UE. Além disso, os objetivos de longo prazo tiveram não só uma influência positiva nos países candidatos, mas também visavam a beneficiar as gerações futuras.

5.2.11 A iniciativa LEADER +

Essa chamada iniciativa comunitária de desenvolvimento rural é a que está atualmente em curso. Os objetivos assinalados quando da publicação da comunicação, em 14 de abril de 2000, foram de que a nova iniciativa abordaria os programas gerais, impulsionando atividades integradas, concebidas e aplicadas por grupos de cooperação que operem localmente. Também incitaria e ajudaria os agentes do mundo rural a refletirem sobre o potencial de seu território em perspectivas de longo prazo. Dessa forma, a iniciativa pretendeu fomentar a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento, sustentáveis e integradas, de qualidade e destinadas a experimentações de novas formas de valorização do patrimônio natural e cultural, melhoria do entorno econômico com a finalidade de contribuir para a criação de empregos e avanços na capacidade de organização das respectivas comunidades.

A cooperação no sentido mais amplo constituiu um aspecto fundamental dessa iniciativa. Ela é articulada em torno de três pontos básicos, chamados capítulos. O primeiro capítulo trata do apoio às estratégias de desenvolvimento territorial, integradas e piloto, baseadas em um enfoque ascendente e na cooperação horizontal. Os aspectos aglutinantes prioritários são: a utilização de novos conhecimentos e tecnologias a fim de incrementar a competitividade dos produtos e serviços do território; a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais; a valorização da produção local, particularmente facilitando o acesso ao mercado de pequenas estruturas de produção, mediante ações coletivas, e a valorização dos recursos naturais e culturais, inclusive as áreas de interesse comunitário no marco da Natura 2000, que trata de uma rede ecológica européia formada por zonas especiais de conservação da natureza e por zonas de especial proteção para aves.

A estratégia de desenvolvimento deverá, no caso da LEADER+, ser comprovada economicamente, ser sustentável e, além disto, mostrar seu caráter inovador, piloto. Com a iniciativa, a Comissão se propõe a apoiar enfoques de desenvolvimento originais e ambiciosos, que aprofundem a experiência iniciada com as iniciativas LEADER I e LEADER II, e que sejam transferíveis e complementares às intervenções realizadas no território pelos programas principais. Como exemplo, o caráter piloto pode ser avaliado pela criação ou surgimento de novos produtos e

serviços que incorporem características específicas locais; o estabelecimento de novos métodos que permitam combinar entre si recursos humanos, naturais e financeiros do território e que tenham, como conseqüência, uma exploração mais eficaz do potencial endógeno; a combinação e enlace de setores da economia tradicionalmente mais separados; finalmente, a criação de formas originais de organização e participação da população local no processo de decisão e aplicação dos projetos.

O capítulo 2 trata da cooperação entre territórios rurais. A Iniciativa deverá apoiar a cooperação entre territórios de um mesmo estado-membro (interterritorial), de vários estados-membros (cooperação transnacional) e/ou com outros países. Essa cooperação deverá representar uma autêntica mais-valia para os territórios em questão e perseguir a formação de uma massa crítica para a viabilidade de um projeto comum.

No capítulo 3 são abordadas as integrações, em uma rede, de todos os territórios rurais da UE, sejam eles beneficiários ou não da Iniciativa, e de todas as organizações e administrações implicadas nessas ações territoriais como, por exemplo, os Centros Europeus de Informação e de Animação Rural. A integração será apoiada não só com o objetivo de fortalecer o intercâmbio e transferência de experiências, mas também para fomentar a cooperação entre territórios e a obtenção de resultados nessa área. Outro importante aspecto destacado é a troca de informações e aprendizagem em matérias sobre desenvolvimento rural territorial. Todos os beneficiários dos programas da Iniciativa LEADER+ estão obrigados a participar dessa rede.

Cada estado-membro proporá disposições para o estabelecimento da estrutura necessária para a gestão da rede LEADER nacional. A Comissão recomenda que a “célula de animação” da atividade assuma as seguintes atividades: busca, análise e informação em escala nacional sobre as boas práticas que podem ser transferidas; a “animação” da rede; a organização de intercâmbios de experiências e de conhecimentos técnicos, particularmente em benefício dos territórios menos desenvolvidos e a assistência técnica para a cooperação próxima e transnacional. A integração da rede em escala européia será garantida por meio de um órgão especialmente criado para tanto, o Observatório dos territórios rurais.

O modelo de desenvolvimento rural europeu e, por conseguinte, da Espanha,

está calcado em alguns pressupostos básicos: o primeiro é o enfoque endógeno e local dos programas – o trabalho a ser desenvolvido é definido em unidades territoriais de características homogêneas, com forte coesão interna, tradições e história comuns, que permitam valorizar os recursos locais. A estratégia dos programas é sempre ascendente, promovendo a participação da população nos processos de tomada de decisão e a descentralização, indo até o nível local no planejamento e gestão das políticas. Há a implantação de redes, tanto formais como informais, nos territórios para que persigam a conexão e o intercâmbio de informações e experiências. Outro ponto fundamental é a criação dos "Grupos de Ação Local", que, calcados em um princípio de colegiado horizontal, têm como objetivo incrementar a implicação da população no seu futuro por meio da formulação e gestão de estratégias legitimadas por consenso, aumentando o capital social do território. Ainda há a preocupação com a sustentabilidade social em todas as estratégias que são implantadas.

Esse enfoque faz com que as áreas rurais assumam um controle maior sobre seu desenvolvimento, reorientando-o em função dos seus próprios recursos e construindo estruturas que possam manter esse desenvolvimento depois da implantação dos programas pelo poder público.

5.3 PROCESSOS COM APOIO DA UFPR

5.3.1 Introdução

A UFPR completa, nesse ano, 93 anos de atividade. Em todo esse tempo e até 2003, as atividades desenvolvidas pela instituição no Vale do Ribeira se limitaram a ações pontuais, frutos de iniciativas pessoais de alguns professores que, no decorrer do período letivo, levavam seus alunos à região. Como exemplo podemos citar, do curso de Agronomia, os professores das disciplinas de Introdução à Agronomia e Legislação Profissional.

A atual administração da universidade resolveu estender suas ações à região do Vale, envolvendo toda sua estrutura, visando ao desenvolvimento de ações de curto e longo prazo. As ações de curto prazo se referem às áreas de saúde e odontologia, que trazem resultados imediatos e podem ser consideradas

emergenciais. Na área de educação as ações são imediatas, porém os resultados somente serão conhecidos com o passar dos anos. A última área em que a UFPR está propondo estudos e projetos é o desenvolvimento rural. Dentro dessa, os estudos sobre Turismo Rural, visam a propor soluções para o mais grave problema da região: o baixo dinamismo econômico.

Dentre os agentes causadores da estagnação econômica da região e de suas carências sociais se pode citar a descontinuidade das administrações públicas, nas suas respectivas esferas. A cada mudança de comando, as prioridades podem ser entendidas sob pontos de vista diferentes e os projetos de médio e longo prazo normalmente são interrompidos.

A UFPR entende que os programas desenvolvidos nessa gestão devem estar além das diferentes esferas de administração do poder executivo, pois, depois de integrados com a população local, devem se tornar irreversíveis, independentemente até das administrações futuras da entidade.

A Pró-Reitoria de Graduação e de Ensino Profissionalizante e a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR são as unidades que mais atividades tem desenvolvido no Vale do Ribeira. Na seqüência, são apresentadas as atividades que estão sendo desenvolvidas atualmente. Três áreas foram priorizadas, são a da educação, a saúde e o desenvolvimento rural.

5.3.2 Os projetos na área de educação

1. Qualificação e formação continuada de professores do Vale do Ribeira

O primeiro projeto implantado na área de educação trata da qualificação e formação continuada de professores. Esse projeto foi criado para atingir professores do ensino fundamental e de educação de jovens e adultos.

A educação, como todos os outros setores de responsabilidade do poder público no Vale do Ribeira, sempre teve atendimento parcial por parte dos órgãos envolvidos. Quando se alia a situação de isolamento a que a região sempre foi submetida à paupérrima estrutura de estradas existentes é possível imaginar a situação da formação escolar da população e, mesmo, dos educadores. Sem estradas, as prefeituras não conseguem levar as crianças às escolas da sede do município ou mesmo às vilas ou comunidades. O embate freqüente, entre prefeituras

e governo estadual, sobre quem é o responsável pelo transporte escolar do ensino fundamental é antigo e não deve ser resolvido breve. As prefeituras são as responsáveis, perante a Constituição, pelo ensino fundamental, porém não pelo transporte escolar. Na prática, atualmente, as mesmas fazem o transporte, mas reclamam do estado recursos financeiros para tal. O estado informa que o problema é local, do município. No Vale do Ribeira, os índices de analfabetismo são os mais elevados do estado, frutos, principalmente, da dificuldade de acesso à escola. Quando se soma a renda das famílias e a necessidade de que os filhos pequenos também tenham que trabalhar para completar o rendimento familiar, o resultado é, no mínimo, uma brutal evasão escolar. Outra dificuldade, do lado das escolas, é conseguir professores com formação adequada, suficiente para fazer frente às necessidades. Em recente levantamento efetuado pela Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante da UFPR no município de Adrianópolis, mostrou-se que, para determinadas disciplinas não existem professores com a formação exigida pela SEED. As escolas “emprestam” o nome de um professor de outro estabelecimento para atender à exigência legal e colocam na sala de aula o profissional que estiver disponível (DERING, 2005).

Dessa forma não se pode conhecer, hoje, a estrutura real do quadro de profissionais, e suas qualificações, atuantes nas escolas do Vale. Somente após a avaliação que está sendo efetuada é que se saberão os números corretos.

A formação de professores é o primeiro passo para formar uma nova consciência na geração que está passando pelas escolas e, por conseqüência, na população.

Seu início se deu em agosto de 2003, com final previsto para outubro de 2004. Esse projeto contou com a participação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR, da SEED e das secretarias municipais de educação dos municípios. Também colaboraram as secretarias estaduais da agricultura e da saúde.

Segundo o IBGE, com informações do ano 2000, a população com 15 anos ou mais não-alfabetizada no estado pode representar cerca de 650 mil pessoas, ou 9,5%. Quando esse dado é cruzado com os números do Ministério do Trabalho, com referência à população economicamente ativa a partir dos 16 anos, o índice sobe para 25%, o que significa 800 mil pessoas não-alfabetizadas no estado. Apesar de o analfabetismo estar concentrado nas pessoas de faixa etária superior aos 40 anos,

ele continua sendo gestado entre os jovens. Conforme o IBGE, o índice de analfabetismo na zona rural é muito maior que nas cidades: 15,4% contra 8,2%.

Os municípios atendidos nesse programa de formação foram Cerro Azul, Adrianópolis, Doutor Ulysses, Itaperuçu e Tunas do Paraná, escolhidos por apresentarem um IDH abaixo de 0,700, um número significativo de analfabetos e, também, baixo índice de aproveitamento escolar pelos alunos.

A maior justificativa para o projeto foi que muitos professores, com exceção daqueles que fizeram o magistério antes de seus cursos de Licenciatura, e que atuam com ensino de 5ª a 8ª séries, não têm familiaridade com questões pedagógicas das séries iniciais ou com processos de aprendizagem e de alfabetização dos alunos. O número de alunos que abandona a escola é muito grande em virtude da reprovação, mais crítica na 5ª série.

As metas iniciais do programa previam a qualificação de cerca de 80% dos professores atuantes na rede de ensino fundamental de 5ª a 8ª séries e dos alfabetizadores de jovens e adultos. Esse projeto permitiu, também, o envolvimento dos alunos do curso de Pedagogia e de outras Licenciaturas, propiciando-lhes uma formação teórico-prática importante.

2. RIEP - Rede de Integração da Educação Pública

O RIEP, Rede Integrada do Ensino Público, é mais um programa de integração de escolas públicas e dentro dos seus propósitos está também a formação e capacitação de professores do ensino fundamental. A Prograd selecionou 13 escolas da rede pública de Curitiba e também escolas estaduais do Vale, de diferentes realidades socioeconômicas, para diversas avaliações e, posteriormente, para traçarem diretrizes e desenvolver ações com seus professores. Nesse programa foram selecionadas duas escolas do Vale do Ribeira. Foram escolhidos o Colégio Estadual Princesa Izabel, em Cerro Azul, e o Colégio Estadual Severo Ferreira Ruppel, de Tunas do Paraná. A justificativa dessas ações é preparar as escolas públicas para uma melhor formação dos alunos que ingressarão na UFPR por meio do sistema de cotas.

3. 1ª Semana de integração entre Ensino, Extensão e Pesquisa

Com a finalidade de mostrar a região aos visitantes e estimular o

aparecimento de propostas voltadas ao Vale do Ribeira, as Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão e Cultura realizaram, em novembro de 2004, a 1ª Semana de integração entre Ensino, Extensão e Pesquisa - "Conhecendo o Vale do Ribeira" em Curitiba e em cinco municípios do Vale do Ribeira. Cerca de 500 pessoas, entre estudantes, docentes e funcionários administrativos da UFPR acompanharam as atividades desenvolvidas nos municípios de Itaperuçu, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Adrianópolis e Tunas do Paraná. Esse evento resultou da integração das atividades do FAFGRAD – Fórum de Atividades Formativas – e do ENEC – Encontro de Extensão e Cultura.

A maior justificativa para esse evento foi levar a comunidade acadêmica para conhecer o Vale do Ribeira que, apesar de pouco distar de Curitiba, tem sua realidade completamente desconhecida por essa população. A UFPR teve também a oportunidade de mostrar as ações desenvolvidas, projetos de extensão e programas em andamento.

Dentre as ações desenvolvidas para a região do Vale do Ribeira foram mostrados à população local os projetos de melhoria do leite, o PROLAC, o ambulatório móvel de oftalmologia, as tratativas para programas de turismo sustentável e o programa de formação e qualificação de professores.

4. Feira de Cursos e Profissões

A UFPR realizou, em agosto de 2004, entre os dias 13 e 15, a segunda edição da Feira de Cursos e Profissões. Foram montados no campus do Jardim Botânico, no Setor de Ciências Aplicadas, os estandes dos 46 cursos de graduação e dos 9 cursos profissionalizantes da Escola Técnica e de Licenciaturas. Os próprios alunos da UFPR e os professores receberam os visitantes nos estandes. A principal finalidade desse evento é dar aos futuros alunos e à sociedade a oportunidade de conhecer a UFPR, fornecendo mais detalhes sobre os cursos oferecidos pela instituição. A escolha inadequada dos cursos, principalmente pelo desconhecimento do conteúdo das disciplinas, leva a um alto número de desistências e evasão escolar. Segundo Dorfmam (2005), cerca de 30% dos novos alunos desistem dos cursos ainda no primeiro ano letivo.

Na Feira foram promovidas palestras sobre os cursos oferecidos pela UFPR e orientação profissional, foi, ainda, oferecido um passeio turístico pelos campi. Cerca

de 30.000 pessoas compareceram, principalmente alunos do ensino médio.

Pela primeira vez, alunos de escolas públicas do Vale do Ribeira puderam participar da Feira de Cursos e Profissões e tiveram a oportunidade de conhecer os perfis dos cursos, áreas de atuação dos profissionais formados e informações sobre o mercado de trabalho.

5. Programa Nacional de Educação do Campo - Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica.

A UFPR está coordenando, na região sul do Brasil, um projeto chamado "Programa Nacional de Educação do Campo - Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica". Trata-se de um curso de qualificação profissional criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que prevê atividades em cinco regiões brasileiras. O curso é destinado a alunos do último ano de Agronomia e a recém-formados que, orientados por monitores, acompanham atividades desenvolvidas nas zonas rurais de todo o Brasil. Aqui, no Paraná, cinco equipes com 13 bolsistas, entre alunos, recém-formados e mais dois voluntários estão em atividade, desenvolvendo a primeira fase do programa. As mesmas são coordenadas por cinco técnicos formados.

As equipes estão percorrendo todo o estado do Paraná, inclusive o Vale do Ribeira.

Na segunda fase do programa está prevista a realização de um curso de especialização em Curitiba. Essa fase deverá ser, também, apoiada pelo CNPq e Fundação Banco do Brasil.

Na universidade, esse programa é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante (JUNGBLUTH, 2005).

6. Programa Afro-atitude

Os alunos cotistas negros da UFPR poderão receber auxílio financeiro para a continuidade dos seus estudos. A instituição oferecerá bolsas de estudo pelo Programa Afro-atitude, para envolver os alunos que preencheram essas cotas em atividades de caráter social e de valorização da cultura afro. O principal critério para a seleção dos participantes é sua condição socioeconômica.

O programa irá beneficiar, durante o prazo de um ano, 50 alunos

selecionados, que deverão disponibilizar cerca de 20 horas semanais para atuarem em atividades de pesquisa e intervenção social. Eles serão treinados pela Assessoria de Assuntos Estudantis e desenvolverão esse trabalho junto às escolas públicas dos municípios do Vale do Ribeira. As atividades sociais serão desenvolvidas, também, nas escolas públicas da RMC.

O Programa, além de beneficiar os estudantes financeiramente, deverá colocá-los frente a frente com os trabalhos desenvolvidos pela UFPR e é uma iniciativa da Universidade Federal do Paraná com apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ministério da Saúde (GOBBO, 2005).

7. Programa Conexão dos Saberes

O Programa Conexão do Saberes foi desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação com a finalidade de integrar o diálogo e as trocas de experiências entre jovens universitários e comunidades populares. Esse projeto está em sua fase inicial, foi implementado em algumas universidades federais e agora tem sua fase piloto na Universidade Federal do Paraná. A principal idéia do projeto é que os jovens, além de ganharem experiência, interfiram nas demandas da sociedade para com a UFPR por meio de atividades realizadas como bolsistas.

A primeira reunião para o lançamento do programa na Universidade Federal do Paraná se deu em 27 de junho de 2005. Esse encontro serviu para apresentar o projeto aos bolsistas e coordenadores, que trabalharão juntos pelo período de 12 meses. O programa contará com uma equipe de 3 coordenadores e 25 bolsistas (UFPR, 2005b).

Na reunião definiu-se como campo de trabalho o Vale do Ribeira. Essa será mais uma ação de cunho social que a UFPR desenvolverá naquela zona. Com o início das atividades, além de visitas e outros serviços prestados na comunidade da região, a universidade integrará também alunos naquela realidade, visando a orientar futuras intervenções no Vale do Ribeira. Segundo a Universidade Federal do Paraná, também dentro do programa serão realizados diversos diagnósticos sobre as demandas específicas dos estudantes de origem popular (UFPR, 2005b).

O programa é organizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e conta

com o apoio da pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante da UFPR.

5.3.3 Os projetos na área de saúde

1. Serviço de Oftalmologia

A UFPR, em parceria com a FUNPAR, iniciou um programa na área de saúde no Vale do Ribeira com vistas à melhoria da saúde ocular da população local. A FUNPAR fez a doação, ao Serviço de Oftalmologia da UFPR, de um ambulatório móvel totalmente equipado para exames oftalmológicos. A FUNPAR também tem disponibilizado gratuitamente óculos às pessoas carentes atendidas no programa. Esse programa tem uma estreita ligação com outros iniciados pela UFPR, como a alfabetização de adultos. Em muitas situações, problemas de visão eram impeditivos da participação de parte da população nessa última iniciativa.

Esse programa é coordenado pela Professora Ana Tereza Ramos Moreira e, a exemplo dos outros, conta com a participação de alunos, residentes, médicos e professores do Hospital de Clínicas da UFPR.

2. Serviços de Odontologia

No início de março de 2005 o município de Doutor Ulysses recebeu, pela primeira vez, o ônibus com equipamentos odontológicos da UFPR. Esse ônibus foi doado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde e visa a prestar atendimento odontológico à população carente do Vale do Ribeira, RMC e litoral do Paraná. O investimento no ônibus e em seus equipamentos ultrapassou R$ 150.000,00 (DERING,2005).

A Coordenação do Curso de Odontologia, professores, alunos dos últimos semestres e voluntários passarão a desenvolver uma série de atividades dentro dessa área no Vale do Ribeira. O programa é atender à população, principalmente aquela mais carente, com a intenção de instalar na mesma uma cultura de prevenção para a saúde bucal. No inicio, o trabalho será realizado junto às escolas, com os estudantes, tendo como alvo as crianças. Em seguida essas ações envolverão os pais e, na seqüência, a população em geral (GOUDARD, 2005).

Além da população atendida, os acadêmicos também serão beneficiados com essa iniciativa. Muito mais que o aprendizado técnico, seus maiores ganhos serão

em sua vivência profissional. Essas ações proporcionam o amadurecimento do estudante, conhecimento das comunidades em que atua e também da realidade e das necessidades da população em relação a sua profissão.

Um programa de pesquisa de telediagnóstico de lesões bucais a ser realizado pelo departamento de Estomatologia da UFPR deverá ser iniciado em agosto de 2005. Esse programa visa a fazer diagnósticos a distância em pacientes do município de Doutor Ulysses. O programa usará um processo inédito nessa área de saúde. O paciente terá suas lesões bucais fotografadas por um dentista na cidade do Vale do Ribeira e, em seguida, essas fotografias serão enviadas por e-mail para Curitiba. Os profissionais e professores do curso de odontologia farão as avaliações finais e diagnóstico. O apoio da Universidade Federal do Paraná é no sentido de cobrir uma lacuna da falta de especialistas na rede de saúde pública. Um profissional, no seu local de trabalho, não tem a quem encaminhar casos especiais. Esse projeto está sendo apoiado financeiramente pelo CNPq. Também participam da parceria com a UFPR o Centro Universitário Positivo, as Coordenadorias de Saúde Bucal do município de Doutor Ulysses e do Estado do Paraná e a disciplina de Diagnóstico Bucal do Departamento de Estomatologia da Universidade Federal do Paraná (FEITOSA, 2005).

5.3.4 Os projetos de desenvolvimento rural

1. Turismo sustentável

A Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante da UFPR está desenvolvendo propostas, juntamente com outros órgãos de diferentes esferas, para a implantação de programas de turismo sustentável no Vale do Ribeira.

Uma das atividades que mais crescem em todo o mundo é a do turismo e, em especial, o turismo rural. Aparentemente, essa atividade teve origem nos EUA, onde os fazendeiros hospedavam os visitantes em seus ranchos, sem nenhuma ou pouca estrutura, todavia com caça e pesca abundante (GRAZIANO DA SILVA; VILÁRIO; DALE, 2001). Na medida em que essa atividade foi crescendo, passou-se a oferecer uma grande diversidade de serviços, tanto de natureza hoteleira como de outras espécies.

A prática da hospedagem de turistas urbanos em propriedades rurais é

bastante comum na Europa e na Austrália. Na França e Itália muitas propriedades dedicadas à produção de queijos e vinhos proporcionam alojamento e oferecem ao turista a possibilidade de participar de algumas fases do processo produtivo; na Escócia muitas destilarias montaram estruturas de hospedagem para receber os turistas (GRAZIANO DA SILVA; VILÁRIO; DALE, 2001).

No início dos anos 90 apareceram os primeiros projetos da assistência técnica e também da extensão rural incluindo o turismo rural como uma das possibilidades a serem exploradas pela agricultura familiar. Foi a partir daí que muitas pequenas propriedades rurais passaram a ofertar outras atividades ligadas ao lazer, ao esporte, hospedagem, complementando a renda da atividade rural. A característica multidisciplinar da atividade turística possibilita a valorização de aspectos naturais, da cultura, das atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades e pode estimular a recuperação e conservação do tecido econômico da região. Nesses casos o maior aporte econômico é a inserção, na atividade turística, da comercialização de produtos locais aos consumidores-turistas.

Os benefícios sociais apresentam-se num maior dinamismo na cultura rural. Trata-se do resgate de valores, costumes como ascendência, gastronomia, o relembrar de histórias, objetos antigos, vocabulário, vestimentas, saberes, crenças. Podem ressurgir, desse modo, as artes, artesanato local, linguagem que recuperados ao cotidiano podem ser transformados em atrativos como diferenciais para o turismo. Quanto aos aspectos ambientais, o turismo apresenta ganho substancial com relação a outras atividades econômicas, pois visa ao uso racional dos recursos naturais, sua preservação, conservação e recuperação, em virtude de que são tais recursos que se transformam em ativos turísticos. A própria produção agrícola, quando transformada ou tratada de forma agroecológica, beneficia o ambiente e contribui para uma melhor qualidade de vida dos agricultores e dos visitantes (BRASIL, 2004).

A proposta de turismo para a região do Vale do Ribeira está sendo planejada levando-se em conta, além de aspectos naturais como florestas, grutas, cachoeiras e rios, outros, como sedes de fazendas, casas antigas e outras instalações (NASCIMENTO, s.n.). O conjunto dessas características possibilita várias formas de turismo, como rural, cultural e turismo de aventura. A primeira abrange qualquer atividade de lazer no meio rural e pode ser levada a cabo em um hotel luxuoso ou

em uma casa de fazenda. Nesse caso, a casa de fazenda pode até ser um atrativo maior. O turismo de aventura procura atender aqueles praticantes de esportes radicais como o montanhismo, *paragliding*, vôo livre, *rapel*, *rafting*, *camping* e outras atividades que estão em contato com a natureza e podem ser amplamente exploradas, utilizando-se dos recursos naturais da região.

O turismo cultural é desenvolvido com base na exploração das etnias dos colonizadores da região e pode ser expresso de diferentes formas, como a arquitetura, costumes, gastronomia, religião, folclore, festas e outras.

Em função das características apresentadas, o Vale do Ribeira mostra um grande potencial para todas as modalidades de turismo. A diversidade de climas, as áreas preservadas de florestas, a abundante hidrografia, podem proporcionar aos visitantes um grande número de opções dentro do que poderia ser chamado de ecoturismo. As caminhadas por trilhas, *trekking, mountain bike*, espeleoturismo (visitas a cavernas e grutas), fazem parte dessa modalidade. O relevo montanhoso, ondulado, com grandes desníveis facilita a prática de escaladas, *rapel, rafting*, entre outras formas de esporte.

Segundo projeções da ABIH o ecoturismo já é praticado por cerca de 5% do contingente total de viajantes e está apresentando perspectivas de um crescimento acima da média do mercado turístico convencional, transformando-se em um dos mercados mais promissores na América do Sul. Ele tem recebido um tratamento diferenciado das autoridades governamentais brasileiras do turismo. A definição oficial brasileira foi formulada por um grupo de trabalho organizado pelo Ministério da Indústria e Comércio, em Goiás Velho, já em 1994 (ABIH, 2005). Nesse trabalho foram traçadas as diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Hoje, no país, está se buscando a implementação dessas políticas através de programas regionais e locais.

O Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural. Ele incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar da população envolvida.

No Vale do Ribeira existe um enorme potencial para o turismo rural. A característica predominante da população, agrícola, rural, possibilita a exploração dessa modalidade. O visitante poderá ver no campo as atividades típicas do trabalho

rural, comprar artesanato, participar das festas típicas e conhecer a gastronomia e a rica história local.

Alguns locais do Vale do Ribeira, como Cerro Azul, possuem histórias riquíssimas, que remontam ao período do Império. Uma delas foi a instalação da Colônia Açungui, que teria sido sugerida pela Princesa Izabel Cristina, filha do Imperador Pedro II. Segundo Romário Martins, em 1875, nessa colônia, habitava, além dos brasileiros, franceses, ingleses, italianos, alemães, espanhóis e suecos, somando cerca de 1.800 pessoas. Menos da metade desse contingente era formado por brasileiros. Na freguesia, pequena vila que depois deu origem a Cerro Azul se falava o português, porém muitos conheciam também outros idiomas. Nas colônias de terras não viviam somente agricultores: muitos outros profissionais também acompanharam os colonos. O mais conhecido deles foi Henrique Henning, um imigrante alemão que viveu em Curitiba e foi o responsável pela construção da Igreja Matriz (catedral) da cidade (FRANZON, 2005).

A cidade de Cerro Azul possuía, ainda em 1913, um jornal semanal e pelo menos três clubes em que eram desenvolvidas atividades recreativas e culturais. Consta que os grupos étnicos comemoravam as datas nacionais de seus países hasteando bandeiras e cantando os respectivos hinos. Nos dias 14 de julho de cada ano era possível ouvir a Marselhesa sendo tocada pela banda na praça central da cidade.

O desenvolvimento da agricultura e em especial da citricultura era avançado para a época. Em 1926 o Sr. Conrado Von Der Osten, de Cerro Azul, foi premiado em Curitiba na Exposição realizada durante um congresso de municípios, expondo diversas variedades de frutos cítricos (FRANZON, 2005).

No Brasil, cada vez mais pessoas residentes em centros urbanos vêem-se em situação de extremo desconforto, seja pela falta de espaço, poluição ou ainda excesso de trabalho. O estresse resultante impulsiona esses cidadãos a procurarem locais mais tranqüilos para passarem os finais de semana e férias. Os sítios e fazendas podem oferecer um produto turístico que atenda essa demanda, proporcionando uma opção aos tradicionais passeios à praia e, principalmente, possibilitando ao proprietário rural uma diversificação de sua renda. Com base nas estatísticas do sul do país, cada turista que passa o dia na propriedade rural deixa ali, em média, R$ 15,00 e, caso permaneça por 24 horas, esse valor pode chegar a

R$ 50,00. Como cerca de 76% dos turistas viaja com suas famílias, cada contato desse pode gerar uma receita de até R$ 200,00 (SALVATI, 2005).

Um dos caminhos para o aproveitamento desse potencial, segundo a Universidade Federal do Paraná, poderia passar pela integração dos projetos do Vale do Ribeira ao Anel de Turismo da Região Metropolitana de Curitiba. A COMEC, juntamente com a EMATER-PR e as prefeituras municipais estão trabalhando para a consolidação de 9 roteiros turísticos nessa zona. Esse anel de turismo é formado por projetos pontuais, localizados nas áreas rurais dos municípios do entorno de Curitiba, estando ligados por rodovias estaduais, federais e, ainda, estradas municipais (NASCIMENTO; BELTRÃO; RODRIGUES, 2005). Atualmente, existem três regiões com circuitos implantados e em implantação: a da Rota dos Mananciais, a da Região do Karst e a da Região Oeste. No primeiro caso, a da Rota dos Mananciais, os projetos são o: Circuito Trentino de Turismo Rural na Serra e os Caminhos do Mar, em Piraquara e Quatro Barras, respectivamente. No segundo, da região do Karst, são quatro os projetos existentes: em Colombo e Bocaiúva do Sul, o Circuito Italiano de Turismo Rural; em Almirante Tamandaré, o Circuito Tamandaré de Turismo Rural; em Campo Magro, o Circuito Verde que te Quero Verde e, finalmente, em Rio Branco do Sul, o Roteiro das Grutas. Na região Oeste são três os projetos de turismo rural: a Estrada do Mato Grosso, em Campo Largo; o Caminho do Vinho e Circuito Ucraniano de Turismo Rural, de São José dos Pinhais e, por último, o Circuito Polonês de Turismo Rural de Araucária (FONTE, 2002).

O primeiro projeto implantado, de Colombo, está praticamente consolidado. Foi implantado em 1999 com 18 empreendedores e, atualmente, esse número passa dos 60. O Circuito conta com várias opções, como vinícolas, cantinas, restaurantes, casas de massas, chácaras que cultivam hortaliças e plantas ornamentais sem pesticidas e, até, hotéis-fazenda.

Esses projetos de turismo rural, aparentemente, além de gerar empregos e outras rendas no campo, podem ser responsáveis por uma série de benefícios indiretos tão importantes quanto seus rendimentos, como substituir atividades impactantes ao ambiente por outras que promovam a preservação, melhoria das condições de educação da população, geração de novas oportunidades comerciais para o campo e a cidade e o resgate da história e das culturas locais.

A comunidade local também é bastante beneficiada pela melhor estruturação

que, normalmente, as administrações públicas promovem no entorno. Com a implantação de projetos de turismo rural, essas investem mais nas vias de acesso, saneamento básico, coleta de lixo, viabilizam as comunicações por telefonia, energia elétrica e outros serviços públicos.

Atualmente, no Vale do Ribeira estão sendo desenvolvidos alguns projetos visando a investimentos esse setor. Um projeto de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente prevê a realização de Cursos de Capacitação e Georeferenciamento dos atrativos turísticos. Outros dois projetos são do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Fundação Terra. O primeiro deverá ser gerenciado pela Ecoparaná e tratará de um projeto de turismo rural na agricultura familiar, com investimento de R$ 300.000,00. A Fundação Terra atuará na formatação de produtos turísticos com uma inversão estimada em R$ 125.000,00 (NASCIMENTO, 2004).

2. Prolac

O “Prolac – Projeto Leite, Alimento da Criança” é um projeto de Extensão Universitária que faz parte do Programa da UFPR de Extensão, Ensino e Pesquisa para o Vale do Ribeira. Esse projeto foi apresentado ao Governo do Estado do Paraná para esse, em conjunto com a UFPR, atuar nos processos de melhoria da produção e da qualidade do leite gerado na região. Inicialmente, esse programa está sendo desenvolvido no município de Cerro Azul por professores, alunos bolsistas e voluntários da UFPR, porém será estendido a todos os outros municípios do Vale. (UFPR, 2005).

O objetivo do Prolac é informar a população urbana e rural sobre todos os cuidados necessários que devem ser tomados na produção, manuseio do leite e dos seus produtos lácteos derivados. A estratégia montada pelo projeto é de educar através de palestras, seminários e exposições crianças e professores da rede de ensino público fundamental, de 1º e 2º graus. Essas crianças, em sua maioria, são da zona rural e serão as maiores disseminadoras das informações recebidas. O projeto será apresentado aos produtores, que receberão todas as informações por meio de visitas de professores e alunos às propriedades rurais. Ainda se pretende utilizar encontros técnicos de produtores da região para a divulgação do projeto e sua implementação. Os assuntos abordados abrangem desde a importância do leite como alimento, passando pelos cuidados na ordenha, os riscos de contaminação, os

cuidados que devem ser tomados no transporte e manuseio, a medicação dos animais em lactação e as doenças transmitidas pelo leite de animais para o homem.

O coordenador desse projeto é o professor Masahiko Ohi.

Como foi descrito, a UFPR está construindo os alicerces para futuros programas de desenvolvimento, com investimentos principalmente na área de educação.

6 UMA PRIMEIRA DISCUSSÃO: O ENFOQUE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo se pretende enumerar uma série de razões que buscam responder às perguntas e confirmar o pressuposto do trabalho: o subdesenvolvimento da região do Vale do Ribeira é fruto de uma convergência de vários fatores.

A descentralização e a gestão compartilhada de políticas públicas têm sido amplamente testadas e utilizadas no Brasil e em todo o mundo e consiste em transferir poder e obrigações às comunidades e à sociedade civil organizada, postura defendida a partir de dois pontos de vista, descentralização e gestão compartilhada. Enquanto a descentralização reflete tendências liberalizantes e ressalta a necessidade de modernização gerencial da gestão pública, já que o Estado tem demonstrado dificuldades em resolver centralizadamente os problemas sociais, econômicos ou ambientais que afetam a sociedade como um todo ou as comunidades. A gestão compartilhada reflete tendências democratizantes: ressalta as possibilidades de aprofundar a democracia, reduzir o clientelismo e promover maior responsabilização (NUNES, 2003). Esse autor cita, no mesmo documento, ainda que, no Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), existe hoje um consenso entre os países que se tornaram desenvolvidos de que a descentralização, isso é, a transferência de mais autoridade às administrações locais e a concessão de mais liberdade às organizações populares e não-governamentais representam pré-requisitos para o desenvolvimento socioeconômico. Esse Relatório mostra que, onde a democracia está ganhando espaço, existe descentralização do poder das capitais para as regiões, das cidades para os povoados, e essa parece ser a melhor maneira de conferir poder ao povo e aumentar a eficiência dos governos.

São muitas as evidências que denunciam o alto nível de clientelismo presente nas práticas de autoridades públicas e lideranças, o que coloca limites à democracia e demonstra a necessidade de políticas públicas que sejam desenvolvidas de forma a evitar privilégios. Outro problema decorre do fato de que os recursos públicos são, muitas vezes, mal utilizados devido ao entendimento de que os mesmos não têm custo, “são de graça”. Isso demonstra a necessidade de se promover maior comprometimento das pessoas para com os bens e recursos públicos, fazendo com

que as mesmas sintam-se em parte responsáveis pelos resultados.

A descentralização da administração costuma estimular novas iniciativas por parte dos atores territoriais acerca da melhor utilização do potencial de recursos de desenvolvimento do local (ALBUQUERQUE, 2002). Ao invés de mostrar-se de forma vertical desde o nível central do Estado, sob uma suposição de espaço homogêneo e com uma lógica setorial, as políticas devem possuir um caráter mais horizontal e territorial, orientando-se principalmente por criar oportunidades e entornos favoráveis aos empreendimentos inovadores em cada local.

Segundo Albuquerque (2002), as políticas devem introduzir a necessária seletividade segundo a contextualização conforme cada âmbito regional. Em vez de pensar a economia como um conjunto de setores, se faz necessário vê-la como um conjunto de economias locais, o que obriga a considerar os diferentes atores territoriais, com a finalidade de conseguir eficientes acordos de concertação para o desenvolvimento e o emprego. Conforme esse autor, o êxito do desenvolvimento econômico local, e do desenvolvimento em geral, requer a participação dos atores (públicos e privados) interessados nas diferentes iniciativas locais e no desenho, formulação e execução das distintas linhas de atuação. Por isso é necessária a construção de uma "insitucionalidade" (organizações, normas, regras de conduta e de políticas) apropriada para o desenvolvimento local, do qual forma parte do denominado nível intermediário ou mesoeconômico. Tudo isso supõe introduzir uma lógica de funcionamento que transforme os enfoques centralistas por um desenho descentralizado de políticas públicas, as quais devem dotar-se de um maior grau de horizontalidade, seletividade, territorialidade e capacidade de concertação com os diversos atores. O quadro abaixo mostra o esquema descrito:

QUADRO 03 – DIFERENÇAS ENTRE POLÍTICAS CENTRALIZADAS E POLÍTICAS DESCENTRALIZADAS

continua

Desenho centralizado de políticas	Desenho descentralizado de políticas
• Verticalidade São ditadas pelo nível central do estado, normalmente por conta de uma lógica	• Horizontalidade Políticas de apoio indiretas, orientadas de forma integral a criar oportunidades para

QUADRO 03 – DIFERENÇAS ENTRE POLÍTICAS CENTRALIZADAS E POLÍTICAS DESCENTRALIZADAS

conclusão

setorial e não costumam ser fruto de concertação de atores. • Generalidade Supõe-se que sejam válidas para qualquer espaço geográfico. • Funcionalidade/Setorialidade São pensadas como uma economia nacional composta de setores.	empreendimentos inovadores. • Seletividade São definidas segundo os diferentes perfis produtivos de cada territórios. • Territorialidade São definidas na economia nacional como um conjunto de economias territoriais e não somente como um conjunto de setores econômicos. • Concertação As políticas são elaboradas conjuntamente com diferentes atores sociais.

FONTE: ALBUQUERQUE, (2002).

Messner, apud Fleischfresser (1999), parte da experiência de países industrializados, como a Alemanha, para demonstrar que a política industrial regional não repousa mais somente nos meios clássicos de intervenções legais (políticas comerciais e proibição de importações), ou financeiros (subvenções ou fomentos), mas é integralizada por meios mais leves e consensuais, tais como fluxo de informações, persuasão, integração de interesses e definições processuais. O primeiro autor também mostrou que, nas regiões da Alemanha que passaram por crises e que necessitaram reestruturações, o Estado agiu como um moderador e promoveu conexões de redes que atingiram uma multiplicidade de agentes locais, que passaram a dialogar sobre as oportunidades de desenvolvimento regional, localizarem entraves ao processo de modernização e até mesmo anteciparam custos sociais e ambientais da modernização, a fim de reduzi-los. Essa ação estatal também permitiu criar redes socioeconômicas locais, que abrangeram organizações empresariais, sindicatos, associações, administrações, institutos tecnológicos e universidades.

Fleischfresser (1999) informa que Macedo também estudou as experiências de elaboração de políticas por meio da formação de redes. Em sua Tese de Doutorado, ela afirma que essas fazem sentido, tendo em vista as possibilidades que apresentam: constituir processos que não necessariamente precisam se estruturar exclusivamente através de acordos institucionais formais; os participantes de um processo coletivo de decisão estão freqüentemente ligados lateral e não verticalmente e, finalmente, as relações não estão baseadas no comando ou na direção, mas sim na negociação.

Abramovay (1998), discutindo as bases centrais sobre as quais deve ocorrer a formulação de políticas de desenvolvimento rural, destaca para o Brasil a necessidade de criar condições que alterem o ambiente institucional local e regional, de forma a permitir que sejam mostradas as potencialidades com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento. Ele afirma que, nos países desenvolvidos, o desenvolvimento rural deve ser concebido em um quadro territorial, muito mais que setorial. Esse autor considera, ainda, que o desafio do Brasil consiste cada vez menos em como integrar o agricultor à indústria, mas sim, cada vez mais, em como criar condições para que a população valorize um certo território com um conjunto muito variado de atividades e mercados. Para tanto, é preciso que, a exemplo de outros países, as políticas públicas estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento.

Na década de 70 surgiu o conceito de desenvolvimento endógeno, assumido pela UNESCO e por outras organizações internacionais, em contraposição ao paradigma teórico neoclássico dominante no campo do desenvolvimento econômico. Segundo Ceña Delgado (1994), certos autores consideram que os antecedentes desse conceito de desenvolvimento se encontram nos modelos econômicos de autarquia ou desenvolvimento auto-sustentável e autocentrado, mas seu significado é fundamentalmente cultural. Os princípios gerais do desenvolvimento endógeno são os seguintes: primeiramente, identidade cultural, o que implica no reconhecimento do direito de cada povo de preservar sua própria cultura. Em segundo lugar, ter caráter participativo baseado na iniciativa do próprio povo. Por fim, o desenvolvimento endógeno não será articulado com o exterior e se converterá em um projeto de civilização verdadeiramente humano.

O desenvolvimento local é um método que pretende a evolução do território por meio de um processo de mobilização dos recursos endógenos – isso é, próprios de uma cultura ou local – a serviço da promoção social e pessoal da comunidade da região. Sua consecução, segundo Vallina (2002) é obtida quando se assumem iniciativas de emprego e desenvolvimento compatíveis com a conservação do patrimônio cultural e natural.

Ainda esse autor inclui em uma definição de seis pontos básicos que podem ser considerados como princípios:

1. A idéia de iniciativa: implica que a sociedade local ou seus órgãos de representação institucional, suas organizações sociais ou, ainda, individualmente, protagoniza o apresentar de propostas para solucionar seus problemas.
2. A idéia de mobilização: o processo de desenvolvimento exige a mobilização de recursos próprios de forma autônoma ou, se existirem colaboração e aportes de determinados recursos, procedentes do exterior, esses devem servir complementação para mobilizar aqueles próprios, nunca para substituí-los ou extingui-los, além do respeito desses aportes à compatibilidade com as características culturais locais e seu patrimônio local.
3. A idéia de recurso endógeno: os recursos endógenos pertencem a dois campos bem definidos: os chamados tangíveis, de caráter material – terra, cultivos, patrimônio, dinheiro – e os intangíveis, que por terem caráter não-material, às vezes não são considerados como recursos pela sociedade local, então não são objetos de mobilização.
4. A idéia de promoção social ou pessoal e de geração de desenvolvimento, emprego e riqueza: com respeito ao início de atividades empresariais, o processo de desenvolvimento deve assumir-se de maneira que não gere consumo ou alteração dos recursos endógenos que iniba a mobilização de outras iniciativas empresariais.
5. A idéia de compatibilidade e mútua dependência entre conservação do patrimônio e desenvolvimento: o desenvolvimento deve ser sustentável. Os recursos que se mobilizam para gerá-lo devem ser aproveitados respeitando seu caráter renovável ou não-renovável. Isso implica em que aqueles caracterizados como renováveis – pastagens, matas, rios com peixes – terão

de ser usados em função de sua capacidade de regeneração biológica. Com relação aos não renováveis – como arquitetura, história, paisagismo – os usos compatíveis com o caráter que imprime sua condição supõem que as iniciativas de desenvolvimento se apresentem de duas formas: mantendo a condição original como elemento dinamizador do processo de desenvolvimento local; ou adaptando novos usos à identidade do recurso, sem que esse perca o valor adicionado. Pelo contrário, espera-se que ocorra uma valorização do mesmo, como a antiga sede de fazenda que é convertida em hotel fazenda, por exemplo.

6. O desenvolvimento local deve vincular-se aos recursos patrimoniais coletivos, naturais ou culturais, com dependência mútua. Isso quer dizer que a conservação dos mesmos dependerá da existência de um processo de desenvolvimento local e vice-versa. A eficácia e a estabilidade do processo de desenvolvimento dependerão da disponibilidade dos recursos.

7 OBSERVAÇÕES, CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÃO FINAL

7.1 O VALE DO RIBEIRA

As causas determinantes do crônico subdesenvolvimento econômico e social da região do Vale do Ribeira são diversas, porém, têm um ponto de partida comum em qualquer época a ser considerada: o dinamismo econômico em um determinado espaço está ligado umbilicalmente às atividades produtivas geradoras de renda nele desenvolvidas. A agricultura de subsistência foi a atividade principal no início da colonização da região e permanece até hoje, cerca de 130 anos depois, com os cultivos de feijão, milho e mandioca. Ao longo do tempo foi sendo incorporado em parte da região o cultivo de citrus, caso de Cerro Azul e onde atualmente está situado o município de Doutor Ulysses. Como descrito anteriormente, uma das causas para o insucesso da implantação da Colônia do Açungui foi a falta de apoio à produção, principalmente no que se referia a estradas e aos meios de transporte. Ao longo da história, o problema persistiu e até hoje sabemos que grande parte da produção de frutas cítricas deixa de ser colhida por falta de trafegabilidade das estradas e pelos altos custos na colheita. A exploração do solo, com o cultivo com espécies de subsistência como o feijão, milho ou mandioca, com a tecnologia empregada na zona estudada, implica em baixa produtividade. Como esses produtos tradicionalmente tem valor unitário muito baixo no Brasil, ao contrário daqueles de exportação, a renda da atividade também é diminuta. Se a principal atuação econômica da região depende da agricultura de subsistência, seguramente seu crescimento e dinamismo econômico e social estarão atrelados a essa realidade.

Em nosso país as culturas de subsistência têm um comportamento muito parecido, no que tange a resultados econômicos para o produtor. Como a estrutura e as políticas agrícolas são, via de regra, setoriais e emergenciais, qualquer pequena elevação na quantidade produzida faz com que os preços sejam derrubados durante a fase de colheita de maneira significativa. Nessa ocasião, os atravessadores fazem grandes compras a preços muito baixos e passam a administrar as vendas ao longo da entressafra a preços muito mais altos. Não há políticas de abastecimento para regular os preços – nem via crédito de

comercialização, nem via compras governamentais para a formação de estoques reguladores. O resultado é um desestímulo brutal e insegurança que leva a grandes oscilações nos volumes produzidos ao longo das safras, bem como a grande inadimplência de parte dos produtores, principalmente familiares. Quando analisamos os cultivos dos três principais produtos de subsistência: feijão, milho e arroz, esse fato fica muito claro. O feijão, que era cultivado na maioria das pequenas propriedades brasileiras, foi deslocado para a região central do Brasil. Hoje, é cultivado sob os pivôs centrais, com sofisticados equipamentos de irrigação, tecnologia e insumos da cultura da soja. O arroz foi deslocado para as grandes áreas irrigadas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sendo cultivado por empresários rurais. A cultura do milho ainda resiste em todos os padrões de propriedades. Ocorre que o milho é o principal alimento de animais domésticos e a razão principal do cultivo é fornecer alimentação e não uso comercial.

No caso, ainda, da região do Vale do Ribeira podemos também agregar outras considerações à estrutura produtiva agrícola: ao contrário de outras regiões do Brasil, ela pouco dispôs de profissionais para assistência técnica e apoio da política de crédito rural oficial. Essa falta de assistência técnica agronômica tem seu efeito potencializado negativamente, pois a topografia e a fertilidade natural dos solos da região dificultam em grande medida a exploração dos mesmos com cultivos agrícolas, principalmente os anuais. Com o desmonte gradativo da estrutura de assistência técnica estadual, hoje há menos profissionais de agronomia atuando na região do Vale do Ribeira que há 25 anos.

Além da baixa produtividade dos cultivos, os produtores da região sempre tiveram e ainda enfrentam problemas na comercialização de seus produtos. Com as estradas mal conservadas os preços do transporte são elevados, e debitados ao preço final do produto agrícola, sendo então penalizado o agricultor. Como inexistem formas associativas ou cooperativas de produção e comercialização, os atravessadores determinam os preços a serem pagos. Muito comum é o “financiamento” pelo comerciante. Esse faz o fornecimento de gêneros alimentícios à família do agricultor durante todo o ano; por ocasião da colheita o produtor entrega sua produção ao negociante para pagar suas contar e receber a diferença. Dependendo das condições climáticas desfavoráveis do ano e dos baixos preços, podem sobrar dívidas a serem pagas de um ano para outro.

Na produção de citrus, a atividade agrícola mais importante de Cerro Azul, a área colhida varia de ano para ano em virtude do estado das estradas por ocasião da colheita e dos preços pagos pela fruta. Em média, se acredita que, em determinados anos, até metade da área cultivada deixa de ser colhida. O preço do frete e do trabalho para colheita apenas permite que se viabilize a mesma nas glebas mais próximas às estradas e caminhos rurais. As áreas abandonadas sem realização da colheita se transformam em local para a multiplicação de pragas e doenças. Como exemplo para uma estimativa da renda de uma propriedade rural, temos a cultura do milho: o rendimento médio das lavouras em Cerro Azul é de 45 sacos de 60 quilos por hectare. Considerando uma área média de 5 hectares de cultivo de milho e o preço da saca de R$ 13,00 temos uma receita total de R$ 2.925,00. Como somente se faz um cultivo anual, a divisão desse valor pelos 12 meses do ano resulta em R$ 243,75/mês. Esse é o valor mensal auferido por esse agricultor como resultado de toda uma safra. Ele somente sobrevive porque vende sua força de trabalho, seus dias livres, para outro agricultor, normalmente um grande produtor rural, recebendo por esse trabalho um valor a cada diária trabalhada ou tarefa realizada. Atualmente, um dia de trabalho dessa natureza é avaliado em cerca de R$ 10,00.

Sendo esse o padrão de agricultura e renda dos produtores rurais, as cidades de Doutor Ulysses, Cerro Azul, Adrianópolis, Bocaiúva, Itaperuçu e Tunas apresentam uma dinâmica econômica compatível com esse modelo. No Vale do Ribeira, apenas a cidade de Rio Branco do Sul apresenta um parque industrial e a manutenção de empregos formais. A cidade de Itaperuçu faz parte, também, daquele grupo de cidades situadas na periferia de Curitiba que servem como dormitório para uma parcela da população, que trabalha e consome na capital. Em Adrianópolis, a Plumbum S.A., com as suas atividades encerradas desde a metade dos anos 90, foi, durante três décadas, a maior geradora de empregos. Porém, assim como em Rio Branco do Sul, os salários pagos aos empregados foram compatíveis com uma atividade pouco especializada, a de operários em empresa de mineração.

Dois outros aspectos devem ser considerados quando se analisa o subdesenvolvimento do Vale do Ribeira. O primeiro se refere ao isolamento da região. Na rodovia que liga Curitiba a Cerro Azul, sobre o Rio Piedade, está

assentada uma ponte ferroviária. Essa ponte foi construída visando à estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Paraná. A estrada foi desviada, acredita-se que por razões políticas, e construída atravessando a região de Jaguaraíva e Ponta Grossa.

O lance final para completar o isolamento da região veio com a construção da Rodovia Regis Bittencourt, que liga São Paulo a Curitiba, no traçado em que conhecemos hoje. Somente em 1940 a região teve a ligação com essa rodovia. A conexão existente com outras regiões foi, ao longo da história, muito deficiente, pobre em oferecer oportunidades comerciais fundamentais.

O segundo aspecto a ser considerado trata da representatividade política. A região nunca teve representação política efetiva. Na última eleição proporcional, a exemplo de outras eleições, centenas de candidatos receberam votos da região. Como se trata de fato repetido há longo tempo, não floresceram grupos políticos que representassem com objetividade a região. Essa ausência de distinção política é manifestada principalmente pela falta de investimentos em infra-estrutura da região pelos poderes públicos. O investimento mais elementar, uma ligação com Curitiba por uma via asfaltada, foi concluída há poucos meses. O índice elevado de mortalidade infantil nos municípios do Vale do Ribeira, em comparação com Curitiba, mostra que também os investimentos em prevenção e atenção à saúde foram, e continuam sendo, insuficientes. Os números do analfabetismo apontam para a necessidade de priorização também desse setor, pelo poder público.

Como imaginar que uma região ou municípios como os descritos possam atrair investimentos para qualquer tipo de atividade, produtiva ou não? Não se pode esperar que uma região sem acessos rodoviários adequados, energia elétrica na zona rural, comunicação por telefonia móvel, atendimento básico médico-odontológico, redes de esgoto e água tratada nas cidades, escolas de diferentes níveis ou pessoas qualificadas possa exercer atração sem um grande diferencial. Mesmo atividades de recreação ou lazer, como chácaras ou sítios de final de semana, requerem, no mínimo, acessos rodoviários adequados.

Um diferencial da região é sua cobertura de vegetação natural com matas e florestas. Essa pode ser uma das vocações naturais da região, a preservação ambiental ao lado de atividades ligadas ao turismo rural ou ecoturismo. Lamentavelmente, no Brasil as zonas com grandes áreas de matas são aquelas mais deprimidas economicamente e as que menos recebem investimentos, sejam

eles públicos ou privados. Nós não valorizamos e associamos a preservação ambiental como atividade produtiva, capaz de gerar recursos monetários. Segundo a legislação brasileira, as áreas com matas naturais podem ser consideradas improdutivas e, além de sofrerem elevadas taxações com impostos, são passíveis de desapropriação por não cumprirem função social. Nesses últimos 30 anos os movimentos sociais, como o MST, têm ocupado fazendas e propriedades rurais nessas condições e travado grandes embates com certos segmentos da sociedade. O desenvolvimento de outras regiões no Estado do Paraná ocorreu calcado fundamentalmente na exploração de seus recursos naturais. A região do Vale do Ribeira ficou ao largo da exploração ou dos ciclos do cedro, do pinheiro e da erva mate ocorridos na porção sul do estado. O norte do Paraná cresceu com o cultivo do café, algodão e, depois, com a pecuária de corte. No primeiro caso, tivemos atividades puramente extrativistas, mas a segunda baseou-se na boa fertilidade natural dos solos. Mais tarde, com a soja e cultura do trigo, a atividade rural passou a desenvolver-se com uma intensa mecanização, dependendo, para tanto, de terrenos com topografia plana ou suave ondulada. Nesse último caso, o apoio governamental foi decisivo, com incentivos como o crédito rural subsidiado e a assistência técnica.

O estado assumiu, nos últimos 30 anos, a liderança nacional na produção de soja, milho, algodão, feijão e outros produtos agrícolas. Por outro lado, também foi o estado que mais expulsou pequenos agricultores para outras unidades da federação e para a periferia das grandes cidades. A mesma tecnologia que “modernizou” os cultivos foi também excludente. O cultivo das espécies de subsistência tem perdido espaço e importância a cada ano, confinado às propriedades familiares. Em algumas zonas do estado esses cultivos continuam sendo importantes, como no centro, na região dos municípios de Pitanga e Novas Tebas, e ao sul, Mallet, São João do Triunfo. Esses são representantes, ao lado do Vale do Ribeira, do um grupo em que estão localizados os municípios com os menores IDH-M do Estado do Paraná.

Resumindo, o Vale do Ribeira mostra um quadro que representa com fidelidade um segmento do setor rural brasileiro: a agricultura familiar que trabalha com produtos de subsistência. O baixíssimo dinamismo econômico e social na região é fruto desse processo.

7.2 OS PROCESSOS COM APOIO GOVERNAMENTAL – OS PROJETOS IMPLANTADOS

A Colônia do Açungui foi criada aparentemente para atender uma necessidade da população de Curitiba, a produção de alimentos básicos. A capital enfrentava na época grande carestia e gravíssimos problemas de abastecimento desses produtos. As razões apontadas para a escolha do local foram duas: a excelência do clima e a fertilidade natural dos solos. O clima, no vale do rio Ribeira, nas cidades de Cerro Azul e Adrianópolis difere bastante dos outros municípios da região e mesmo de Curitiba. Ele permite a adaptação e o cultivo de um sem-número de espécies agrícolas, inclusive cana-de-açúcar, cultura pouco comum no sul, uma zona com freqüentes geadas e limitações severas devidas às baixas temperaturas. O atributo da fertilidade do solo merece algumas observações. Na maioria dos vales de rios, a fertilidade natural dos solos tende a ser maior que nas encostas, isso ocorre devido ao acúmulo de nutrientes e de matéria orgânica nas partes mais baixas e à ocorrência de erosão nas áreas inclinadas. No vale do Rio Ribeira os solos apresentavam, conforme os conhecimentos técnicos da época, boa fertilidade.

O projeto original contemplava uma área de cerca de 60.000 hectares, que foram divididos em 400 lotes para o assentamento de agricultores. Pelos relatos da época o grande problema que inviabilizou a Colônia do Açungui foi sua localização, inacessível em relação à capital. As saídas para comercializar os bens produzidos eram caminhos de mula para Curitiba ou canoas para Iguape, no litoral de São Paulo. A estrutura fundiária da época era bem definida: de um lado os colonos assentados, de outro grandes produtores rurais que monopolizavam as mulas que faziam o transporte e definiam, por conta disto, os preços dos produtos agrícolas. A classe de habitantes locais era formada pelos caboclos, que viviam como pequenos produtores rurais ou como prestadores de serviços aos fazendeiros. Além da dificuldade de comercialização, dos preços aviltados, das dificuldades de transporte da produção, existia o entrave da topografia do terreno. Após as queimadas para limpeza da terra para plantio, eram freqüentes os problemas de erosão causada pelas fortes chuvas. Os colonos não podiam usar o arado ou outras práticas de preparo do solo por conta da grande declividade do terreno.

Quando analisamos essas informações e relatos, dois aspectos não podem

deixar de ser observados. O primeiro, uma reprodução fiel da situação de uma parcela dos produtores em 1870 e em 2005. Em ambas as épocas os agricultores dependem ainda de um “atravessador” para fazer a comercialização de sua produção e pagam um preço elevadíssimo por essa distorção. Quando não existiam estradas, eles pagavam ao grande fazendeiro um alto valor pelo transporte ou vendiam ao próprio seus produtos a preços aviltados. Hoje, a história se repete exatamente da mesma forma.

O segundo fato a analisar mostra que, atualmente, os processos de assentamento de agricultores em projetos de reforma agrária, seguem ainda o mesmo padrão de procedimentos do século XIX, que já se mostrou ineficiente. Informações veiculadas na imprensa mostram que, de 10 agricultores assentados em projetos governamentais, cerca de 4 abandonam os lotes ainda no primeiro ano. São várias as alegações para tanto, inclusive a de que, em muitas situações, os produtores não conseguem sequer o sustento das suas famílias produzindo alimentos para subsistência. Alguns projetos são implantados em áreas impróprias para cultivo, há falta de estrutura viária para transporte, solos pobres e inadequados para a prática da agricultura e completa desestruturação do sistema de abastecimento de produtos básicos, como arroz e feijão. Assistimos agora, nessa safra, às dificuldades enormes dos produtores para comercializarem milho e arroz, com pouca demanda e preços a receber muito abaixo das médias históricas. Por outro lado, estamos importando da Argentina e do Uruguai os mesmos produtos, desestimulando a produção e inviabilizando a próxima safra de verão, que se inicia na primavera.

Quando se viaja para as zonas de fronteiras agrícolas do Brasil Central a sensação é de continuar a assistir um filme visto várias vezes em anos diferentes. A ausência de estradas ou da conservação das mesmas, falta de silos e armazéns, produtos agrícolas perdidos por chuvas, maus comerciantes explorando produtores, tudo resultando em pobreza na zona rural.

Na Colônia do Açungui, os lotes foram vendidos aos agricultores. Cada colono assentado teve que pagar pelo lote, pela casa construída e pela abertura da clareira para o primeiro cultivo. As dificuldades na produção e na comercialização impediram a realização dos pagamentos e iniciou-se um processo de abandono dos terrenos e do fim do projeto.

Depois da tentativa de implantação da Colônia do Açungui, mais dois programas foram criados para atendimento exclusivo ao Vale do Ribeira. O PRODELAR, em 1976, e o Pró-Ribeira, em 1980. Ambos os programas foram iniciativas do Governo estadual.

No primeiro caso o programa não saiu do papel, alguns dos planos foram viabilizados anos depois, com a implantação do Pro-Rural. No Pró-Ribeira, duas observações são relevantes: a primeira foi a de que se observou o aumento da aquisição de terras na região por parte de grandes empresas madeireiras, para reflorestamento e criação de gado. O pequeno produtor estava sendo expulso de maneira lenta e gradual da região. A segunda foi que o levantamento mostrou que cerca de 72% da população da região poderia ser considerada carente, especialmente aquela que habitava a zona rural.

Os resultados apontados pela avaliação pós-programa foram muito pouco expressivos – e não poderia ser diferente. Todas as ações do mesmo estavam apoiadas na estrutura da Secretaria da Agricultura e de suas empresas vinculadas, como a CAFE do Paraná. Essa estrutura estadual para apoio à agricultura era muito deficiente e começou a ser organizada, anos mais tarde, com recursos de um outro programa implantado chamado Pro-Rural.

O Pro-Ribeira se limitou à realização de algumas iniciativas pontuais, que não tiveram maiores conseqüências, com exceção da construção de um armazém para grãos e cereais em Cerro Azul.

Mais uma vez se pode fazer duas observações sobre as inadequações dos projetos estatais, por seus caracteres descendentes e sem participação popular: um dos programas implantados, o de caprinocultura, apresentou resultados muito ruins, com altíssima mortalidade dos animais. A população não sabia manejar os animais e não foi suficientemente preparada. No segundo caso, do programa de melhoria do rebanho leiteiro, foram repassadas aos produtores, vacas leiteiras holandesas, conhecidas por sua especialidade e exigências de manejo. Os resultados foram igualmente desastrosos.

Mais uma vez a necessidade básica, mais elementar, sequer aparece citada nos projetos: a construção de estradas para ligar as cidades do vale entre si e com Curitiba.

A partir do Pro-Ribeira foram implantados no Estado do Paraná mais três

grandes projetos de desenvolvimento, dessa vez em parte com recursos externos. Esses projetos, o Pro-Rural, Paraná Rural e Paraná 12 Meses, foram financiados com recursos do Banco Mundial e foram desenhados para todo o estado do Paraná.

O Pro-Rural e o Paraná 12 Meses, apesar do intervalo de 15 anos entre ambos (datas de início dos programas), trataram do mesmo tema: aliviar a pobreza no estado, principalmente a verificada no meio rural. Entre esses dois programas foi implantado o Paraná Rural, que tratou principalmente da preservação e conservação de recursos naturais.

O Pro-Rural foi um dos programas denominados de PDRI – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado – financiados em vários países do mundo pelo Banco Mundial. Eles visavam a duas linhas de atuação: a redução de disparidades entre regiões e incremento no desenvolvimento econômico e social via aumento de produção e produtividade. A participação financeira do governo federal era representada pelos recursos a serem aplicados em crédito rural, e a do Estado do Paraná pelo salário dos técnicos e do pessoal de apoio. O programa foi criado de modo que a Secretaria de Estado da Agricultura e suas empresas vinculadas, mais a Secretaria de Estado da Educação e da Saúde atendessem às ações planejadas.

O Pro-Rural foi um programa muito importante para o Estado do Paraná. Com ele foi possível reequipar as empresas estatais, construir escolas, postos de saúde, adquirir máquinas para a Secretaria de Estado dos Transportes, CAFE do Paraná, COPASA, montar toda a estrutura de pesquisa agrícola com o IAPAR, da empresa de extensão rural, a EMATER-PR. No Vale do Ribeira o resultado do programa foi pouco efetivo, como nas outras regiões em que o mesmo foi implementado. Foram muitas as frentes de trabalho propostas, numa dispersão de recursos ao longo de seis anos, em mais de 60 municípios do estado. Nas avaliações aparecem, como ações efetivas e destacadas do programa, o fato de melhorar as precárias estruturas para atendimento à saúde em Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Adrianópolis e Cerro Azul. Mais uma vez a questão das estradas da região foi deixada de lado, não são citadas ações nesse sentido. O asfaltamento das duas principais rodovias da zona não foi sequer considerado.

O Paraná Rural não priorizava os municípios do Vale do Ribeira. Foi um programa concebido para tratar de um problema gravíssimo que assolava na época as regiões paranaenses com agricultura mecanizada: a erosão dos solos. O estado

foi dividido em 7 regiões, com diferentes situações quanto ao uso dos solos, e os municípios do Vale eram a última prioridade. Foi um programa importantíssimo, pois resolveu o que se propôs e incorporou ao meio rural os primeiros pressupostos sobre conservação dos solos e do meio ambiente. O curioso é que – ao lado de todo o esforço despendido, no sentido de conservar os solos da erosão, proteger matas ciliares e diminuir a compactação dos solos – um programa federal chamado Pró-várzeas, atuava na incorporação de terras baixas e banhados ao processo produtivo. Isso era feito de maneira indiscriminada, com pouquíssimos cuidados e graves impactos ambientais.

No Paraná foram trabalhadas cerca de 2.400 microbacias, com maior ou menor grau de intervenção. No Vale do Ribeira apenas 12 microbacias receberam apoio e recursos desse programa.

A lição ou incorporação mais importante do Paraná Rural foi a de ter iniciado um novo processo para descentralização das decisões sobre as ações em uma região. A unidade inicial de todo o processo era a microbacia. Ali começava o planejamento das ações, que era depois encaminhado para a Comissão Municipal de Solos. No Paraná 12 Meses, programa que substituiu o Paraná Rural, foram implementados os Conselhos Rurais Municipais, um foro que deveria nortear todas as ações do programa de forma descentralizada, em termos locais.

O Paraná 12 Meses foi mais um programa de alívio à pobreza financiado pelo Banco Mundial, existindo ainda mais dois em curso no Brasil, um no Ceará e outro no Espírito Santo.

Esse programa foi melhor dotado financeiramente que todos os anteriores: pretendia atacar a pobreza no meio rural, trabalhar as microbacias que não haviam sido atendidas pelo Paraná Rural e complementar as ações daquele programa. As decisões deveriam ser definidas, em um primeiro momento, pelos Conselhos Rurais Municipais, de forma descentralizada, democrática e ascendente. Lamentavelmente, foi o programa que mais ingerências políticas sofreu. Segundo funcionários da SEAB, eram comuns as ingerências de prefeitos e vereadores nas decisões sobre o que deveria ou não ser apoiado como ação. Os Conselhos, que deveriam ser formados democraticamente para que pudessem representar com propriedade o município, em muitos casos foram criados exclusivamente pelo prefeito, para cumprir a legislação, desvirtuando completamente o sentido da medida.

No Vale do Ribeira, o Paraná 12 meses foi inócuo sob o ponto de vista da promoção de mudanças. Além do volume de recursos aplicados ser muito pequeno, cerca de 3% do total do programa, atendeu quase tão somente à construção de banheiros em residências rurais, como foi mostrado.

Fica muito claro que as causas estruturais que impedem o desenvolvimento econômico e social da região nem sempre são objetos de ações efetivas. As administrações municipais não têm recursos suficientes para as inversões necessárias. A estagnação econômica não permite fazer com que o município tenha arrecadações de impostos crescentes. Esse fato não permite oferecer contrapartidas em outros projetos concertados com o governo estadual, que prefere aplicar recursos onde a visibilidade política é maior e existe contrapartida local. Dessa forma, fica criado um círculo vicioso, no qual a pobreza alimenta mais pobreza.

Os programas implantados nunca sequer arranharam a superfície das causas estruturais, como deficiências em estradas, saúde e educação. Além de dotações de recursos insuficientes, os programas ou os projetos implantados sempre foram concebidos na capital, longe da participação local, comunitária. Sem a atuação da comunidade não existe comprometimento da mesma e os recursos locais podem estar sendo desconsiderados ou desperdiçados. Sem a participação da comunidade não há formação de um tecido social que efetivamente cimente ou alicerce o desenvolvimento de forma duradoura e sustentável.

7.3 REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL NA EUROPA

Em um breve resumo, a história do desenvolvimento agrícola/rural na CE pode ser dividida em quatro fases: a primeira, desde a criação da comunidade até 1968, com a publicação do Informe Mansholt. O segundo, de 1968 até 1988, o terceiro de 1988 a 1999 e o último de 2000 até nossos dias.

O problema mais grave na Europa no início do primeiro período era a necessidade de garantir uma oferta abundante de alimentos a preços razoáveis. Toda a política definida girava em torno do aumento da produção agrícola, havia legitimidade para as propostas como a proteção de preços e mercado, elas expressavam as necessidades da época. Os fundos estruturais foram criados e

foram os responsáveis pela aplicação dos recursos para execução da política agrícola. Não havia ainda um debate rural.

Em apenas dez anos a produção agrícola dos países-membros atingiu a auto-suficiência em quase todos os produtos e passou a gerar excedentes. Se, por um lado, a política de preços e mercados foi um cimentador do processo de unificação européia, a política de estruturas teve um papel muito mais limitado. A razão principal para isso foi a grande disparidade econômica verificada entre os estados-membros.

Uma década depois o Informe Mansholt advertia da necessidade de reformas profundas na agricultura européia, cujos elevados preços internos tornavam difíceis as exportações e a competitividade dos produtos europeus nos mercados internacionais. Além disso, havia a administração de toda a produção excedente. Esse Informe propunha, como medidas a serem implantadas, a redução de cultivos, o abandono da atividade por agricultores e redução da superfície cultivada.

No segundo período, apesar das dificuldades (devidas a interesses políticos) de implantação das reformas propostas por Mansholt, a validade das suas idéias foi plenamente demonstrada tanto em escala européia como mundial. A necessidade de redução dos preços internos dos produtos agrícolas para aumentar a competitividade nos mercados internacionais foi o eixo central nas discussões da Rodada Uruguai do GATT, quase trinta anos mais tarde. A reforma proposta não foi implementada, mas a Comissão Européia aprovou três diretivas estruturais que recorriam às suas idéias iniciais: “Modernização das explorações agrárias”, “Incentivos às substituições de atividades agrícolas” e “Informação e qualificação profissional de agricultores”. Em 1975 foi aprovada mais uma diretiva, a de zonas de montanha e áreas desfavorecidas, na qual o caráter multifuncional das zonas rurais ficava evidente. Pela primeira vez se reconheceu que a agricultura não é a única atividade desse espaço.

O terceiro período começa com a apresentação do “Livro verde sobre as perspectivas da PAC”. Nele se tratou dos excedentes estruturais da maioria dos produtos agrários europeus e do seu correspondente efeito sobre os custos dessa política.

Outros desajustes também eram levados em conta, como a elevação brutal dos custos dessa política, os danos causados ao meio ambiente e os riscos à saúde

dos consumidores. Foi a chamada “crise de legitimidade da PAC”.

O ponto de partida para uma nova política regional comunitária foi a entrada em vigor, em 1986, de um documento chamado “Ata Única Européia”. Esse fato marcou o início de uma nova política comunitária e definiu bases para o estabelecimento do Mercado Único Europeu, condicionando, porém, sua realização à consecução de uma coesão econômica e social. Isso quis dizer redução das disparidades regionais. As zonas empobrecidas, na maioria dos casos, eram aquelas consideradas rurais.

Em 1988 a Comissão apresentou um documento chamado “O futuro do mundo rural”, que definitivamente introduziu o debate sobre desenvolvimento rural na CE. Esse documento realizou uma análise multifuncional (social, geográfica, do meio ambiente, econômica) do mundo rural europeu, estabelecendo um diagnóstico de que as mudanças econômicas e sociais estavam impactando a agricultura e, por conseqüência, o meio rural. É interessante destacar no documento a definição do que se entende por meio rural: “um tecido socioeconômico que abarca um conjunto de diversas atividades, muito mais que agrárias, que realiza funções vitais para a totalidade da sociedade como uma zona de regeneração indispensável para a conservação do equilíbrio ecológico e meio ambiental e como um local privilegiado para o recreio e lazer” (COMUNIDAD EUROPEA, 1988). Essa definição continha duas idéias básicas para o desenvolvimento de todas as ações posteriores: a primeira foi o reconhecimento da multiplicidade das funções do mundo rural, ultrapassando a concepção setorial do uso agrícola. A segunda foi a defesa da sua importância para a sociedade. Essa acepção implicou um reconhecimento explícito de que todas as teorias da modernização estavam superadas e que não se buscava equiparar as zonas rurais às urbanas. Ao contrário, se reconhecia que cada uma delas tem funções definidas a cumprir. O futuro da economia urbana está totalmente ligado à evolução da economia rural, e vice-versa, sendo necessária a busca da complementaridade e arbitrar mecanismos de inter-relação entre as duas.

O passo seguinte foi a criação das Iniciativas Comunitárias LEADER, uma grande inovação para o avanço nas ações para a criação de um *modelo de desenvolvimento rural europeu.*

As três iniciativas LEADER foram, e continuam sendo, a grande mola propulsora do desenvolvimento rural da Espanha e da Europa. Seguramente, o

sucesso dessas iniciativas está relacionado com o seu *modus operandi*: os princípios de subsidariedade e de tomada de decisões e gerenciamento por meio de colegiados formados por integrantes do poder público e da iniciativa privada.

O primeiro passo na Europa foi garantir a melhoria da qualidade de vida dos agricultores via aumento de produtividade e melhores preços dos produtos agrícolas. Considerando o orçamento da PAC, de quase 50% do orçamento da UE, a redistribuição de recursos é muito grande. A discussão atual é a maneira de implantar formas mais justas, pois ainda são premiados volumes ou áreas de cultivo, por isso os grandes produtores são mais beneficiados. Evidentemente, a discussão é grande, qualquer mudança que altere a situação atual é contestada. A modulação parece ser o caminho para a solução do impasse. As grandes áreas receberiam apenas parte dos recursos, por ajuda direta ou por seus produtos, conforme módulos ou fração da propriedade.

O segundo passo foi a descoberta de que o meio rural é um espaço onde se desenvolvem outras atividades além daquelas conhecidas como tradicionais. A conservação da paisagem ou de mananciais deve ser um trabalho remunerado. No meio rural vivem pessoas que pouco ou nada têm a ver com produção agropecuária, que realizam outras atividades e decidiram viver no campo. Muito mais que receber políticas de preços agrícolas, as zonas rurais passaram a fazer parte das discussões sobre desenvolvimento.

Como desenvolver uma zona rural? O primeiro passo é levantar potencialidades, organizar as forças vivas do local para que elas dêem o pontapé inicial em todo o processo. O poder público funciona muito mais como um animador. A gestão dos projetos, dos recursos, as decisões sobre o que fazer, investimentos, são assuntos de um colegiado composto por representantes governamentais e da sociedade civil. Os moradores locais são atores principais nos processos de tomada de decisão. A Espanha foi o país que mais se organizou na Europa nessa nova sistemática, já estabeleceu até agora mais de 400 GAL – Grupos de Ação Local. Esses grupos tornaram possível a recuperação de monumentos históricos, de cidades e vilas rurais para viabilizar roteiros de turismo rural, de antigas sedes de fazendas e indústrias de azeite de oliva, transformando-as em pousadas, hospedarias e restaurantes. Possibilitaram a montagem de pequenas fábricas de queijo de ovelha, embutidos, doces e frutas em pequenas comunidades rurais,

criaram museus, resgataram a história e antigos produtos, estão revitalizando o meio rural e as pequenas comunidades. Eles entendem que não basta vender um produto, mas sim um produto com uma história. É preciso agregar ao produto o valor do local. Se um produto é obtido de maneira peculiar, diferenciada, se trabalha e se cria uma denominação de origem, estabelecendo regras para sua produção, protegendo-o e valorizando-o. Os primeiros produtos protegidos sob essa sistemática foram os vinhos, atualmente há no mercado uma série deles, como embutidos, queijos, doces e outros alimentos.

Quando comparamos essa forma de trabalhar (projetos ascendentes) com os programas concebidos ou implantados no Vale do Ribeira (descendentes), vemos que ainda temos de avançar muito. Desde a época do Império temos formas centralizadoras de administrar. O sistema federativo em que vivemos, a gestão tributária, a cultura do povo brasileiro sempre caminhou para escolhas e decisões nesse sentido, a decisão sempre pertence e é de responsabilidade do chefe do poder executivo. Os projetos são pessoais, de um candidato ou grupo político. A cada eleição, vemos uma mudança completa nos planos, rumos e prioridades, causando descontinuidades que dificultam, retardam ou paralisam o desenvolvimento.

Na Espanha, apesar do fato de certas práticas políticas serem muito parecidas com o Brasil, a descentralização das decisões políticas é muito grande em relação ao poder central e às comunidades autônomas. Dentro das comunidades autônomas aparecem os municípios. Além da ligação entre município, comunidade autônoma e governo central há o outro elo da corrente, que é a Comissão Européia. De Bruxelas, o planejamento de ações é seguido ao longo dos anos, independentemente de resultados de eleições locais ou, mesmo, nacionais, interesses de grupos ou de facções políticas. Mesmo no sul da Espanha, a zona mais atrasada do país, onde sempre prevaleceram o caudilhismo e os caciques políticos, donos de currais eleitorais, ocorreu um esvaziamento desse tipo de prática após a entrada da Espanha na CE.

As iniciativas LEADER trouxeram ainda outras inovações, que foram as trocas de apoio, as ações em rede. Toda a Europa se transformou em um grande laboratório em que iniciativas testadas e aprovadas foram transferidas de um país ou região para outra, multiplicando seus benefícios. As pequenas comunidades com

afinidades culturais, com identidade territorial, passaram a fazer consórcios para atividades comuns, desde atendimento à saúde, à educação, turismo e outras atuações produtivas, com mais eficiência.

No Vale do Ribeira, se tratarmos de mudanças de enfoque, tivemos pela primeira vez o início da descentralização de ações com o programa Paraná 12 Meses. A criação dos conselhos rurais municipais foi um avanço, que, apesar dos vícios do processo, foi o primeiro passo no sentido de mudanças em relação às práticas vigentes até então.

Seguramente, esse deverá ser o caminho a ser seguido no planejamento de intervenções, sejam elas patrocinadas pelo poder público, entidades ou empresas privadas. A participação da população local (com seus capitais) em todas as fases de um projeto é decisiva para o sucesso do mesmo.

7.4 POSSIBILIDADES DE MUDAR A HISTÓRIA

A UFPR, além de sua participação em grandes programas públicos de investigação da ciência brasileira como, por exemplo, as pesquisas de seqüenciamento genético, deve também trabalhar em permanente contato com o seu entorno mais próximo. As atividades que estão sendo desenvolvidas no Vale do Ribeira são um marco de atendimento a demandas da sociedade e de uma aproximação maior da mesma com a instituição.

Nos últimos dois anos foram desencadeadas ações na região que começam, paulatinamente, a mostrar resultados práticos. As atividades implementadas na área de saúde podem parecer meras ações assistencialistas, porém, quando analisadas desde o alto, mostram que as atitudes tomadas por sua administração possuem um alcance muito maior. Pelo fato dos programas levarem a comunidade universitária até a região é revelada, aos participantes acadêmicos, uma outra face das desigualdades verificadas entre as regiões no nosso estado. Torna-se claro, também, que a grande maioria dos problemas são decorrentes da falta de investimentos em infra-estrutura, principalmente na área educacional. Muito mais que fazer um atendimento odontológico ou oftalmológico, as ações educacionais, principalmente de prevenção, são muito mais eficientes. A presença de estudantes, técnicos e voluntários permite uma aproximação mais efetiva entre a instituição e a

população necessitada daquela região. Existe uma interação positiva, os alunos conhecem a realidade de sua profissão, têm uma dimensão mais apropriada das necessidades da população e da capacidade de intervenção dos profissionais de cada área. A comunidade universitária que vai ao Vale do Ribeira passa também a conhecer as práticas e as ações desenvolvidas pelos diversos poderes públicos. No caso específico daquela região, verão a ineficiência dos programas governamentais, causada basicamente por fatos decorrentes de sua concepção ou de sua aplicação. Essa comunidade universitária poderá ter uma visão crítica sobre as políticas públicas aplicadas no Brasil.

O empenho em trabalhar as questões de educação é, sem dúvida, o mais importante. Aparentemente, esse parece ser o ponto de partida de todo o processo de subdesenvolvimento dos povos. Os programas que atendem ao ensino fundamental, a formação e qualificação de professores, o Programa do Leite, refletem o grande investimento está sendo feito na população infantil. Deverão ser essas as pessoas que, dentro de alguns anos, dirigirão as propriedades rurais, o comércio, atuarão como operários, professores ou outras atividades.

A UFPR pode fazer ainda mais: ela possui uma equipe multidisciplinar de professores/pesquisadores que estuda ou atua em vários campos do conhecimento. Essa equipe pode realizar pesquisas e avançar na investigação teórica e aplicada do desenvolvimento rural, por exemplo, depois apresentar esses avanços e contrastá-los com os resultados já obtidos. Os distintos departamentos e faculdades da Universidade Federal do Paraná poderiam aportar conhecimentos com diferentes enfoques para a análise da realidade da zona do Vale do Ribeira.

A Universidade de Córdoba, na Espanha, incluiu no currículo do curso de Agronomia, em 1993, uma disciplina chamada Desenvolvimento Rural. Essa disciplina, até os dias de hoje, faz parte da grade. Em 1995, aquela universidade criou um curso de nível superior para essa formação específica. Essa iniciativa foi pioneira na Espanha e na Europa. No biênio 2003/2004, teve início o ciclo referente a sua quinta turma de alunos. Em 1999, a Universidade de Córdoba aprimorou as atividades na área, com cursos de pós-graduação (mestrado) e um curso de gestão em desenvolvimento rural.

Atualmente aquela instituição espanhola, juntamente com mais três européias (Universidade de Gente, Universidade de Rennes, Universidade Humboldt de

Berlim) e três outras colaboradoras (Universidade de Wageningen, Universidade de Pisa e Universidade de Nitra, na Eslováquia) apresentaram à Comissão Européia uma proposta para que o mestrado em desenvolvimento rural seja ministrado conjuntamente e reconhecido como um mestrado de excelência europeu, incluído no programa Erasmus Mundus. Esse programa foi desenvolvido pela comissão européia e prevê a concessão de bolsas de estudo para estudantes de todo o mundo para freqüentarem cursos de máster (mestrado), promovidos por consórcios que reúnem 82 universidades européias, em 17 diferentes países pertencentes à UE mais a Noruega (UCO, 2005).

A UFPR tem diversos cursos de graduação ligados à área rural. Todos eles podem fazer grandes contribuições ao desenvolvimento do Vale do Ribeira. Todas as atividades exploradas podem ser melhoradas com o incremento de novas tecnologias. Esse conceito é válido para a agricultura, produção animal ou, ainda, produção madeireira. Como essas sempre foram as vocações naturais da região, devem ser as primeiras a sofrerem intervenções. Outra vocação é a do turismo: além de ser a sede do maior parque (reserva florestal) do estado, a região conta, ainda, com um passado histórico e patrimônio natural que podem se configurar como grandes ativos para projetos nessa área. A instituição poderá, além de dispor pessoal especializado para alavancar programas nessa linha, articular – com outros órgãos e entidades públicas ou privadas – a implementação de ações efetivas para as mudanças estruturais de que a região necessita.

Evidentemente que somente a atuação de uma universidade não fará a diferença em um contexto historicamente determinado como se verifica neste estado. Assim como na Europa onde pequenas ações de universidades desencadearam grandes mudanças, a entrada da UFPR neste processo é o diferencial que poderá se tornar fator decisivo para mudar os rumos da história.

8 REFERÊNCIAS

ABIH. Associação Brasileira da indústria de Hotéis. **Ecoturismo no Brasil.** Disponível em: <http://www.abih.com.Br/principal/ecoturismo.php>. Acesso em: 12 Abr. 2005.

ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural:** agricultura familiar e desenvolvimento rural. Brasília: [s.n.], 1998.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA-GUARAQUEÇABA. **Impasses e Desafios da mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba.** Curitiba: [S.e.], 2002.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO VALE DO RIBEIRA-GUARAQUEÇABA. **Vale do Ribeira – Levantamento da realidade e diagnóstico participativo.** Curitiba: [S.l.], 2002b.

ALBUQUERQUE, F. **Desarrollo económico territorial**. Sevilla: Instituto de Desarrollo Regional – Fundación Universitaria, 2002.

ARAUJO JUNIOR, V. G. Política Comum e o Desenvolvimento Rural. **Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão-CESUC.** [S.l.], v. 7, n. 2, jul./dez. 2002.

ARAUJO, G. A. Vale do Ribeira: carências e oportunidades. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: Análise Conjuntural.** Curitiba, v. 20, n. 3-4, p. 1, mar/abr. 1998.

BANCO MUNDIAL. **Paraná Rural Poverty Alleviation and Natural Resource Management Project - BR 4060.** Disponível em: <http://www.obancomundial.org/index.php/content/view_projeto/490.html>. Acesso em: 12 Mai. 2005.

BAPTISTA, C. V. **Análise do projeto Pro-Rural:** Sub-projeto Saúde. Curitiba: IPARDES, 1988.

BIGG-WITHER, T. P. **Novo caminho no Brasil meridional:** a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos –1872/1875 por Thomas P. Bigg-Wither. Trad. Temístocles Linhares. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974, 420p.

BRAGAGNOLO, N. **Informação pessoal.** Curitiba, 2004.

BRAGAGNOLO, N. ; PAN, W, ; THOMAS, J. C. **Solo:** uma experiência em manejo e conservação. Curitiba: Ed. do Autor, 1997.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Bacia do Rio Ribeira do Iguape - Caracterização dos usos e das disponibilidades hídricas.** Brasília: Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, 1984.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Turismo Rural na agricultura familiar**. Brasília, [s.n.], 2004.

BRASIL. Ministério do Interior. **Proposta de Ações visando o Desenvolvimento Econômico da Região do Alto Ribeira no Estado do Paraná, para o período 1979-1982 – Subsídio para o plano de governo.** Curitiba: Sudesul - Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul/Secretaria de Estado do Planejamento/IPARDES, 1979.

BUENO, E. **Náufragos, traficantes e degredados:** as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CALEADER. **O nascimento da Política Agrícola Comum.** Disponível em: <http://caleader.inde.pt/ct702.htm>. Acesso em: 12 Jun. 2003.

CAMPANILLI, M. **Assembléia legislativa discute contaminação por chumbo no Vale do Ribeira.** José Roberto da Fonte. Curitiba: [S.I.]. Reunião da Comissão de Defesa do Meio ambiente da ALSP. CD ROM. [s.n.].

CASTRO, A. B. **Ensaios sobre economia brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

CEDI. Centro de Estudos e Divulgação do Islam. **O legado da Espanha Muçulmana - As contribuições às ciências e ao saber na Andaluzia.** Disponível em: <http:/www.islam.org.br/o_legado_da_espanha_muçulmana.htm>. Acesso em: 20 Mai. 2004.

CEÑA DELGADO, F. Los enfoques económicos del desarrollo rural: una breve perspectiva histórica. **Revista de Estudios Agrosociales,** Córdoba, n. 169, 1994.

COMEC. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Planejamento regional - Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, v.1, n.1, 1999.

COMISSIÓN EUROPEA. **Fondo Europeo de Orientación y de Garantía Agrícola.** Bruselas: Dirección General de Información, Comunicación Cultura, 1992.

COMUNIDAD EUROPEA **Vademécum de la Reforma de los Fondos Estructurales Comunitarios.** Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas. Luxemburgo, 1997.

COMUNIDAD EUROPEA. **Agenda 2000:** Por una Unión más fuerte y más Amplia. Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas (COM) 97, 1997

COMUNIDAD EUROPEA. **El Futuro del Mundo Rural**. Bruselas: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 1988.

COMUNIDAD EUROPEA. **Guía de las Iniciativas Comunitarias.** 2.ed. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 1991.

COMUNIDAD EUROPEA. **Hacia un Desarrollo Sostenible. Programa Comunitario de Política y Actuación en Materia de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible**. Bruselas: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas (COM) 92, 1992.

COMUNIDAD EUROPEA. **La Nueva Política Agraria Común.** Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 1992.

CORTÁZAR, F. G.; VESGA, J. M. G. **Breve historia de España**. Madrid: Alianza Editorial, 2002. 780p.

DAROLT, M. R. **As Dimensões da Sustentabilidade:** Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR. Curitiba, 2000. 310 f. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná/ParisVII.

DELGADO SERRANO, M. **Análisis de los efectos de la nueva política rural europea: una aplicación al caso Andaluz.** Córdoba, 2001. Tesis Doctoral - Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes, Universidad de Córdoba.

DERING, J. A. **Informação pessoal.** Curitiba, 2005.

DORFMAN, P. F. **Informação pessoal.** Curitiba, 2005.

EMATER PR. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná, por Reni Antonio Denardi, Elisabeth M. G. J. Henderikx, Dino S. B. de Castilhos e Valter Bianchini.** Curitiba, EMATER PR, 2000. 60p.

EURO. **La historia de la unión europea, la ciudadanía europea.** Disponível em: <http:/historiasiglo20.org/europa/anteceden.htm>. Acesso em: 24 Mai. 2004.

EUROPA. **La historia de la Unión Europea.** Disponível em: <http://europa.eu.int/abc/history/index_es.htm>. Acesso em: 24 Mai. 2004.

FEITOSA, E. **Vale do Ribeira receberá tratamento odontológico inédito**. Disponível em: <http://comunicacao.jor.brmodules.php?name=News&file=article&sid=1137>. Acesso em: 02 Jul. 2005.

FLEISCHFRESSER, V. **Nas redes da conservação:** políticas públicas e construção social das microbacias hidrográficas. Curitiba, 1999. 252 f. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Federal do Paraná.

FONTE, J. R. **Pluriatividade no contexto da Região Metropolitana de Curitiba – PR.** Curitiba, 2002. 107 f. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

FRANZON, E. **Informação pessoal**. Curitiba, 2005.

GAZETA DO POVO. Paraná quer ajuda do BIRD para a zona rural. **Caderno de Economia.** Curitiba, 28 Jul. 2005.

GOBBO, D. **Programa beneficiará cotista negro na universidade**. Disponível em: <http://comunicacao.jor.br>. Acesso em: 24 Jul. 2005.

GOUDARD, J. **População do Vale do Ribeira receberá atendimento odontológico**. Disponível em: <http://comunicacao.jor.br>. Acesso em: 10 Abr. 2005.

GOVERNO DO PARANÁ. **Paraná 12 meses**. Disponível em: <http://www.seab.pr.gov.br/pr12meses/inicio.jsp>. Acesso em: 12 Mai. 2005.

GOVERNO DO PARANÁ. **Programa de apoio à população carente do Alto Ribeira – Pro-Ribeira – Diagnóstico e propostas de ação.** Curitiba: Secretaria de

Estado do Planejamento/Coordenadoria de Ação Regional-CAR/Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, 1980.

GOVERNO DO PARANÁ. **Projeto de Ativação da Pesquisa e Exploração Mineral.** Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento/Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, 1976.

GOVERNO DO PARANÁ. **Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Pro-Rural.** Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura, 1980.

GOVERNO DO PARANÁ. **Projeto Paraná 12 meses, Estratégia global do projeto.** Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Centro de Coordenação de Programas do governo, 1996.

GOVERNO DO PARANÁ. **Projeto Paraná 12 meses, Síntese.** Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1997.

GOVERNO DO PARANÁ. **Projeto Paraná 12 Meses**. Curitiba: Emater PR, 1997b.

GOVERNO DO PARANÁ. **Relatório de atividades do Pro-Rural**. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento, 1986.

GOVERNO DO PARANÁ. **Avaliação Preliminar do "Programa de Desenvolvimento do Alto do Ribeira – Apoio às Populações Carentes**". Curitiba: SEAG, 1983.

GOVERNO DO PARANÁ. **Manual Técnico do Subprograma de Manejo e Conservação do solo.** 2. ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1994.

GOVERNO DO PARANÁ. **Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná – Paraná Rural: Subprograma de Manejo e Conservação do Solo:** empréstimo BIRD-PR. Curitiba: Relatório 3. trimestre, 1989.

GOVERNO DO PARANÁ. **Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná – Paraná Rural:** Manual Operativo do Fundo de Manejo e Conservação do solo e Controle da Poluição. Curitiba: [S.I.], 1989.

GOVERNO DO PARANÁ. **Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Pro-Rural. Avaliação do Impacto Regional - 2ª Fase.** Curitiba: Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, 1992.

GOVERNO DO PARANÁ. **Relatório de Atividades do Pro-Rural**. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento, Unidade Técnica Administrativa, 1986.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILÁRIO, C.; DALE, P. J. **Turismo em áreas rurais:** suas possibilidades e limitações no Brasil. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban18.html>. Acesso em: 11 Nov. 2004.

IPARDES. **Avaliação da estratégia global do Paraná Rural: Programa de Manejo e Conservação do Solo em Microbacias Hidrográficas**. Curitiba: Ipardes, 1993

IPARDES. **Caracterização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Paraná: síntese dos principais resultados da pesquisa de campo** Curitiba: Ipardes, 2001.

IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M – 2000 Anotações sobre o desenvolvimento do Paraná.** Curitiba: [S.l.], 2000.

IPARDES. **Vale do Ribeira: referências da Dinâmica Regional.** Curitiba: Ipardes, 2003.

JORGE, W. **Chumbo contamina crianças no Vale do Ribeira.** Disponível em: <http://intra.cprm.gov.br/prata/chumbo.pdf>. Acesso em: 22 Mai. 2004.

JUNGBLUTH, A. **Informação pessoal.** Curitiba, 2005.

JUNTA DE ANDALUCIA. **La integración de España en la Unión Europea.** Disponível em: < http://www.juntadeandalucia.es/averroesviejas/cviejas1/cviejas3/eu/tema4.htm>. Acesso em: 24 Mai. 2004.

LA CALLE, J. J. **El Desarrollo Rural en la Union Europea**. Notas de aula da Titulación Superior en Desarrollo Rural, Universidad de Córdoba, Córdoba, 12 jan. 2003.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 472p.

MORAES, J. M.; PINHEIRO, S. **1ª Expedição científica à Serra de Paranabiacaba e Alto Ribeira.** [S.l.: s.n.], 1956.

MOREIRA, C. B. S. **Informação pessoal.** Curitiba, 2004.

MUNIZ, M. **A Espanha Árabe.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Espanha>. Acesso em: 18 Mai. 2004.

NASCIMENTO, E. B. **Estudo do Vale do Ribeira.** 12 mimeografado. [S.I.: s.n.].

NASCIMENTO, E. B. **O vale do Ribeira.** 22 mimeografado. [S.I.]: 2004.

NASCIMENTO, E. B.; BELTRÃO, I. C.; RODRIGUES, G. A. **Diretrizes para Desenvolvimento do turismo no Vale do Ribeira.** Disponível em: <http://www.valedoribeira.ufpr.br/turismosustentavel.htm>. Acesso em: 25 Jul. 2005.

NUNES, S. P. **As possibilidades da gestão compartilhada de políticas públicas para o setor agropecuário.** Curitiba: Boletim do DESER 134, 2003.

PERACI, A. S. **"Construindo novos caminhos" – Sistematização da experiência de nutrição humana e micro financiamento rural dos agricultores e agricultoras familiares do Vale do Ribeira.** Curitiba: DESER, 2002.

PERFEITO, E. A. **Análise do Programa Integrado de Apoio ao pequeno produtor Rural: subprojeto educação.** Curitiba: IPARDES, 1988.

SALVATI, S.S. **Informação pessoal**. Curitiba, 2005.

SANTOS, C. R. A. **História da Alimentação no Paraná.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 190p.

THEODOROVICZ, A. M. G.; CANTARINO, S. C.; THEODOROVICZ, A. **Projeto Curitiba:** Atlas de uso e ocupação do solo da Região Metropolitana de Curitiba e problemas ambientais relacionados. São Paulo: CPRM, 1999. 14 p.

UCO. Universidad de Córdoba. **Máster y títulos propios.** Disponível em: <http://uco.es/servicios/informacion/estúdios/máster.html> Acesso em: 12 Ago. 2005.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. **Bolsistas atuarão no Vale do Ribeira.** Disponível em: <http://ww.conexoes.ufpr.br/informativo0.pdf>. Acesso em: 28 Jul. 2005b.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. **Começam as atividades do programa Bolsa Conexão dos Saberes UFPR.** Disponível em: <http://ww.conexoes.ufpr.br/informativo0.pdf>. Acesso em: 12 Ago. 2005c.

UFPR. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Vale do Ribeira – UFPR em Ação para melhorar a qualidade do leite produzido na Região. PROLAC – projeto leite alimento da criança.** Disponível em: http://www.valedoribeira.ufpr.br/prolac.html. Acesso em 28 jun 2005.

VALLINA, J. I. **Manual para Agentes de Desarrollo Rural**. Madrid: Ediciones Mund-Prensa, 2002.

VARASCHIN, V. M. **Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência da Região Centro Sul do Paraná.** Londrina: Boletim Técnico 37 – IAPAR, 1991.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** Curitiba: Editora dos Professores, 1968. 210p.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo